

2º CICLO DE ESTUDO

MUSEOLOGIA

(Re)conhecer Castelo de Paiva: Projeto para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva

Teresa Isabel Sousa
Cardoso

M

2017



Teresa Isabel Sousa Cardoso

(Re)conhecer Castelo de Paiva
Projeto para o Centro de Interpretação da Cultura Local de
Castelo de Paiva

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia orientada pela Professora
Doutora Alice Duarte
e coorientada pelo Mestre Arquiteto Miguel Tomé

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2017

(Re)conhecer Castelo de Paiva
Projeto para o Centro de Interpretação da Cultura Local de
Castelo de Paiva

Teresa Isabel Sousa Cardoso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia orientada pela Professora
Doutora Alice Duarte
e coorientada pelo Mestre Arquiteto Miguel Tomé

Membros do Júri

Professora Doutora Paula Menino Homem (Presidente)
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor António Ponte (Júri)
Faculdade de Letras – Universidade do Porto - DRCN

Professora Doutora Alice Duarte
Faculdade de Letras- Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Resumo

O presente projeto, intitulado “(Re)conhecer Castelo de Paiva”, foi elaborado com o objetivo de conceber uma proposta de exposição permanente para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva sustentado pela necessidade de se atuar no sentido de criar um espaço que foque a dinamização e divulgação das várias vertentes patrimoniais do concelho. No decorrer deste processo, fez-se uma reflexão relativa aos conceitos de património e interpretação e realizaram-se visitas a Centros de Interpretação, de modo a entender os métodos e recursos utilizados na interpretação do património. No decorrer do trabalho, estudou-se o contexto em que se foca o projeto e, por fim, concretizou-se uma proposta museográfica, em formato de guião, onde se reuniram ideias e conhecimentos adquiridos ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Castelo de Paiva, interpretação patrimonial, centros interpretativos, exposição

Abstract

This project, entitled "(Re)conhecer Castelo de Paiva", was elaborated with the objective of proposing a new design for the permanent exhibition for Castelo de Paiva's Interpretation Center. Its goal is supported by the need to act to create a space that focuses on the dynamization and dissemination of its multiple patrimonial aspects. During this process, it was made a reflection on the concepts of heritage and interpretation and visits were made to some Interpretation Centers to understand the methods and resources used in heritage interpretation. During the work, the context in which the project was focused was studied and, finally, a museographic proposal was made, in a script format, which gathered ideas and knowledge acquired throughout the work.

Key-words: Castelo de Paiva, exhibition, heritage interpretation, interpretative centres

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha irmã Luísa Cardoso, por todo o apoio e força que me deu ao longo de todo este processo. Acima de tudo, agradeço por não me deixar nunca desistir e insistir sempre que sou capaz e que consigo mais e melhor.

Em segundo lugar, agradeço às minhas amigas, Marta Silva e Serenela Carvalho, pelas conversas partilhadas e apoio mútuo que marcaram estes anos de mestrado. Sem eles, não teria sido tão fácil ultrapassar obstáculos.

Em terceiro lugar, e como não poderia deixar de ser, agradeço aos meus orientadores, Mestre Miguel Tomé e, em especial, à Professora Alice Duarte pela ajuda e sobretudo, paciência, que demonstrou durante todo este percurso.

Por último, gostaria de agradecer à Fundação Bienal de Arte de Cerveira e a todos os meus colegas de trabalho, que, apesar do pouco tempo em que lá estou, me acolheram de braços abertos e me têm ensinado muito, tanto em termos de relações pessoais, como em questões de trabalho.

A todas estas pessoas, o meu muito obrigada.

Índice

Resumo	vi
Abstract.....	vii
Agradecimentos	viii
Abreviaturas.....	xiii
Introdução	1
Capítulo I - Contextualização Teórica.....	4
1.1. Património Cultural.....	4
1.1.1. O conceito de património: breve apresentação histórica	4
1.1.2. Património na atualidade	7
1.2. Interpretação Patrimonial.....	14
1.2.1. Interpretação do património	15
1.2.2. Centros Interpretativos	20
Capítulo II - Castelo de Paiva.....	23
2.1. O concelho de Castelo de Paiva.....	23
2.1.1. Breve enquadramento histórico, geográfico e demográfico	23
2.1.2. Situação política, social e cultural atual	25
2.1.3. Natureza.....	28
2.1.4. Gastronomia	29
2.1.5. Atividades de Desporto e lazer	30
2.2. Centro de Interpretação da Cultura Local	31
Capítulo III - Proposta para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva	36
3.1. Os Centros Interpretativos Visitados	36
3.1.1. Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas	37

3.1.2. Casa do Território de Vila Nova de Famalicão	41
3.1.3 O Núcleo Central do Museu de Vila do Conde.....	46
3.2. Guião: (Re)conhecer Castelo de Paiva	52
Conclusão	66
Bibliografia.....	69
Recursos Online.....	73
Legislação e Convenções consultadas	75
Apêndices	76
Anexos.....	114

Índice de imagens

Fig. 1 Proposta de organização do espaço expositivo	55
Fig. 2 Proposta de Design da Parede Expositiva	58
Fig. 3 Demonstração dos Ecrãs Interativos na Parede Expositiva	58
Fig. 4 Ilha dos Amores	62
Fig. 5 Monumento ao Mineiro	62
Fig. 6 Marmoiral de Sobrado	63
Fig.7 Centro de Interpretação da Cultura Local	115
Fig.8 Interior do Centro de Interpretação da Cultura Local	115
Fig.9 Interior do Centro de Interpretação da Cultura Local	116
Fig.10 Ecrã	116
Fig.11 Coluna de som	117
Fig.12 Controlos do sistema de som	117
Fig.13 Objetos da Necrópole Romana de Valbeirô	117
Fig.14 Alambique	117
Fig.15 Objetos relacionados com a produção de lã	118
Fig.16 Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas	120
Fig.17 Maqueta das Minas de Ouro de Castromil	120
Fig.18 Parede onde é explorado vocabulário	121
Fig.19 Estrutura no centro da sala	121
Fig.20 Localização da televisão	121
Fig.21 Sofás no interior da estrutura	122
Fig.22 Ilustração	122

Fig.23 Objetos testemunhos da romanização	123
Fig.24 Mapa da localização das minas	123
Fig.25 Pirite	124
Fig.26 Indicação da entrada da Casa do Território	125
Fig.27 Triângulo da Sustentabilidade	125
Fig.28 Expositores	126
Fig.29 Objetos honoríficos	126
Fig.30 Objetos da Idade do Ferro	127
Fig.31 Expositor	127
Fig.32 Pormenor de fotografia no expositor	128
Fig.33 Mesa Interativa	128
Fig.34 Jogo em mesa interativa	128
Fig.35 Maqueta do território	129
Fig.36 Pormenor da maqueta	129
Fig.37 Pormenor da maqueta	129
Fig.38 Retratos falados	129
Fig.39 Cine Famalicão	129
Fig.40 Pedra Formosa	130
Fig.41 Entrada para o núcleo museológico	131
Fig.42 Parede que expõe o nome das Freguesias de Vila do Conde	131
Fig.43 Objetos testemunhos da Romanização	132
Fig.44 Mapa	132
Fig.45 Fotografias	133
Fig.46 Quadro Interativo	133

Abreviaturas

Associação Cultural do Couto Mineiro do Pejão (ACCMP)

Associação de Estudo e Defesa do Património (ADEP)

Câmara Municipal de Castelo de Paiva (CMCP)

Centro de Interpretação (CI)

Centro de Interpretação da Cultura Local (CICL)

Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas (CIMOCB)

Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS)

Concelho Internacional dos Museus (ICOM)

Instituto Nacional de Estatística (INE)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Plano Diretor Municipal (PDM)

União Europeia (UE)

Introdução

O presente Projeto desenvolveu-se no sentido da obtenção de grau de mestre em museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem como objetivo principal a conceção de um projeto interpretativo para o Centro de Interpretação da Cultura Local do concelho de Castelo de Paiva.

Este Projeto partiu de um diálogo com a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em particular, com a responsável pelo Centro de Interpretação da Cultura Local, a Dra. Maria da Luz, que demonstrou interesse na reformulação e reorganização da exposição do Centro de Interpretação. Inicialmente, decidiu-se que o foco principal da exposição seriam os ofícios ancestrais, devido ao facto do concelho de Castelo de Paiva ter intenções de passar a incluir uma Rota com esse tema. Esta ideia era apoiada pelo facto de uma grande parte dos objetos existentes no Centro Interpretativo serem de produção artesanal e representarem diversos ofícios existentes no concelho, nomeadamente a arte de trabalhar o cobre, a produção de linho e lã, a agricultura, a pesca, o fabrico do pão e a produção de mel. Apesar de tudo, chegou-se à conclusão de que não seria viável a sua realização no espaço de tempo dedicado à concretização do Projeto, uma vez que havia a necessidade de inventariação dos objetos e estudo da coleção de cada tema em particular. Além disso, a concretização de um Projeto focado neste tema, falhava em divulgar uma grande parte do território e atividades existentes atualmente no concelho, focando-se numa sua parte muito específica. Deste modo, concluiu-se que se deveria tomar uma abordagem diferente, que valorizasse e divulgasse o património paivense.

Uma vez que a decisão para o Projeto final mudou, os orientadores aconselharam a visita a diferentes Centros de Interpretação, de modo a recolher informação acerca de recursos e métodos interpretativos que pudessem de certa forma ajudar na conceção da proposta final. Por isso mesmo, foram escolhidas três instituições cujos conteúdos se focavam no território de determinada região e, por isso, os conteúdos interpretativos se assemelhavam aos deste trabalho. As instituições visitadas são o Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas, no concelho de Paredes, a Casa do Território, em Vila Nova de Famalicão, e o Núcleo Central do Museu de Vila do Conde. Estas visitas foram essenciais para uma melhor compreensão da interpretação aliada ao conceito de

património. Além disso, proporcionaram novos conhecimentos e ideias que foram fundamentais à conceção do guião final.

No decorrer de todo o trabalho, foi importante o entendimento dos conceitos de património e interpretação, uma vez que se pretende que o projeto tenha sustentação teórica sobre esses temas, evitando, desta forma, representações irrefletidas sobre o património. Assim, o presente documento, inicia-se por uma reflexão sobre as noções referidas, como forma de introduzir o que se segue. Posteriormente, revela-se algum do conhecimento adquirido sobre o concelho de Castelo de Paiva, sendo essa informação que serve de base para a realização do trabalho final. Tendo as questões mais teóricas já abordadas, passa-se então à análise das reflexões recolhidas aquando das visitas aos Centros de Interpretação, com o objetivo de transmitir quais as abordagens utilizadas e os recursos expositivos que se poderão vir a introduzir neste projeto.

Por último, apresenta-se então uma proposta museográfica, em formato de guião, que é o resultado de todo o estudo, diálogos e experiências obtidas ao longo deste trabalho. Como se tem vindo a dizer, o Projeto foca-se no Concelho de Castelo de Paiva e tem como objetivo principal a divulgação do território e das suas gentes. Espera-se que com este guião, se venha a organizar uma exposição que aborde diferentes aspetos do dia-a-dia do concelho, através do conhecimento e reconhecimento das suas mais-valias. Por isso mesmo, escolheu-se como título do projeto “(Re)conhecer Castelo de Paiva”. Entende-se que existe a necessidade de dar a conhecer um pouco mais do concelho para que o seu valor seja reconhecido nas diversas temáticas abordadas. Assim, foram selecionados temas específicos que se entende ser de interesse para os visitantes e para o próprio concelho. Esses temas, foram escolhidos com base na sua necessidade de destaque e, ao mesmo tempo, deixando de parte aqueles que se acredita já estarem devidamente explorados. Apesar disso, teve-se sempre em conta o formato da instituição e a sua ligação ao Posto de Turismo, pelo que a proposta concretizada reflete também um pouco esta reunião entre património e turismo. A temática do turismo, contudo, não se encontra explícita nas reflexões teóricas iniciais, mas não deixa de ser mencionada ao longo do trabalho.

Para concretizar os objetivos do Projeto, a metodologia adotada focou-se na obtenção de conhecimento e informação através diversas fontes. Foram exploradas as temáticas discutidas neste Projeto através de obras de reflexão teórica, bem como notícias e documentos legais. Destacam-se conversas informais com indivíduos detentores de

conhecimento em assuntos relacionados com as características sociais e culturais do concelho de Castelo de Paiva, nomeadamente membros da Direção da Associação Cultural do Couto Mineiro do Pejão que facultaram informação, não só relativa à própria Associação, como também informação importante para a compreensão da realidade vivida no concelho e das suas necessidades, especialmente a nível cultural.

Relativamente ao Centro de Interpretação, foi essencial a ajuda da Doutora Maria da Luz, que forneceu diversas informações sobre os objetos da exposição permanente. Além disso, foi realizado trabalho de campo, de modo a consolidar conhecimentos, no que diz respeito aos temas abordados no Centro. Neste caso, foi consultada Jacinta Moreira que esclareceu questões relacionadas com o fabrico da lã, Nair Faria e Manuel Silva em relação ao fabrico do mel.

O trabalho de campo passou também pela visita ao território, para tentar perceber-se quais as potencialidades a serem exploradas. Foram visitadas, por exemplo, as Aldeias de Xisto de Midões, o Lugar da Croca do Arda e as Mamoas de Carvalho Mau. A partir deste trabalho, e com o apoio de bibliografia específica, organizaram-se listas do património cultural e natural visitável e de acontecimentos históricos relevantes, que foram fundamentais para a concretização da proposta final. Destacam-se também as conversas que se realizaram com funcionários do Centro Interpretativo de Castromil e Banjas e da Casa do Território em Vila Nova de Famalicão que foram essenciais para a compreensão das atitudes e medidas a tomar no que diz respeito à realização de um projeto interpretativo.

Capítulo I - Contextualização Teórica

Este Capítulo I foi redigido com o objetivo de fornecer as noções base que fundamentaram a criação do projeto de interpretação patrimonial apresentado no Capítulo final. A partir de um enquadramento teórico e histórico breve, pretende-se fornecer as orientações necessárias para o entendimento do património como construção cultural e de como a noção de património é dependente dos contextos social, económico e cultural. A noção de interpretação patrimonial é igualmente abordada. Todos estes fatores, centrais para o desenvolvimento sustentável, devem estar na base da gestão patrimonial e, por isso, são aspetos fundamentais a ter em conta no presente trabalho.

1.1. Património Cultural

1.1.1. O conceito de património: breve apresentação histórica

O conceito de património no sentido como é hoje entendido tem a sua origem na Modernidade. Foi-se modificando em sintonia com as alterações que se observaram a nível económico, político, social e cultural. As mudanças verificadas a longo do século XX foram em direção ao que pode ser chamada “democratização do conceito de património” (Torrico, 2006), isto é, no sentido de uma maior abrangência do tipo de bens patrimoniais considerados e valorizados.

Hoje em dia, para além desse alargamento da noção, o património é também abordado como um elemento potenciador de desenvolvimento local e regional. Sobre este ponto de vista, no entanto, não há unanimidade e discute-se, muitas vezes, a legitimidade e as vantagens de usar os bens patrimoniais como recurso para promover, por exemplo, o turismo de uma região. No presente trabalho é assumida uma noção de património como abrangendo todos os elementos socioculturais e naturais que sofreram apropriação por parte dos sujeitos, pelas suas características vinculativas ao território e respetivos cidadãos e que, de alguma forma, o seu reconhecimento e exploração possam apresentar-se como vantajosos para todos os intervenientes.

Para um melhor entendimento do conteúdo do conceito de património e suas mudanças ao longo do tempo, aborda-se de seguida e de forma breve a sua história, passando pelas origens da noção até às suas características atuais e suas eventuais aplicações.

O património, como conceito essencialmente moderno, foi concebido no período a seguir ao Renascimento e começou por estar sobretudo relacionado com a ideia do Estado-nação que surgiu a par da Revolução Burguesa. Este facto revelou-se modificador dos significados que até então eram atribuídos aos testemunhos do passado e à cultura (Torrico, 2006, p.23). Na primeira metade do século XIX, houve uma emergência de ideais nacionalistas na Europa, do que resultou uma visão do “património histórico” como testemunho da identidade nacional, sobretudo nas suas manifestações materiais. Ou seja, os vestígios históricos do passado passaram a ser valorizados pela sua ligação ao território numa tentativa de propagandear uma ideia de pertença nacional. Os novos paradigmas políticos apoiavam-se numa inter-relação entre os conceitos de território, povo e cultura, sustentados por discursos de enaltecimento do passado (Torrico, 2006, p.23). A essência do conceito era então a sua ligação a atividades políticas, militares ou diplomáticas concretizadas em objetos físicos (Mendes, 2013, p. 12). Assim, o “património histórico” ganhou destaque e passou-se a conceder cada vez mais importância à defesa dos bens imóveis, nomeadamente de monumentos. Isto fez com que aumentassem significativamente sobre esses bens as medidas de proteção em todo o contexto europeu (Torrico, 2006, p.22). Para além disso, deve ser destacado que a revolução industrial atuava como agente central de mudança, levando à transição de uma sociedade essencialmente ligada ao sector primário, para uma outra que passava a valorizar a ciência e a tecnologia (Mendes, 2013, p. 13). Ou seja, aquilo que se entende por património mudou, na medida em que mudaram as mentalidades e, por consequência, os bens dotados de valor e significado atribuídos pelas pessoas.

As mudanças socioculturais e técnicas cada vez mais significativas e aceleradas tornaram o século XX um período de grande importância para a salvaguarda do património. Mas agora são também os tipos de bens considerados que se ampliam, passando-se a reconhecer valor também a bens vernaculares e “populares”, o que pode ser relacionado com o fenómeno de crescente democratização da sociedade. As transformações sociais fizeram com que as ideias do que pode ser património se ampliassem e, em simultâneo, notou-se um aumento de casos de estudo relacionados com

os danos provocados pela II Guerra Mundial. Choay (2000, p. 13) refere que “o próprio século XX forçou as portas do domínio patrimonial”. Verificou-se, então, uma fase de mudança em que surgiram diversas instituições tendo como principal objetivo a preservação, requalificação e salvaguarda do património (Mendes, 2013, p. 13). Os organismos internacionais, como o Conselho da Europa (1949), o ICOMOS (1965), a União Europeia (1957) e, sobretudo, a UNESCO (1945), procuraram fazer do património uma bandeira para a paz e foram responsáveis pela publicação de documentos orientadores das ações subsequentes, nomeadamente, diversas Convenções e Recomendações (Carvalho, 2010, p.123). O conjunto normativo internacional é bem ilustrativo do “alargamento na noção de património e da sua vinculação crescente ao território e aos cidadãos” (Carvalho, 2010, p.123).

Com este novo contexto, começou-se a questionar a ideia do valor intrínseco dos objetos, passando-se a valorizar as relações entre os sujeitos e os bens com eles relacionados (Torrico, 2006, p.24). A partir da década de 1960 o conceito de património teve uma “extraordinária difusão” (Duarte, 2012, p.12). O anterior “património histórico”, constituído principalmente por edificações e monumentos, começa a ser substituído pelo “património cultural” e essa nova designação passa a incluir outros elementos culturais oriundos de outras classes sociais. Ou seja, verifica-se um “crescimento e plasticidade do universo de bens suscetíveis de patrimonialização” (Carvalho, 2010, p.125). Na década de 1970, sobretudo, dá-se um “aumento da complexidade dos conteúdos”, assim como uma revisão (ou até inversão) dos significados que certos elementos patrimoniais tinham até à data (Torrico, 2006, p.32).

A crescente ampliação daquilo que se entende ser património trouxe consigo a necessidade de criar meios legais de salvaguarda e proteção do mesmo. Em Portugal esses documentos surgem em maior número na época pós 25 de Abril de 1974. Exemplos disso, são o Decreto-lei 59/80 de 2 de agosto, redigido pelo Instituto do Património Cultural e a Lei do Património Cultural Português (Lei de 13/85 de 6 de julho). Outro documento essencial a conhecer na área do património é a Lei de Bases do Património Cultural Português (n.º 107/2001). Segundo o Artigo 2.º, alínea 1, dessa Lei de Bases, o património cultural integra:

“... todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.”

Uma vez que o conceito de património se reformulou e passou a acolher uma série de novas evidências, houve a necessidade de nele se incluírem diversas subcategorias. Daqui advém um dado positivo: uma vez que as criações valorizadas abrangiam diversas categorias, e não a exclusividade de um só tipo de bens, o termo “património cultural” serve exatamente para incluir todas essas novas evidências.

Como se pode verificar, o conceito de “património” mudou ao longo dos anos e foi adquirindo nos períodos mais recentes um sentido menos restritivo do que no passado. O modo como se concebia o património teve tendência a modificar-se e a determinar-se de acordo com os ideais de cada período. Desde o século XIX, o património que era entendido como algo restrito de uma determinada classe e que incluía sobretudo bens monumentais, transforma-se e aproxima-se dos indivíduos também das classes populares.

Conclui-se que com o tempo o conceito de património passou a ter uma conotação muito mais democrática e associada a todas as classes, deixando de parte a sua corrente mais elitista e reservada. O património passou a ser selecionado e valorizado também pelas pessoas que usufruem dele. Ou seja, houve uma apropriação dos bens culturais que passaram a ser utilizados a favor das intenções e necessidades dos atores em determinado contexto. Deste modo, o património começou a ser visto como instrumento de desenvolvimento. Entendeu-se que este poderia estar ao serviço das populações a partir de uma gestão bem conseguida.

1.1.2. Património na atualidade

Atualmente, o património abrange um diversificado e extenso número de realidades e tem sobretudo o papel de chamar a atenção para necessidades de preservação e proteção de determinadas evidências culturais. Há cada vez mais a compreensão de que o património é uma construção social (Prats, 1997, p.19) que se cruza com a identidade e com questões de poder e, por isso mesmo, é em torno desses fatores que instituições de carácter cultural desenvolvem a sua atividade. Assim, organismos públicos e privados dedicados à valorização e preservação do património cultural têm cada vez mais consciência da importância da vinculação do património ao território e aos cidadãos. Nesta realidade estão incluídos museus, centros de interpretação, arquivos, associações, entre outros.

A verdade é que o significado do conceito de património nem sempre é claro e unívoco. Por essa razão, é importante ter em conta que se trata de um conceito construído por diversos atores nos diferentes campos de atuação, nomeadamente nas vertentes humana, natural e cultural (Varine, 2012, p.18). Ou seja, importa compreender que o património engloba muito mais que características históricas. Está também ligado “à memória, à identidade dos povos e das comunidades, ao turismo e ao desenvolvimento e ao trabalho e ao lazer” (Mendes, 2013, p. 11). Como criadores do património, os atores são agentes de desenvolvimento. Isto implica que a valorização do património se processe através de escolhas. Essas escolhas estão inteiramente ligadas ao conceito de identidade. Nesse aspeto, é essencial abordar a relação existente entre património e identidade e explicar como é que um conceito influencia o outro.

Uma identidade é a representação de um “sujeito coletivo”, produzida pelo mesmo, através do reconhecimento das semelhanças e das diferenças existentes (Peralta e Anico, 2006, p.2). O património, por sua vez, é aquilo que esse sujeito coletivo seleciona como “instrumento simbólico” e identificativo da sua identidade. Ou seja, o património não deve ser confundido com a cultura, apesar de ser constituinte desta. Enquanto a cultura é algo que se vive; o património, mesmo nas suas vertentes intangíveis, é algo que se pode conservar. Por isso, quando se fala em preservação do património é importante compreender a relação entre bens e populações que os usam, que os valorizam e que lhes atribuem significado. Enquanto representação, o património é o que determinado grupo social decide preservar no presente (Peralta e Anico, 2006, p.3). Esta representação é, como já referido, parte de um processo de seleção que atribui aos bens patrimoniais novos significados. Assim, dependendo dos contextos cronológico e social, verifica-se a criação de diferentes identidades e, por consequência, da escolha de diferentes elementos selecionados como constituintes do património (Torrico, 2006, p.22). Esta explicação vem corroborar exatamente o que se escreveu acima sobre a questão da evolução do conceito de património desde a sua génese. Diferentes tempos cronológicos representam diferentes perspetivas que, por sua vez, dão lugar a diferentes identidades. Estas identidades, criadas pelos cidadãos e representadas pelos elementos por estes apropriados, dão lugar a diferentes seleções de elementos patrimoniais.

No seguimento da explicação anterior, deduz-se que valorizar determinada manifestação patrimonial implica, por outro lado, que sejam desvalorizadas outras manifestações. Neste procedimento estão implicados processos de seleção e de

esquecimento. As manifestações patrimoniais implicam uma vertente de conservação associada ao esquecimento, uma vez que a memória cultural se reconstrói e se cria permanentemente. O esquecimento não deve, por isso, ser associado a um processo negativo, mas sim a uma renovação e reatualização que são características essenciais do património. Na cultura ocidental, o processo de esquecimento é muitas vezes entendido como algo que envolve uma perda. No entanto, essa é uma ideia que deve ser ultrapassada, isto porque, o esquecimento pode ser parte constituinte da formação de uma nova identidade (Connerton, 2008, p. 63). Ou seja, o esvaecimento de certas memórias e a aquisição de outras por parte do indivíduo acaba por ser um processo necessário à sua evolução tanto a nível individual como coletivo.

Nesta área, o esquecimento não implica, então, algo propriamente negativo. No entanto, não se deve entender essa ideia de forma radical. É também importante que se preservem algumas memórias, nomeadamente aquelas que representaram um papel na história de uma comunidade e que deram origem àquilo que essa mesma comunidade é no presente. Essa preservação é importante na medida em que representa um papel fundamental no reforço da identidade, já que esta, individual ou coletiva, se constitui numa harmonia entre “velhas” e “novas” memórias. Ou seja, é importante evoluir, no entanto, é também importante reconhecer o passado e entender o seu papel no presente. O património é, portanto, um componente do capital social, uma vez que representa a herança de uma comunidade através de todas as suas manifestações, quer estas estejam ou não protegidas e classificadas (Varine, 2009, p. 174).

“O património é uma herança, é a “memória” da comunidade e é o que lhe padroniza a qualidade de vida. A ligação do património à comunidade é uma radicalidade, mas ele só o é, verdadeiramente, quando esta o assume e toma consciência dele” (Almeida, 1993, p.414).

Pode então dizer-se que o património é uma realidade dinâmica em “permanente reconfiguração” (Anico e Peralta, 2006, p.4) e que só existe devido às atividades dos seres humanos que são, simultaneamente, criadores e emissários de cultura. Como seres culturais, atuam e produzem significados. Só quando detentor de significado é que determinado elemento deve e pode ser considerado património.

“Um qualquer elemento patrimonial não existe por si, nem para si. Pelo contrário, para ter significado, precisa ser apropriado e vivenciado pelas

comunidades e pelos indivíduos. Reconceptualizado de modo a integrar relações entre o passado e o presente, de modo a reformular as interações entre o tradicional e o contemporâneo” (Duarte, 2012, p.28).

Portanto, é através da ação humana que se criam práticas e significados relevantes. Estes, como já foi referido, não são imutáveis. Desenvolvem-se e adaptam-se conforme o tempo, o espaço e a realidade em que se inserem. Ou seja, as práticas e os significados vão-se adaptando às novas realidades sociais (Torricco, 2006, p.22). Assim, o património “tem passado, presente e futuro”, “não pode ignorar as suas origens”, mas também não pode tornar-se estático, tem de criar algo novo (Varine, 2012, p.20). Por essa razão, o património não pode ser considerado como algo inquestionável, mas sim como uma construção histórica resultante da ação das relações sociais, culturais, políticas, económicas, que são sempre inigualitárias e passíveis de revisão (Torricco, 2006, p.22).

O património abrange, portanto, duas realidades, que muitas vezes (ou excessivas vezes) são assumidas como distintas. Fala-se do património imaterial para designar tudo o que é construído pelas relações, saberes, tradições, conhecimentos e do património material para se referir a ligação a “coisas”. Acontece que estas duas dimensões do conceito de património estão intimamente ligadas, sendo, um erro tratá-las separadamente. Isto porque, apesar do “património imaterial” nem sempre ter objetos a si associados, todo o património material tem em si uma vertente imaterial. Este posicionamento é suportado pela conceção da noção de “cultura material” como dizendo respeito ao valor dos objetos pelo que representam, e não pelas suas características intrínsecas. Os objetos, têm então, valor pelos significados que as pessoas lhes conferem. As pessoas, por sua vez, são as produtoras dos mesmos, o que indica que há uma relação muito próxima entre o material e o imaterial.

As dimensões naturais são também analisáveis através de posicionamento idêntico. Para além da cultura, também a natureza é “viva” e pode tornar-se constituinte do património enquanto pertencente de uma comunidade (Varine, 2012, p.19). A dimensão natural do património é abordada pela primeira vez pela UNESCO, em 1972, na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (ou Convenção de Paris). Nesta Convenção (Artigo 1º) foram considerados como património cultural os monumentos, os conjuntos (grupos de construções) e os locais de interesse, nos quais estavam incluídas “obras conjugadas do homem e da natureza”. No Artigo 2º, respeitante à definição de património natural, são indicados os monumentos naturais associados à

importância estética e/ou científica, as formações geológicas e fisiográficas que representem interesse na área da ciência e da conservação, e por fim, os locais de interesse natural na qual estão incluídas zonas com valor para a “ciência, conservação e beleza natural”. Ou seja, a natureza está inserida, tanto na dimensão cultural do património, quando conjugada com a atividade do ser humano, quanto na vertente natural, quando as suas características apresentam de alguma forma o que se considera ser importante para o ser humano. Logo, aquilo que se considera património natural são todas as manifestações naturais que, de algum modo, estejam associados ao que o ser humano entende ser relevante para si mesmo. Por essa razão, da mesma forma que o património cultural deve ser considerado pela sua relação com a comunidade, também a natureza deve ser vista como parte do património pela sua ligação com o meio envolvente e pela importância que assume para o ser humano num determinado contexto.

Conclui-se então, que o património é atualmente uma noção abrangente, entendido como uma construção social, na qual se envolve cada vez mais o fator humano. Quer isto dizer que não se devem destacar questões estéticas, artísticas, históricas ou outras, mas sim relacioná-las com a vertente humana que as criou e que teve, e sempre terá, influência nessas questões. O património diz respeito à dinâmica que se cria entre o material e o imaterial, são as manifestações selecionadas que surgem das relações das pessoas umas com as outras e das pessoas com o meio. O património é constituinte da cultura viva que não desaparece nem morre, apenas se transforma.

1.1.3. Exploração do património e suas eventuais potencialidades

A exploração do património depende da compreensão que os gestores e as instituições tenham do mesmo, disso dependendo o reconhecimento de mais ou menos das suas potencialidades e do seu uso de um modo realista e sustentável. Por isso mesmo, a valorização do património cultural deve ser olhada como um mercado a ser explorado, não se devendo adotar uma visão redutora do ponto de vista da gestão, assumindo que a conservação do património é inibidora do desenvolvimento. Pelo contrário, o património pode ser, e é muitas vezes, fonte de crescimento e progresso local, mostrando-se ainda fator interveniente na “fixação das populações e incremento das atividades económicas (Carvalho e Fernandes, 2012, p. 56).

Procurar que isso aconteça, implica fazer com que a exploração do património aborde conteúdos muito diversos (tecnologia, história, sociedade, etnografia etc.) que se manifestam pelos testemunhos selecionados por determinada coletividade. É nessa ordem de ideias que se destaca o papel dos museus e dos centros interpretativos. Como instituições capazes de preservar – e atualizar – memórias e de as representar através de objetos e outros meios, espera-se que sejam capazes de relacionar o passado de um local, indivíduo ou acontecimento, com o presente dos indivíduos e da sua comunidade. Obviamente, isso implica uma compreensão dos objetos como detentores de significados associados a determinada identidade. A valorização do património depende e implica, pois, a interpretação dos seus significados para uma determinada população ou comunidade.

Apesar de se ter argumentado anteriormente que o património não tem um valor intrínseco, isto não significa que o devemos deixar perecer. Acima de tudo, deve ter-se em conta a questão do desenvolvimento associado aos valores identitários. Perante os argumentos que se têm vindo a enunciar, conclui-se que a exploração do património deve ter em conta os seus criadores e o contexto sociocultural e económico em que se insere.

“A noção de riqueza patrimonial, as hierarquias do belo, do antigo, da raridade, do autêntico, frequentemente invocadas pelos responsáveis culturais ou turísticos, não têm sentido senão para os observadores externos que aplicam as mesmas hierarquias e que finalmente seguem as pretensas leis do mercado” (Varine, 2012, p.20).

Assim sendo, as instituições devem fazer a gestão do património junto das comunidades e, tanto quanto possível, com as comunidades. Esta atividade não deve ser encarada nem estudada com base em exemplos ou “visões” externas (Varine, 2012, p.20). Uma tal atitude poderá levar a conclusões erróneas que tanto poderão sobrevalorizar como subvalorizar o património em questão, pois para os atores o património existe como parte do seu contexto, não se apresentando como “um valor em si mesmo” (Varine, 2012, p.20). Ou seja, uma má gestão é aquela que poderá resultar em consequências negativas para a comunidade. Isto porque, estando coisas e pessoas inegavelmente relacionadas, poderão verificar-se impactos negativos pelas alterações efetivadas numa das partes (Varine, 2012, p.19).

Por vezes, o que acontece é haver uma “invenção de significados” derivada sobretudo do “crescente consumo da tradição” (Torrico, 2006, p.33). A partir do momento em que o património passa a ser visto de forma complexa e tomando consciência de todos os seus intervenientes, a sua gestão poderá ser um recurso para o desenvolvimento turístico, económico e social. Acima de tudo, uma gestão bem concretizada, poderá representar uma aposta para o futuro, com frutos a nível local e do bem-estar da comunidade. Por exemplo, o uso do património como recurso turístico pode colaborar na requalificação de lugares, na atração de visitantes e até trazer novos residentes, o que poderá contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das populações, sobretudo em contextos de baixa densidade populacional (Carvalho, 2010, p.123).

Por sua vez, o bem-estar da comunidade revela-se através da conjugação de vários fatores, como por exemplo, pelo desenvolvimento da produção, do consumo e do investimento local. Estes fatores poderão surgir de duas formas: direta ou indireta, dependendo do modo como são explorados os bens patrimoniais. A criação de pontos de venda de bens, por exemplo, é uma forma direta de explorar o património, seja isso feito por organismos públicos ou privados. Indiretamente, e sendo este o meio que mais contribui para a valorização do património, poderão criar-se novas ofertas profissionais, nomeadamente para museólogos, gestores de património, etc. Existe ainda a possibilidade de desenvolvimento indireto, através de atividades comerciais, de restauração, de hotelaria (entre outras) que por sua proximidade ao património, aumentam as receitas e contribuem para o desenvolvimento local. Além disso, as visitas a museus e centros interpretativos, assim como a (re)descoberta dos territórios, podem ser uma solução para fortalecer o valor dos bens patrimoniais que, por sua vez, cooperam na valorização do contexto e da respetiva comunidade. Ou seja, pode-se desencadear uma “ativação social” do património (Carvalho, 2010, p.123).

Atualmente, verifica-se um maior número de equipamentos culturais em zonas urbanas (Carvalho, 2010, p.124). Por essa razão, nas áreas rurais e/ou nas cidades mais pequenas, as instituições existentes em menor número devem desempenhar um papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento. Nesse sentido, o património pode desempenhar um papel relevante. Utilizado como recurso turístico, o património poderá apoiar a “revitalização do tecido económico e social, a reestruturação de memórias e identidades, a requalificação e renovação da imagem territorial” (Carvalho, 2010, p.127). A partir da seleção de certos elementos patrimoniais, pode-se fomentar a atração de

turistas e, com isso, apoiar a reestruturação da base económica das comunidades menos desenvolvidas. Para isso, o património deve ser encarado como um “recurso diferenciador do território” e potenciador de “novos produtos de turismo cultural” (Carvalho, 2010, p.124).

A interpretação do património pode contribuir para esta dinamização local pela salvaguarda de espaços e bens culturais/naturais ao mesmo tempo que se evita a degradação dos mesmos. A interpretação patrimonial também pode colaborar na educação e no lazer, proporcionando uma maior estabilidade social no contexto, ou seja, apostando no reforço do capital social. Deste modo, é dever das instituições selecionar e incentivar a valorização de certos elementos patrimoniais. Por essa razão é fundamental compreender a ideia de interpretação patrimonial e perceber como é que as instituições, nomeadamente os Centros Interpretativos, poderão atuar nas comunidades, auxiliando a um desenvolvimento sustentável que beneficie, quer a gestão patrimonial, quer o agente social.

1.2. Interpretação Patrimonial

Após a reflexão referente à evolução do conceito de património, surgem questões a considerar relativas à sua interpretação. De seguida, procura-se realizar uma exposição acerca das origens da expressão “interpretação patrimonial” e do seu significado. Além disso, será efetuada uma reflexão acerca de quais os bens suscetíveis de interpretação e sobre quais as instituições capazes de levar a cabo esta atividade. Por último, explicar-se-á como deve ser concretizada a interpretação patrimonial e quais os meios e recursos que podem ser utilizados. Todas estas abordagens terão como base o conceito de património, apresentado anteriormente.

1.2.1. Interpretação do património

A origem do conceito de interpretação patrimonial situa-se no final do século XIX, aquando da criação de parques naturais, nos Estados Unidos da América (Baeyens et al., 2005, p.15). Neste contexto, a interpretação era utilizada sobretudo como um meio de publicitar os parques naturais. Esta atividade apoiava-se na necessidade de conservação e na importância do usufruto por parte das populações (Moiteiro, 2010, p.143). Conforme avançamos na segunda metade do século XX, a ideia de interpretar deixou de ser algo exclusivo do património natural e passou a incluir também o património cultural (Moiteiro, 2010, p.143), contribuindo para a criação de novas formas de apresentação do mesmo. Isto cooperou especialmente para o desenvolvimento da consciência cultural dos visitantes (Baeyens et al., 2005, p. 15).

Apesar de tudo, a interpretação patrimonial só passou a ser considerada uma disciplina após a publicação do livro “Interpreting our Heritage”, em 1957, pelo autor Freeman Tilden. Esta obra continua a ser, atualmente, um ponto de partida necessário no que diz respeito ao estudo da interpretação e é citada por diversos autores quando escrevem acerca do assunto. É, contudo, importante referir que existe uma publicação mais recente que procura atualizar a pioneira de Tilden. É a obra dos autores Larry Beck e Ted Cable (1998), intitulada “Interpretation for the 21st Century – Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture”. Ainda assim, foi apenas na década de 1990 que o conceito foi definitivamente inserido na Europa Continental, devido à crise relacionada com os modelos museológicos tradicionais (Moiteiro, 2010, p.144).

Então, o que é a interpretação patrimonial? Tilden (1957) dá uma definição de “interpretação” em contextos culturais. Segundo o autor, que fala especificamente do caso do “The National Park Service”, interpretar é:

"Uma atividade educativa que visa revelar significados e relacionamentos através do uso de objetos originais, através de experiências em primeira mão, e através de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar informações factuais" (Tilden, 1957, p.8)¹.

¹ Tradução da autora

Para o pioneiro Tilden (1957), interpretar não se limita à exibição de informação num determinado local. O objetivo principal está na revelação de significados e relações. Esta conceção cruza bem com a noção mais abrangente do conceito de património já referida. Já vimos que património podem ser todos os bens e manifestações (nas suas diversas tipologias) construídos socialmente. Ou seja, pode ser património tudo aquilo que de alguma forma se relaciona com as pessoas e é marcado pelos seus significados e relações. Interpretar o património orienta-se exatamente pelo objetivo de “revelar significados e relacionamentos” estabelecidos pelas e entre as pessoas, descentrando dos bens em si mesmo. Com isto, pode concluir-se que a ideia de “interpretação” é, portanto, uma ideia inteiramente coincidente com o atual conceito de património. O ato de interpretar é o ato de estudar o património existente em determinado contexto, entender quais os significados que este detém, explorar esse património e esses significados através de exposições e outras atividades de forma a que possam ser vivenciados e experienciados pelas pessoas que lhes atribuem valor. É, portanto, uma forma de tornar o património vivo e dinâmico e de despertar reações e sensações.

O conceito atual de património é referido por outros autores na definição de interpretação patrimonial, como se pode verificar na citação seguinte:

“A interpretação é um método de trabalho que facilita a apresentação e uso social do património e serve para proporcionar uma leitura e opções para a sua utilização ativa por meio de diversos recursos de apresentação e animação. A interpretação é baseada em evidências culturais e/ou naturais, sejam materiais ou imateriais, encontradas num determinado local, e procura promover essas características no seu contexto original. Para este fim, o objetivo é sempre a recuperação “*in situ*” e a maior contextualização possível dos recursos patrimoniais. A ideia do objeto como tendo em si um valor isolado da sua função e ambiente, é rejeitada” (Baeyens et al., 2005, p. 15).

Neste caso, destaca-se a necessidade da interpretação patrimonial ter em conta o contexto em que se insere determinado objeto/evidência patrimonial. Ou seja, mais uma vez se insiste na ideia de rejeição do valor intrínseco dos objetos como foi abordado anteriormente. David Dean (2002, p. 6), na obra “Museum Exhibition: Theory and Practice”, afirma que a comunicação só tem significado, neste caso referindo-se à exposição de objetos, se a informação fornecida for cuidadosamente pensada de forma a

relacionar-se com quem observa. Para este autor, a interpretação refere-se ao “ato ou processo de explicar ou clarificar, traduzir, ou apresentar a compreensão pessoal sobre um assunto ou objeto” (2002, p. 6). É também por isso que se frisa a importância da interpretação do património, tanto quanto possível, ocorrer no seu local de origem, “*in situ*”, com o objetivo de proporcionar “experiências em primeira mão” (Moiteiro, 2010, p.151).

Conforme se tem vindo a falar, a interpretação patrimonial está intimamente ligada com a dimensão sociocultural reconhecida no atual conceito de património e tem em conta as relações existentes entre as pessoas e a sua herança cultural (Moiteiro, 2010, p.143). Normalmente, os sujeitos (por exemplo turistas) procuram locais que lhes proporcionem conhecimento e despertem emoções, ou seja, esperam “alargar horizontes” através da (re)descoberta do património (Moiteiro, 2010, p.141).

Deste modo, é fundamental que sejam transmitidas mensagens providas de significado. Estas devem revelar-se atrativas, compreensíveis e relevantes para os sujeitos (Moiteiro, 2010, p.147). Assim, pode dizer-se que a interpretação patrimonial é essencialmente um “processo de comunicação” (Moiteiro, *idem*). Este processo deve revelar uma mensagem:

“Atrativa, inspiradora, que estimule o uso dos sentidos, a participação e o espírito crítico; deverá ser provocadora, persuasiva e clara para que se torne motivadora, deverá ser capaz de revelar significados e inter-relações” (Moiteiro, 2010, p.149).

É óbvio que, nem sempre, a mensagem será dotada de todos esses atributos. Por vezes, não é possível alcançar de forma completa os objetivos que se pretende, isto porque, cada mensagem varia de acordo, tanto com a tipologia dos bens patrimoniais disponíveis, quanto com o contexto em que se insere. Além disso, surgem ainda questões relacionadas com a instituição que abriga ou procede a essa interpretação, sejam elas económicas, sociais, políticas, culturais ou outras. Todos estes fatores fazem com que o intérprete patrimonial tenha de fazer escolhas, e essas escolhas devem sempre ter em conta os recursos e, acima de tudo, o impacto que a interpretação terá no património, no contexto e nos seus sujeitos.

Desta forma, as instituições que levam a cabo as atividades de interpretação focam-se no “uso público dos bens” que têm à sua disposição (Moiteiro, 2010, p.149). O uso desses bens deve passar por uma reflexão que tenha em conta os diferentes contextos espaciais e sociais, para que se consiga revelar algo que seja uma mais-valia para a comunidade em que se insere. Segundo Morales (2001, p. 8) a interpretação patrimonial deve ter, por si só, um objetivo, uma intenção de alcançar algo que vá transformar-se num contributo futuro. Por sua vez, Moiteiro (2010, p.147) refere que “os intérpretes devem proporcionar uma revisitação ao passado, relacionando-o com o presente, para que o futuro adquira maior significado”. Isto implica que a interpretação contribua para os processos de construção de identidades, na medida em que deve refletir acerca dos significados atribuídos e proporcionar novas vivências e relações no modo de utilização do património, por partes dos indivíduos e das coletividades.

Os bens suscetíveis de interpretação são, portanto, todos aqueles dotados de significado, atribuído pelos atores ao meio envolvente e às suas manifestações patrimoniais.

“São suscetíveis de interpretação os valores naturais e culturais dos espaços patrimoniais, isto é, os seus significados e características naturais (ecossistemas, formações geológicas, flora e fauna) e humanas.” (Moiteiro, 2010, p.152).

Este processo de interpretação patrimonial, contudo, poderá ser adaptado conforme as circunstâncias. Os intérpretes patrimoniais devem selecionar os bens patrimoniais com capacidade de receber visitantes, desviando as atenções de zonas vulneráveis e incapazes de suportar o impacto da ação humana. Isto apoia-se numa ideia de sustentabilidade, de que resulta um melhor aproveitamento dos recursos patrimoniais (Moiteiro, 2010, p.150).

A partir do momento em que o intérprete reconhece o bem patrimonial como passível de interpretação, surge a necessidade de selecionar os meios e recursos dedicados a concretizar esta atividade. Segundo Moiteiro (2010, p.154-155), existem dois meios interpretativos utilizáveis: os pessoais e os não-pessoais. Os primeiros dizem respeito a todos os meios que implicam a ação humana direta, por exemplo: roteiros e recursos com a presença de guias, audiovisuais que impliquem o trabalho de intérpretes, demonstrações, conferências, animações e receções. Os meios não-pessoais, como o

termo indica, não incluem o fator humano direto. Podem surgir em forma de: sinalética, publicações variadas – tais como folhetos, guias, mapas, entre outros – audiovisuais, exposições, percursos autoguiados e meios de comunicação de massas, por exemplo, a internet.

Como se afirmou, existem diversos meios que podem ser utilizados na interpretação, contudo, estes divergem conforme as instituições. A própria tipologia institucional se reflete nos conteúdos interpretativos. Segundo Moiteiro (2010, p.153) existem quatro tipos de instituições que procedem à interpretação patrimonial: os centros culturais especializados, os centros de património *in situ*, os territórios-museu e os centros interpretativos. Como já foi referido, a interpretação deve atender ao meio envolvente, modificando-se conforme os contextos económico, político, social, cultural, natural, etc. No entanto, não depende apenas desses fatores, sendo necessário ter em conta a imagem da instituição, a sua missão e objetivos. O intérprete patrimonial deve, por isso, compreender qual a imagem que se pretende passar para o exterior. Acima de tudo, não deve ser ignorada a questão do orçamento, pois não interessa fazer um projeto interpretativo aliciante e bem construído se não existir a capacidade financeira para o concretizar (Moiteiro, 2010, p.155).

Além da problemática da instituição, existem outros assuntos a ter também em conta. O público-alvo, por exemplo, é um dos principais fatores a ser estudado, uma vez que o sucesso de um projeto está diretamente ligado à reação que suscita. É essencial prestar atenção aos interesses dos possíveis consumidores, para que seja elaborada uma estratégia capaz de satisfazer as suas expectativas. Neste processo é fundamental prever o tempo de que os visitantes dispõem, quais os seus interesses e disponibilidade financeira (Moiteiro, 2010, p.155).

“O objetivo da interpretação do património é sensibilizar o público e fornecer orientação que permitirá aos visitantes ver, explorar, situar, observar, analisar, compreender, sentir e verdadeiramente "experienciar" o local” (Baeyens et al., 2005, p. 17).

No artigo “Quando o Museu convida ao território: dois patrimónios universais entre o Douro e o Côa”, do Boletim da Rede Portuguesa de Museus, a autora Maria da Graça Araújo, dando o exemplo do Museu da Casa Grande (Museu de Arqueologia e Etnologia de Vila Nova de Foz Côa) explica que este segue um discurso expositivo que

“fornece uma perspetiva de evolução das comunidades que deixaram vestígios no espaço” (Araújo, 2007, p. 6). Nessa linha de pensamento, é importante realçar a necessidade de criar um discurso menos técnico, especialmente em Centros de Interpretação, tentando cativar a atenção e o interesse dos visitantes. Importa conseguir um discurso que tenha em conta a comunidade, as suas transformações no tempo e como essas afetaram, positiva ou negativamente, a região e os seus habitantes. Desta forma, ao explorar-se o património e as memórias da comunidade consegue-se transportar a realidade do território para o Centro Interpretativo, da mesma forma que o Centro Interpretativo convida ao território.

Os visitantes tendem a procurar locais que combinem o conhecimento, a educação e o lazer (Baeyens et al., 2005, p. 17), preferindo atividades culturais com uma conjugação turística. Assim, o objetivo da interpretação do património é permitir que os visitantes tenham uma verdadeira “experiência” do local que lhes permita observar e explorar, suscitando-lhes interesse e promovendo a consciencialização patrimonial. A interpretação patrimonial deve também ter em conta que a experiência vivida pelos visitantes deve despertar sensações, ir ao encontro de significados pessoais, colocando de lado as práticas do museu tradicional (Baeyens et al., 2005, p. 17).

1.2.2. Centros Interpretativos

Por norma, as instituições culturais são agentes representativos das comunidades acolhedoras. É importante ter em conta que um Centro de Interpretação (CI) se insere numa determinada realidade social, económica, política e cultural e é necessário perceber que esse facto irá ter impacto na instituição, acabando por condicionar, ou mesmo ditar, as suas práticas. Na sua missão e objetivos, os Centros Interpretativos tendem a refletir os contextos em que se inserem. Este facto resulta numa relação de simbiose entre o espaço cultural e o contexto social. Estando o espaço cultural situado num determinado tempo e espaço, é lógico que as suas atividades sejam em torno disso mesmo. Por essa razão, é normal que se verifiquem mudanças no contexto pela ação da instituição e vice-versa.

O facto de os Centros Interpretativos serem responsáveis pela interpretação e representação do património, implica que não sejam lugares neutros. De facto, como criadores de representações, estes espaços têm interferência na realidade social que os

engloba. É por isso, essencial que se mantenha uma boa relação entre as diferentes componentes da comunidade, de modo a que a gestão institucional resulte numa boa aceitação por parte, tanto do público-alvo, como de todas as entidades envolvidas na gestão regional. Daí a importância de uma interpretação patrimonial cuidada e realista.

Os Centros de Interpretação procuram valorizar e divulgar o património de uma determinada comunidade, no entanto, são de natureza bastante diferente da dos museus. Enquanto num museu o objetivo principal se fixa no estudo, conservação e exposição das suas coleções, os Centros Interpretativos, por outro lado, têm uma estratégia discursiva distinta, colocando de parte a política de colecionismo e redirecionando o seu discurso de forma a apelar à apreciação do património local. Assim, a informação e atividades promovidas devem ter esse fator em conta e afirmarem-se pela educação, provocação, inspiração e apelo à consciencialização da necessidade de preservação do património no seu contexto original (Baeyens et al., 2005, p. 31). Assim sendo, o papel dos Centros de Interpretação passa também por criar os meios necessários à exibição de conteúdos, transmitindo significados e valores, proporcionando ao visitante a aquisição de novos conhecimentos e emoções. Isto obviamente revela-se pela organização de conteúdos atrativos, com ideias inovadoras e criativas que chamem a atenção de quem os visita.

Conforme a Lei de Bases do Património Cultural Português (nº107/2001), Artigo 3.º, alínea 3: “O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais”. O conjunto das funções enumeradas acima cabe também aos Centros de Interpretação, na medida em que têm à sua guarda bens patrimoniais e interpretam contextos locais. Através de diversos recursos, e a partir de um discurso museográfico bem conseguido, é possível criar e dar a conhecer pontos turísticos contadores de histórias e guardadores de memórias, que transportam o interesse do visitante, não só para o local de exposição em si, mas também para a realidade externa à instituição, contribuindo para a promoção do turismo e consequentemente do desenvolvimento local. Neste processo, assumindo os objetivos desta tipologia de instituição, é importante fornecer as ferramentas necessárias ao visitante para que ele adquira novos conhecimentos que contribuam para o reconhecimento da necessidade de valorização e proteção do património. Ao mesmo tempo é de esperar que todos estes fatores vão tendo repercussões no processo de construção de identidades.

Atualmente já começa a ser um facto que quando se fala em desenvolvimento regional não se pretende ter uma abordagem simplificadora, assumindo apenas as questões relacionadas com a dimensão económica. Surge cada vez mais recorrente a ideia de que é também importante abordar outros fatores, como por exemplo, o desenvolvimento cultural e intelectual, e, por conseguinte, a questão da democratização cultural. Esta questão é abordada na Lei Constitucional nº.1/2005 de 12 de Agosto, Capítulo III, Artigo 72º, alínea 3 quando esclarece o seguinte:

“O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.”

O Centro Interpretativo pode ter um papel significativo neste processo de democratização, na medida em que ajude à divulgação e valorização do património. A gestão do património local, nomeadamente o seu estudo e divulgação, como já foi dito anteriormente, cabe a todas as entidades culturais que cada vez mais ganham consciência de que essa divulgação se destina, não só a profissionais e turistas, mas também à população inserida nesse mesmo contexto. Portanto, os Centros Interpretativos devem, para além de explorar a componente patrimonial, procurar facilitar o seu acesso por parte de todos, ao mesmo tempo que contribuem para a formação e educação. Só desta forma haverá por parte destas entidades um reforço no sentido da transmissão de valores culturais.

Capítulo II - Castelo de Paiva

Neste capítulo II pretende-se apresentar o concelho de Castelo de Paiva. Inicialmente realiza-se uma apresentação geral do concelho, nomeadamente a nível geográfico, demográfico, político e cultural. Posteriormente, faz-se uma apresentação do espaço do Centro Interpretativo existente no concelho e para onde se propõem no Capítulo III os respetivos conteúdos renovados. O tema dos “Ofícios”, apesar de estar incluído na proposta final, não será abordado na exposição geral do concelho, mas sim na descrição do Centro Interpretativo, uma vez que representam uma parte essencial do seu conteúdo informativo.

2.1. O concelho de Castelo de Paiva

2.1.1. Breve enquadramento histórico, geográfico e demográfico

A história de Castelo de Paiva (ver Apêndice 1) remete para o dia 1 de dezembro de 1513 a atribuição do Foral Manuelino a Terra de Payva (Rocha, 2013, p. 13). No dia 1 de dezembro de 2013 o município comemorou os 500 anos da concessão do Foral Manuelino, cujo único exemplar está à guarda da Torre do Tombo, em Lisboa.

Como se verifica em muitos outros locais, o concelho de Castelo de Paiva tem vindo a modificar-se ao longo dos anos. Até recentemente, o concelho era constituído por nove freguesias: Bairros, Fornos, S. Martinho, Sardoura, Raiva, Pedorido, S. Pedro e Sobrado, esta última sede do concelho. Atualmente, a sede do concelho permanece em Sobrado (centro da Vila), no entanto, as freguesias diminuíram para seis devido ao processo de união de freguesias aprovado pela Lei n.º 22/2012 de 30 de maio. Estas passaram a ser as seguintes: Fornos, Real, São Martinho de Sardoura, Sardoura, União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso e União de Freguesias Sobrado e Bairros.

Pertencente ao distrito de Aveiro, Castelo de Paiva é um concelho com uma área de cerca de 115 Km². Faz fronteira com Arouca, e está entre os concelhos de Cinfães,

Gondomar e Santa Maria da Feira. Apesar de pertencer ao distrito de Aveiro, o concelho encontra-se muito mais perto da cidade do Porto, a cerca de 45 quilómetros, e por essa razão, faz parte da Diocese do Porto.

À data dos últimos censos (2011), realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, Castelo de Paiva atingia o número de 16733 habitantes, dos quais 8302 eram mulheres e 7553 homens, distribuídos por um total de 5575 famílias. Do total de habitantes, mais de 50% são adultos entre os 25 e os 65 anos de idade. Apesar disso, houve nos últimos anos um elevado decréscimo no número de habitantes. Em 2001, o concelho tinha um total de 17 338 habitantes, ou seja, cerca de mais 600 pessoas do que as contabilizadas pelos números atuais. Isto explica-se por fatores sociais e económicos vividos em todo o país e que afetaram todos os concelhos em Portugal. A crise económica que surgiu pelos anos de 2007/8 teve diversos impactos negativos, nomeadamente o aumento do desemprego, o qual se apresentou para muitas famílias como uma razão para mudança de residência. Castelo de Paiva, devido à escassez de acessos e de meios de transporte, encontra-se um pouco isolado dos grandes centros urbanos, impedindo eventuais oportunidades de emprego localizadas a maior distância. Por outro lado, as únicas e raras oportunidades de emprego local surgem da atividade das indústrias presentes no concelho. Empresas como a CLARKS (calçado) e a CERNE (móveis) empregavam bastantes trabalhadores, mas encerraram as suas portas nas últimas duas décadas, causando problemas a muitas famílias da região. O concelho possui atualmente empresas de diversos setores, principalmente na área da transformação, espalhadas por diversos locais, incluindo uma Zona Industrial, a de Lavagueiras. No entanto, as empresas empregam um número reduzido de trabalhadores sendo as fábricas de calçado e de componentes de automóveis as que empregam mais colaboradores. Todos estes fatores levaram à saída de uma grande parte da população do concelho, e aliás também do país, principalmente de jovens e/ou de chefes de família, o que ainda se verifica atualmente. O concelho tem tentado fomentar a implementação de novas empresas tendo em conta o desenvolvimento sustentável da região e tem lutado pela concretização do troço da EN 222 que ligará à A32, facilitando o escoamento rápido da produção industrial do Concelho e o deslocamento até aos centros urbanos mais próximos, a região do grande Porto, Espinho e Santa Maria da Feira.

Percebe-se, portanto, que o meio em que será implementado o projeto, tem, ao longo dos anos, vindo a sofrer um desenvolvimento muito lento, ainda que contínuo. O principal fator que tem impacto negativo nas iniciativas de desenvolvimento, é sobretudo

a falta de capital para o investimento inicial. Economicamente subsiste a apreensão face ao compasso lento de desenvolvimento do concelho de Castelo de Paiva, que acaba por se verificar em todo o país, se comparado com valores europeus. Estes fatores, associados à situação de crise económica, tem impacto direto nos fatores sociais. É um facto que quando se mostram dificuldades, as famílias colocam de parte atividades culturais e de lazer, o que é uma desvantagem real contra empresas e instituições que baseiam o seu produto nesta área específica. Por isso mesmo, este projeto é uma mais-valia, na medida em que as visitas ao Centro de Interpretação terão carácter gratuito apresentando uma verdadeira vantagem com vista à adesão da população.

2.1.2. Situação política, social e cultural atual

Atualmente, Castelo de Paiva tem à frente do município Gonçalo Rocha, licenciado em História, pertencente ao partido socialista. O município tem vindo a tentar incrementar o papel da cultura e a apostar na divulgação do território a nível patrimonial, cultural e turístico. Exemplo desse facto é a criação de um Posto de Turismo e do Centro de Interpretação da Cultura Local que é o objeto de estudo deste trabalho.

O concelho integra a Rota do Românico em virtude de deter um monumento designado Marmoiral de Sobrado. A palavra “marmoiral” é uma corrupção da palavra memorial. Este monumento é formado por duas pedras sepulcrais e data da segunda metade do século XII. Está classificado como Monumento Nacional pelo Decreto (n.º 37 728, DG, I Série, n.º 4 de 5 de janeiro de 1950).

Castelo de Paiva faz também parte da Rota da Água e da Pedra, em virtude das características do seu ambiente natural e paisagístico pertencendo a uma zona montanhosa atravessado por vários rios, entre eles o Paiva, o Arda e o Douro. A Rota da Água e da Pedra procura valorizar elementos que relacionam o património cultural, arqueológico e natural, destacando sobretudo expressões territoriais relacionados com a paisagem, tais como cascatas, gravuras da pré-história, fósseis, minas antigas, rios, entre outros. A Rota explora o território através daquilo que foi definido como “linhas” (percursos) que vão desde o Arada, Bastança, Caima, Douro, Freita, Antemuro, Paiva,

Arestal ao Vouga. Essas linhas representam os possíveis percursos a seguir. As “linhas”, que passam por mais de 200 lugares turísticos, estão complementadas por painéis informativos em diversos pontos. Pertencentes a Castelo de Paiva e inseridos na “linha” D – do Douro – da Rota estão destacados o Couto Mineiro do Pejão, os fósseis do carbonífero pertencente a um colecionador particular, a foz do rio Arda, a Croca do Arda (local junto ao rio), o Pelourinho da Raiva (monumento), o monte de São Domingos, as aldeias de xisto do Douro, o monte de São Gens, o Marmoiral da Boavista, a Lagoa do Seixo e a Ilha dos Amores. A localização destes pontos pode ser consultada no Apêndice 3. Somente a linha D foi destacada, uma vez que é única na qual o concelho de Castelo de Paiva está inserido.

Além de integrar estas duas Rotas, no concelho realizam-se vários eventos regulares, nomeadamente, uma “Feira Agrícola e Produtos Regionais”, que se realiza no último domingo de cada mês e onde, tal como o nome indica, se vendem produtos específicos da região. Além da feira mensal, merecem destaque a festa de Santo Adrião, os festejos de São João e as romarias de São Domingos e Santa Eufêmea, que mobilizam um grande número de pessoas, tanto vindas de fora como da região.

A Câmara Municipal de Castelo de Paiva, com o apoio do Posto de Turismo e do Centro de Interpretação (desde a sua inauguração em 2013), também promovem todos os anos uma Feira que traz à Vila a presença de um grande número de visitantes oriundos da região, mas também um elevado fluxo de turistas, especialmente de nacionalidade espanhola. Trata-se da “Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato”, comumente designada por “Feira do Vinho”. Teve nos dias 2, 3 e 4 de julho de 2017 a sua 20ª edição. Esta Feira ocupa a praça central da Vila, o Largo do Conde, onde está edificada a Câmara Municipal, a igreja Matriz de Sobrado, o Centro de Interpretação de Cultura Local e a estátua do Conde como se pode verificar a partir da planta com inserção do Edifício da Cadeia (CI) na malha urbana (Anexo 1). A feira apresentava-se dividida por secções: doces tradicionais (com seis bancas), artesanato (com 36 bancas), vinhos verdes e fumeiro (com 22 bancas), derivados do leite (com treze bancas) e restaurantes (com seis). Este é um evento que conta com a participação de todos os paivenses que se dedicam à agricultura e artesanato, permitindo-lhes apresentar e vender os seus produtos. Na edição de 2016 pôde ver-se, por exemplo, a venda de cogumelos e mirtilos criados na região. Encontram-se também diversas expressões artesanais através de objetos de pintura, bijuteria e acessórios, entre outros. São ainda representadas as freguesias do

concelho e algumas associações locais. Apesar de tudo, a Feira é conhecida especialmente por quem tem interesse na prova de vinhos característicos da região. Aliás, o vinho era já um dos pontos referidos no Foral de 1513.

Além desta Feira anual organizada pela autarquia, Castelo de Paiva participa regularmente em feiras internacionais de promoção, como por exemplo, na Feira Internacional do Vinho Verde e Gastronomia do Tâmega e Sousa que teve lugar no Luxemburgo. Esta iniciativa, que partiu de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e o Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, teve a duração de três dias. Aproveitando o evento, o município apresentou o território, através de mostras de vinhos, doçaria e fumeiro, com o objetivo de promover e divulgar o concelho. Ou seja, há uma crescente consciencialização da necessidade de divulgação do território, o que contribui para o crescimento da atividade turística da região.

A um outro nível, desde 2011 existe no concelho existe um Museu das “Primeiras Artes” cuja tutela é da Associação de Defesa do Património Histórico-cultural de Castelo de Paiva (ADEP) e que se localiza especificamente na freguesia de Sobrado, na Vila e muito próximo do Centro de Interpretação da Cultura Local. O edifício que alberga o Museu está localizado no denominado “Parque das Tílias”, local onde existem outros edifícios também pertencentes à ADEP. Deve esclarecer-se que o Museu é relativamente pequeno e abre apenas com autorização prévia por parte da Associação, pelo que não é possível visitá-lo nos horários habituais dos museus. A exposição permanente conta com objetos relacionados com os ofícios tradicionais e a vida dos habitantes de Castelo de Paiva, tendo sido recolhidos e doados à ADEP, segundo informações da mesma, ao longo de vários anos. Os temas com que se relacionam são: “o pão”, “a mina”, “a terra”, “a pedra”, “a frutuária”, “a pele”, “o papel”, “a escola”, “o linho”, “o metal”, “o rio”, “a madeira” e “a Casa Rural”.

Também digno de destaque, é um barco rabelo que se encontra no mesmo Parque das Tílias, mas no espaço exterior. Tal como outros objetos expostos no interior do Museu, está relacionado com a atividade da pesca da população paivense, arte de grande importância visto o concelho ter uma ligação muito importante ao rio Douro. Aproveitando os temas da exposição, referidos no parágrafo anterior, esta Associação, com a colaboração com outras, nomeadamente o Grupo Cénico de Bairros, promovem uma recriação histórica de uma feira do século XIX. Esta recriação realiza-se todos os anos, exatamente no Parque das Tílias, e tenta representar vários ofícios da região

enquanto no local se vendem produtos regionais tais como o mel e o vinho. A Feira do Século XIX é uma das formas que se encontrou de interpretação patrimonial das tradições paivenses, mas não é a única. A ADEP organizou também, no ano de 2016, tardes dedicadas aos jogos tradicionais que coincidiram com a abertura do Museu, data esta que é pontualmente assinalada todos os anos.

Deve ainda ser referido que no centro da Vila existem também uma Academia de Música e uma Biblioteca que organizam eventos pontuais, de acordo com os objetivos e missões particulares. A Biblioteca organiza leituras de contos e visualização de filmes orientados mais para crianças em idade escolar. Organiza também palestras e exposições e está em estreita colaboração com a Universidade Sénior de Castelo de Paiva. A Academia de Música situa-se num antigo edifício renovado e existe desde 1988. É uma escola de ensino especializado de música, com autonomia pedagógica, lecionando desde o 1º ano do ensino básico ao 12º ano. Os cursos que lecionam podem ter como base os seguintes instrumentos: Acordeão, Clarinete, Contrabaixo, Fagote, Flauta Transversal, Guitarra, Oboé, Piano, Percussão, Saxofone, Trombone, Trompa, Trompete, Tuba, Viola de Arco, Violino e Violoncelo. A Academia também leciona cursos livres. Sempre que os alunos terminam uma das fases da sua aprendizagem é feita uma apresentação ao público, aberta a todos, que é realizada no Auditório Municipal. A Academia realiza também *workshops* e concertos com músicos de todo o mundo.

2.1.3. Natureza

As paisagens naturais e os pontos naturais visitáveis são sem dúvida um dos pontos fortes do concelho de Castelo de Paiva. Para este Projeto foi realizado um levantamento de alguns dos pontos principais visitáveis, como se pode verificar no Apêndice 3. Apesar dos acessos dificultados entre o concelho e as grandes cidades fora dele, alguns dos turistas que visitam o concelho de Castelo de Paiva fazem-no exatamente com o objetivo de passear pela natureza, frequentar as suas praias fluviais ou atividades afins.

A inclusão do concelho na Rota da Água e da Pedra foi, sem dúvida, uma vantagem no que diz respeito à divulgação dos espaços naturais. Além disso, o município decidiu recentemente, apostar num percurso pedonal com um total de 14 quilómetros,

sobretudo na área próxima do rio. O rio Douro sempre teve uma ligação muito próxima com todos os residentes no concelho. No passado, transportava mercadorias, facultava a pesca e o comércio. Mais recentemente é recordado como meio de perda de vidas, associado à Tragédia de Entre-os-Rios. É por isso importante que se refaça (apesar de não se esquecer), a imagem do rio, tornando-o, novamente, mais próximo das pessoas, ao mesmo tempo que contribui para um melhoramento das suas vidas. Deve ser realçada a beleza natural dos espaços. Se concretizado com sucesso, este projeto não só levará os turistas a locais até então pouco visitados, como também valorizará os negócios locais. Desenha-se, deste modo, uma imagem muito positiva do rio Douro. A iniciativa passa pela criação de pontes, passadiços e miradouros, os quais surgirão com a forma de barcos rabelos. Trata-se claramente de uma alusão aos barcos rabelos que atravessavam o rio no passado, construídos ao longo de todo o rio Douro e também nas partes do rio que banham o concelho. Neste projeto do percurso pedonal, serão incluídos pontos relevantes para o concelho, como por exemplo, as aldeias de xisto de Gondarém, que materializam uma das formas/recursos utilizados na construção, características do concelho no passado.

2.1.4. Gastronomia

Em termos de gastronomia, para além dos enchidos, a região é conhecida pelo arroz de cabidela e pelas sopas secas, iguarias muito apreciadas e conhecidas por alguns turistas que se deslocam para almoçar ou jantar no concelho. Em termos de doçaria são muito apreciados os doces de Serradelo e Sardoura e o pão-de-ló de Folgoso. À gastronomia estão muitas vezes associadas as paisagens naturais ou a tipologia de edifícios em que se encontram os respetivos restaurantes.

Em termos de divulgação, a gastronomia está sobretudo associada ao vinho verde, característico do concelho e centro de atenção tanto na Feira do Vinho, como em sessões de divulgação dos produtos naturais, realizadas pela câmara municipal.

Apesar de tudo, neste aspeto, nota-se a necessidade de criar destaque para alguns estabelecimentos existentes no concelho e incluí-los nos percursos dos turistas, especialmente aqueles que se encontram mais deslocados do centro da Vila.

2.1.5. Atividades de Desporto e lazer

No concelho de Castelo de Paiva, o desporto e o lazer estão em muitas situações ligados aos rios. Neste capítulo, já foi mencionado o rio Douro, que tinha no passado uma ligação próxima com as pessoas, graças à pesca e ao comércio. Hoje em dia o comércio e a pesca reduziram-se significativamente. O comércio é realizado sobretudo em pontos específicos e em muito menor escala. Já a pesca é sobretudo uma atividade realizada por desporto e não de forma profissional. Atualmente, no rio Douro apenas se faz pesca desportiva de sável e de lampreia, e nos rios Paiva e Arda de truta. Os cais deixaram de suportar atividades comerciais e hoje em dia apenas recebem barcos de recreio. Os rios, especialmente o Douro, têm praias fluviais que no verão são frequentadas e abrigam várias atividades de lazer. Aos rios permaneceu a ligação, mas através de novas práticas tais como o *rafting*, *canyoning*, *stand up paddle*, canoagem e os mais diversos desportos náuticos motorizados. Portanto, agora os rios não são utilizados sobretudo como meio de transporte, mas como meios de lazer. No caso do rio Douro, nos últimos anos têm crescido exponencialmente os cruzeiros que fazem o percurso Porto-Régua e vice-versa. Desses cruzeiros é possível usufruir de uma vista privilegiada de grande parte do concelho através do curso do rio.

Além dos desportos de rio que são preferencialmente realizados na época de verão, o concelho dispõe também de pavilhões desportivos e campos de futebol, onde se praticam o futebol, *taekwondo* e *hókey* em patins. Na piscina municipal praticam-se a natação e ginástica hídrica.

Castelo de Paiva é também um concelho muito ligado à música. Desde meados do século XIX começam a aparecer as bandas filarmónicas de cariz popular. Em 1909 funda-se a Banda Marcial de Fornos e em meados do século XX a Banda dos Mineiros do Pejão que chegou a ser considerada a melhor Banda Civil do país. A Academia de Música e as escolas infantis das bandas de música vão mantendo sempre vivo a vertente musical do concelho.

É possível concluir, portanto, que com o passar dos anos se tem vindo a apostar num maior número de atividades de lazer, especialmente no que diz respeito ao desporto

e atividades culturais estando, desta forma, o município a contribuir cada vez mais para a educação e desenvolvimento das camadas mais jovens.

Apesar de tudo, é importante que se criem mais oportunidades e atividades a nível cultural, numa sintonia com todas as manifestações já existentes no concelho. É necessário que o município aposte na descentralização e alargue as atividades a todas as partes do concelho. É também importante, que se crie uma maior divulgação (além da que já se tem vindo a fazer), procurando promover Castelo de Paiva, para que haja a oportunidade de chamar turistas e combater o desemprego e o consequente despovoamento do concelho.

2.2. Centro de Interpretação da Cultura Local

O Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva (Anexo 2, Figura 7, 8 e 9) é um serviço que pertence à Câmara Municipal e que foi aberto ao público no dia 25 de abril de 2013. O Centro foi instalado no edifício dos Paços do Concelho, ou edifício da Cadeia como é comumente conhecido. Este localiza-se no Largo do Conde, ponto central da Vila de Castelo de Paiva, na freguesia de Sobrado. Em seu redor existem vários cafés, uma farmácia e, em frente, o edifício principal da Câmara Municipal. Também se encontra perto o Tribunal Judicial de Castelo de Paiva. Localiza-se, portanto, numa zona central da Vila onde se encontra a maioria dos serviços do concelho. A sua construção remete ao início do século XVIII, sendo hoje classificado como Imóvel de Interesse Municipal pelo Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30 de novembro de 1993. O edifício onde está sediado o Centro Interpretativo foi mandado construir pela Casa de Bragança e reservava-se originalmente a acolher no seu piso superior os Paços do Concelho. No seu piso térreo esteve localizada durante anos a cadeia e daí surgiu o nome pela qual é conhecido hoje em dia. Com o tempo, todo o edifício passou a ser utilizado como cadeia e, mais recentemente, foi posto da Guarda Nacional Republicana. Atualmente, abriga um posto de turismo no piso térreo e, no seu piso superior, o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva.

O Centro de Interpretação abriga a montagem de exposições temporárias com bastante frequência, as quais se destacam pela diversidade de temas e autores. Uma das exposições temporárias mais relevantes que teve lugar no Centro de Interpretação

consistiu na exposição de documentos históricos do município paivense, cujo título era: “Payva: Uma História em Documentos”. O conteúdo desta exposição partiu de um estudo dos arquivos camarários, tendo em foco documentos datados entre 1582 e 1910. Documentos de grande valor histórico puderam ser vistos nessa exposição.

Logo à entrada do Centro de Interpretação pode ver-se uma pequena área que serve como zona de receção e, ao fundo da sala, há uma zona de auditório com cadeiras dispostas em filas, dedicado a receber convidados aquando da apresentação de livros, sessões de abertura de Feiras ou exposições. Como se pode verificar na planta do espaço (Anexo 3), o CI é retangular e tem uma área aproximadamente de 149 m². Ao longo do espaço existem doze janelas e três pilares. A nível de recursos, podemos encontrar sistema de som e um ecrã que apenas são utilizados em eventos pontuais, como palestras e apresentações de livros (Anexo 2, Figuras 10, 11 e 12).

A exposição permanente, por sua vez, mostra objetos característicos de algumas das atividades do concelho de Castelo de Paiva que se encontrando-se agrupados consoante o tema a que se referem. Realizou-se uma lista dos 40 objetos existentes no CI, com as respetivas informações e imagens, como se pode verificar no Apêndice 4. De seguida apresenta-se uma descrição da exposição enriquecida pelo estudo realizado sobre essas atividades, cujos dados assentados nas conversas tidas com especialistas das diversas atividades.

Encontram-se neste local a representação de atividades (Apêndice 5) como a produção de mel e de vinho, o fabrico do pão, o trabalho do cobre, e também se podem ver objetos relacionados com o processo de tratamento da lã e da agricultura. A maioria destas atividades já não são centrais para o concelho e têm apenas valor histórico. A produção de vinho é, portanto, a de maior valor económico e de importância atualmente. Além disso, estão também presentes objetos relacionados com a navegação nos rios do concelho e objetos arqueológicos provenientes do espólio da necrópole romana de Valbeirô, que data do período final da ocupação romana em Portugal (Anexo 2, Figura 13).

Quanto à produção do mel, ela encontra-se representada através de três objetos: um cortiço, que é uma colmeia em formato cilíndrico fabricada em cortiça, mas atualmente já pouco utilizado na apicultura, uma colmeia em madeira e cera de abelha. Outros treze objetos expostos estão relacionados com o trabalho do cobre, sendo estes os que se encontram em maior número na exposição. Existem, por exemplo, dois alambiques

tradicionais (Anexo 2, Figura 14), feitos em cobre, uma banca de trabalhar o cobre, um cântaro (ou canado) e uma base de alambique. A produção de lã, por sua vez, é explorada através de seis objetos. Neste caso temos uma roca, objeto utilizado para fiar lã (suporta a pasta ou manelo de lã que se pretende fiar); um sarilho, que é o objeto para o qual se transfere a lã do fuso, transformando-a em meadas; um cesto de vime que está relacionado com o transporte deste material; e um caneleiro que é o objeto utilizado para fiar lã; existe ainda uma carda, que é um objeto onde se coloca a meada de fio para ser dobrada em novelos (Anexo 2, Figura 15). Além destes objetos encontra-se também no mesmo agrupamento um outro objeto, que para além da sua utilização na produção de lã pode ser relacionado com o linho e que é a espadela. Esta era utilizado para "espadelar" o linho (bater o linho e limpá-lo).

A agricultura aparece representada no espaço do Centro de Interpretação por dois objetos que são o cesto de vime, o qual, à semelhança do cesto para a lã, está relacionado com o transporte de produtos, e também uma enxofradeira que servia essencialmente para sulfatar as vinhas. Além destas atividades, apresenta-se ainda o fabrico do pão através de três objetos. Neste caso, podemos ver duas pás do forno, uma usada para colocar o pão no forno e outra para o tirar do forno quando pronto, e uma masseira que era utilizada para amassar a massa do pão. Relacionado com a produção de vinho, podem observar-se quatro objetos que são: uma caneca, um funil, uma pipa e um cântaro (ou canado). A caneca era utilizada para o consumo de vinho, neste caso, vinho verde; o funil era um utensílio para facilitar a mudança do vinho de um recipiente para outro, por exemplo, para as pipas, onde era guardado; e, por fim, o cântaro que servia para o transporte do vinho. Ressalva-se que seria útil ao lado dos objetos existir uma explicação do seu uso e funcionamento, algo que não está presente na exposição. Não é perceptível o uso ou função destes objetos devido à falta de informação sobre eles ou na contextualização funcional.

No Centro de Interpretação estão ainda expostas três miniaturas de barcos que são, um barco de transporte exclusivo de mercadorias, um barco rabelo e um rabão de Esquadra Negra enquanto réplica dos barcos que transportavam carvão e briquetes fabricados do pó do carvão, estes percorrendo o rio Douro até Campanhã e mencionados como "barcos rabões" (Pinho, 1946, p. 10). Por fim, podem examinar-se seis objetos arqueológicos provenientes da Necrópole Romana de Valbeirô, quatro cantis e dois pratos de cerâmica.

Todos os objetos descritos, num total de 40 peças, encontram-se distribuídos ao longo do espaço do Centro de Interpretação, uma grande parte colocada em vitrinas e os

restantes colocados em lugares específicos de acordo com o tema a que pertencem. O espaço abriga ao todo quatro vitrinas com objetos arqueológicos, da produção de vinho e da produção de cobre. Estão distribuídos da seguinte forma: perto da entrada, encontra-se uma vitrina onde estão colocados os objetos arqueológicos, de seguida, outra vitrina acolhe os objetos relacionados com o vinho e, uma terceira alberga os objetos relativos à produção de cobre. Ao fundo da sala, e perto do local onde se monta o auditório, está uma vitrina que contém as miniaturas das embarcações. Ao fundo da sala e perto de uma janela, apresenta-se a banca de trabalhar o cobre, a qual devido às duas dimensões teve de ser colocada no chão. Os temas da agricultura e da lã estão expostos do lado esquerdo, para quem entra na sala. De apoio aos temas expostos, podem ver-se alguns painéis que contêm informações vagas e apenas alusivas às atividades em exposição e não aos objetos e suas características. Tudo isto pode ser observado através de um percurso circular e pouco rígido, pelo que o visitante pode escolher o seu ponto de referência e não está limitado a um percurso previamente definido.

Apesar da presença dos objetos, a exposição permanente necessita de uma reformulação a nível do discurso, de modo a transformar o espaço existente num local didático e lúdico que chame, não só turistas, como a população envolvente e que, sobretudo, contribua para o reforço de uma identidade e memória coletiva que unifique todo o concelho de Castelo de Paiva. Para além da presença dos objetos, não existem informações específicas dos mesmos, tais como fichas técnicas e/ou textos explicativos, que para além de destacarem os objetos, os insiram num contexto sociocultural. Por isso mesmo, caso a visita não conte com a presença de um mediador, o visitante não terá o conhecimento necessário para realizar uma tradução da interpretação, a não ser que já detenha conhecimento sobre os respetivos temas. Além disso, os recursos utilizados são bastante reduzidos, já que para além dos objetos só existem algumas frases que falam do contexto cultural, mas que falham em o relacionar com os objetos expostos. Também não existe folha de sala, nem recursos audiovisuais que apoiem o discurso museográfico.

A realidade política e cultural mais recente em que se insere Castelo de Paiva e, nomeadamente o facto do concelho de Castelo de Paiva pertencer à Rota do Românico do Vale do Sousa, ao Turismo Porto e Norte de Portugal, e mais recentemente à Rota da Água e da Pedra não aparecem focadas no Centro de Interpretação. Atender a estas dimensões do concelho faria com que o Centro de Interpretação desse a ver uma realidade mais atual e novas temáticas pudessem ser exploradas, dando origem a novos discursos e exposições até agora invisíveis à exploração. Além disso, tratando-se de uma instituição

que segue as regras de conduta definidas pelo organismo municipal, existem outros fatores a ter em conta. Neste caso, essa tutela municipal pode ser uma mais-valia, na medida em que a Câmara pode garantir os meios necessários à gestão do Centro de Interpretação. Por outro lado, contudo, o Centro de Interpretação carece de autonomia, o que pode significar um entrave à sua evolução em termos de discurso museográfico.

A proposta que será apresentada no Capítulo III deste trabalho tem em conta tudo o que foi descrito e, procura ultrapassar as lacunas identificadas e anunciadas. Com este projeto, não só algumas necessidades serão preenchidas, como também se criarão ambientes de possível desenvolvimento do território com o intuito de cativar públicos para a região.

Capítulo III - Proposta para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva

Neste capítulo, proceder-se-á à descrição e análise de três exemplos concretos de interpretação patrimonial como forma de alargar os conhecimentos e a reflexão sobre centros interpretativos, tendo por base as visitas levadas a cabo ao longo do trabalho. Em primeiro lugar, será realizada uma reflexão geral e, de seguida, serão abordados cada caso em específico, dos quais se fará uma descrição dos conteúdos museográficos e respetivos recursos interpretativos. Após essa descrição de casos concretos e respetivas conclusões analíticas, expor-se-á a proposta elaborada para o Centro Interpretativo da Cultura Local de Castelo de Paiva.

3.1. Os Centros Interpretativos Visitados

Os Centros de Interpretação, conforme a tipologia das suas coleções, o seu contexto territorial e identitário, e até mesmo os recursos e orçamento disponíveis, têm diferentes formas de interpretar conteúdos. Há, assim, uma grande diversidade de exposições com diferentes abordagens e diferentes modos de aplicação das mesmas.

Com vista ao desenvolvimento de um guião de exposição para o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva foram efetuadas visitas a diferentes Centros de Interpretação que, de algum modo, apresentam coleções com características semelhantes ao caso de estudo explorado neste Projeto. As instituições selecionadas foram o Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas (Anexo 4), a Casa do Território de Vila Nova de Famalicão (Anexo 5) e o Núcleo Central do Museu de Vila do Conde (Anexo 6). O objetivo principal destas visitas consistiu em entender quais os recursos utilizados por estas instituições e quais os métodos utilizados para interpretar o território e desenvolver um discurso expositivo. As visitas foram, portanto, um ponto de partida para a conceptualização de um guião museográfico dedicado à interpretação do património de Castelo de Paiva. Assim, serão descritos exemplos de

recursos utilizados pelas instituições mencionadas. A descrição começará por abordar temas gerais, como a identificação da instituição, passando depois aos conteúdos temáticos e ao que se entende que terão sido as intenções do intérprete patrimonial. Note-se que a reflexão é conduzida pelo ponto de vista do observador, pelo que poderá divergir em alguns pontos das ideias dos intérpretes responsáveis pelas exposições.

3.1.1. Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas

O Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas localiza-se em Castromil, concelho de Paredes (Anexo 4, Figuras 16). Este Centro encontra-se num edifício que foi anteriormente uma escola primária. Atualmente apresenta uma exposição permanente que pode ser visitada apenas com marcação prévia.

O discurso interpretativo é orientado pelo objetivo de narrar uma parte da história do concelho de Paredes. O tema principal da exposição é a exploração do ouro nas Minas de Ouro de Castromil e nas Minas de Ouro de Banjas pelos Romanos entre os séculos I e IV d.C. As minas de Banjas encontram-se atualmente fechadas por não reunirem as condições necessárias para serem visitadas, no entanto, as minas de Castromil, estando próximas do Centro Interpretativo, estão inseridas no percurso de visita. Assim, a visita à exposição do Centro Interpretativo é utilizada para contextualizar o trabalho nas minas. A visita à exposição é acompanhada por uma arqueóloga, enquanto a visita às minas é realizada por uma geóloga.

Assim que se entra no Centro Interpretativo, o primeiro objeto que chama a atenção do visitante é uma maquete das Minas de Ouro de Castromil (Anexo 4, Figura 17). Esta maquete está a uma escala de 1:1500 e transporta de imediato o observador, do local de exposição para o território. Relativamente perto da maquete, observa-se uma parede branca que tem escrito, a preto, vocabulário relacionado com a temática geológica abordada na exposição (Anexo 4, Figura 18). Esta parede, contudo, não se encontra no interior da sala de exposição, mas sim na parte contígua, por onde se passa, logo após a entrada no Centro Interpretativo. Este local serve como ponto de partida e é onde a guia começa por introduzir o seu discurso, começando por falar de como surgiu o Centro

Interpretativo e explicando qual o tema explorado na exposição. Neste caso, temos na parede palavras como “Pirite”, aludindo a um dos objetos de mediação, “Aurum” e “Au” referindo-se respetivamente à tradução da palavra “ouro” para latim e ao símbolo químico representativo do ouro. Outra tradução aparece com a expressão “gold mine”, fazendo uso da língua inglesa de forma a aludir ao conteúdo principal da exposição que são as minas de ouro. Há também uma referência ao “Ordovício”, e neste caso explica-se que é o “período da era Paleozoica do éon Fanerozoico que está compreendido aproximadamente entre 488 milhões e 443 milhões de anos atrás” e também se revela que “electrum” é uma “liga natural de ouro com mais de 20 % de prata”. É ainda destacada a palavra “Granitoides” explicando que se tratam de “rochas de composição semelhante ao granito, ou seja, à base de feldspato, quartzo e mica”. Tudo isto, obviamente é um discurso muito técnico e que serve sobretudo como apoio do discurso da guia aquando da visita. Nesse sentido, é sem dúvida uma mais-valia, por exemplo, no caso de se verificar uma alusão ao período Ordovício ou ao electrum. Mesmo que sem mais explicação, o visitante rapidamente faz a ligação entre os dois discursos, o falado e o escrito. Desta forma, pode dizer-se que há uma ligação de simbiose entre aquilo que é dito e aquilo que é representado na exposição. Como é comum nas visitas guiadas, o discurso falado apoia a exposição, da mesma forma que a exposição apoia o discurso.

Após a introdução ao tema, o visitante é conduzido à exposição principal que está instalada numa sala fechada. O espaço interior desta está ocupado por uma estrutura cilíndrica em madeira com o interior oco (Anexo 4, Figuras 19, 20 e 21). O percurso é realizado a partir da circulação à volta dessa mesma estrutura, pelo que se entra na sala e se termina na mesma porta. A iluminação provém sobretudo de luz artificial que é ligada apenas na altura da visita, mas há também a entrada de luz, ainda que muito reduzida, através de pequenos vidros que se encontram em cima das duas únicas portas que existem no local, uma delas é a porta por onde se entra e sai da exposição, sendo que a outra porta está diretamente ligada à rua, mas encontra-se permanentemente fechada. O ambiente que se tenta projetar na sala, a partir de um espaço reduzido e intimista e com luz maioritariamente artificial, procura imprimir no visitante a sensação de se estar numa galeria de mina. Esse facto é reforçado por curvas existentes na estrutura cilíndrica que se encontra no centro da sala.

As paredes do local são escuras e fazem parte da própria exposição. Uma parede pintada a azul-escuro apresenta escritas diversas frases, sobretudo provérbios,

relacionadas com o ouro, tais como: “O silêncio é de Ouro” ou “O amor olha de tal maneira que o cobre lhe parece ouro”, entre outras. Neste caso, temos uma maneira muito singular de interpretar o conteúdo expositivo. Pegando num dos temas principais que é a exploração do ouro, o assunto é interpretado relacionando-o com questões da sabedoria popular. Uma das frases, “Ouro sobre azul”, faz alusão à forma como esta interpretação é concretizada já que as frases estão todas escritas em dourado sobre uma parede azul, realçando o sentido para que esta expressão remete “o melhor junto com o ótimo”. Na parede oposta, pintada a azul, encontra-se simplesmente a palavra “ouro” em grande escala e em três dimensões.

A exposição é produzida utilizando diversos recursos tais como imagens, objetos, textos e mapas (Anexo 4, Figuras 22, 23 e 24). Os objetos estão todos legendados, no entanto algumas das legendas explicitam simplesmente o nome do objeto. Outros objetos têm mais informação. Por exemplo, existem objetos com inscrições em latim e esse facto é referido na respetiva legenda. Além disso é referenciado nas legendas o facto de alguns dos objetos terem sido cedidos ao Centro Interpretativo. Neste caso são também mencionados os antigos proprietários. Para complementar a legendagem, especialmente dos objetos que se encontram nas vitrinas, é destacada a finalidade para que estes eram utilizados ou, no caso de isto não se aplicar, qual a sua proveniência. Por exemplo, existem objetos de uso doméstico, materiais de construção e também minério de ouro oriundo das minas de Castromil e minério de ouro vindo das minas de Banjas. Além disso, em alguns casos, na parte de trás da vitrina, logo após a colocação do objeto encontra-se uma pequena ilustração. Esta pode revelar o objeto na íntegra se o que se encontra exposto for simplesmente um fragmento, ou então pode ser uma explicação através do desenho de como era utilizado o objeto em questão.

No interior da sala de exposição podem também encontrar-se mapas. Por exemplo, numa das paredes do Centro, está desenhado um mapa que revela a localização das minas de ouro de Castromil e das minas de Banjas inseridas no concelho de Paredes. Este mapa é ainda complementado com informação relativa aos dados geológicos do território, pelo que são destacadas as formações graníticas, metassedimentares e quartzíticas da região. Isto revela a forma como o discurso está orientado segundo diferentes temáticas. Por um lado, há uma exibição de conteúdos relacionados com a geologia, através de um discurso mais técnico e voltado para um público mais específico. Apesar disso, é um discurso leve e de fácil compreensão. Em simultâneo, apresenta-se uma temática histórica, neste caso

focando o tema principal da exposição que é a exploração das minas pelos Romanos. Neste contexto são apresentadas situações do quotidiano da população romana no período e localização específicos.

Ao longo da sala são colocados diversos textos que revelam momentos da história relacionados com a exploração mineira no concelho de Paredes. Uma vez que o percurso da visita é executado de forma circular, o visitante vai tendo acesso a textos que introduzem estas questões num processo cronológico. Primeiramente, logo após o mapa da localização das minas, encontra-se um texto que fala sobre “Paredes: Terra do Ouro” e outro, mais específico, sobre o “ouro nesta região mineira”, ou seja, nas minas de Castromil. Feita a introdução, os textos passam a referir-se aos Romanos, especificando “Roma e o minério: a administração das minas no tempo do Império”, “a romanização no concelho de Paredes” e “o processo de mineração”. Depois de tudo isto, é então feito um pequeno esclarecimento sobre “a exploração mineira após os romanos”. A par dos textos são colocadas várias imagens de apoio. Destaca-se, por exemplo, uma imagem de um áureo romano (moeda) do Imperador Marco Aurélio, cunhado em Roma segundo o descrito na legenda.

A exposição também apresenta recursos tecnológicos, tais como ecrãs interativos, onde se pode explorar informação relacionada com “As minas em Paredes”, “Tecnologias mineiras romanas” e “povoamento romano em Paredes”. Além disso, existe também um ecrã utilizado para mostrar dois vídeos relacionados com o discurso expositivo. O primeiro vídeo é um documentário realizado pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e mostra um geólogo a falar sobre as minas de Castromil, especificamente de questões relacionadas com a geologia da zona. O outro vídeo expõe uma visita virtual às minas de Banjas. Ainda, aquando da visita guiada, é utilizada uma pirite como objeto de mediação para acompanhar o discurso, isto porque, a pirite era muitas vezes confundida com o ouro, daí ser um interessante meio de apoio ao discurso esclarecedor do mediador (Anexo 4, Figura 25).

Outro recurso utilizado neste Centro de Interpretação é a utilização de ilustrações que se encontram ao longo do percurso. O aspeto destas ilustrações segue o mesmo *design* das outras ilustrações que se encontram a par com os objetos no interior das vitrinas. Também aqui as ilustrações servem como meio de explicitação da utilização de determinado objeto: percorrem o percurso com o mesmo objetivo explicativo. Podem observar-se, por exemplo, desenhos elucidativos acerca da forma como os Romanos

exploravam as minas de ouro, o que tendo em conta o período em que se passou esta atividade, era bastante diferente daquilo que se pode verificar hoje em dia, especialmente em termos de tecnologias mineiras. Tudo isso pode ser analisado através das ilustrações. Considero que esta estratégia pode ser mais eficaz do que um texto explicativo, sendo que para além de chamar mais à atenção, pode envolver um conteúdo informativo mais rico, ainda que não de forma explícita.

Os objetos originais que se encontram em exposição não estão todos inseridos nas vitrinas. Alguns dos objetos encontram-se quer pendurados, quer colocados em pequenas estruturas que os sustentam. É isso que acontece com duas mós, as quais atendendo à sua constituição, e particularmente ao peso, seria pouco prático colocar em vitrinas. Neste caso, ambos os objetos se encontram legendados com a respetiva denominação, através de informação contida na estrutura circular de madeira.

O Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas é um Centro pequeno e que se encontra bastante deslocado geograficamente das estradas principais do Concelho de Paredes. No entanto, é um bom exemplo de um serviço interpretativo, na medida em que apresenta diversos recursos e prima pela originalidade e criatividade na exploração de conteúdos. Em geral, a exposição concretiza o objetivo de examinar as questões relacionadas com a exploração mineira. O assunto da geografia associada é também algo bem explorado e não são deixadas de parte as questões explicativas, o que contribui para a riqueza da museografia. Além disso, apesar da exposição se focar no passado, a interpretação não deixa de lado conteúdos mais recentes, fazendo uma ligação entre presente e passado. Este facto é ainda apoiado pela possibilidade da visita às minas de Castromil. A ideia de utilizar o Centro como ponto de partida, é realmente uma questão essencial na exploração do território e, mais uma vez, vem salientar a dualidade presente-passado, respondendo às questões do “como” “quando”, “onde” e “porquê”.

3.1.2. Casa do Território de Vila Nova de Famalicão

A Casa do Território encontra-se no Parque da Devesa, no concelho de Vila Nova de Famalicão (Anexo 5, Figura 26). Esta instituição tem uma exposição permanente intitulada “Tempo, Espaço e Ser” que expõe temas relacionados com o concelho de Vila Nova de Famalicão. O título da exposição revela uma linha de pensamento baseada na

evolução da comunidade famalicense, apresentando de forma sucinta a transformação a nível de espaço, de estruturas físicas e de relações pessoais.

A narrativa expositiva baseia-se em três temas principais: Linha da Água, Linha das Vias e Fluxos e Linha das Pessoas e Relações. Estas Linhas encontram-se devidamente representadas e identificadas no espaço expositivo, pelo que é permitido ao visitante escolher e realizar o percurso que mais lhe interesse. Esta escolha do percurso é apoiada pelo “Triângulo da Sustentabilidade” que é uma sinalização gravada no chão, a meio da sala de exposição, e indica o percurso a seguir dependendo da área de interesse (Anexo 5, Figura 27). Existem, portanto, três percursos à escolha que indicam ao visitante a direção a seguir de modo a explorar cada um dos temas principais. Cada percurso tem como característica uma cor diferente. A Linha da Água tem cor azul, a linha das Vias e Fluxos cor cinzenta e a Linha das Pessoas e Relações cor amarela. Isto reflete-se tanto na indicação do percurso no chão, como nos painéis, sendo que estes possuem fundo branco com motivos da cor do tema em que se incluem.

Nas palavras de Inês Carvalho, uma das colaboradoras na conceptualização da exposição, a interpretação patrimonial partiu de um estudo aprofundado da história do concelho, pelo qual se procedeu à escolha de objetivos que delimitaram a apresentada no local.

A exposição é realizada através de vitrinas que contêm objetos originais e respetiva legenda que inclui uma pequena descrição do objeto, o período de que é originário, o material que o constitui e a sua proveniência (Anexo 5, Figura 28). A legenda é ainda traduzida para inglês na parte inferior. A colocação das legendas muda conforme os objetos expostos, sendo que algumas se encontram num canto no interior da vitrina, junto ao objeto. Nos casos em que esta inscrição se poderia tornar excessiva, os objetos encontram-se simplesmente numerados, aparecendo a respetiva legenda instalada na parede ao lado da vitrina. Os objetos apresentados são vários. Podem observar-se conchas de uma coleção de José da Silva (naturalista), datadas do período Contemporâneo. Existem também diversos objetos da Idade do Bronze, como vasos e machados, da Idade do Ferro, como taças, esculturas e fíbulas, objetos honoríficos, entre outros (Anexo 5, Figuras 29 e 30).

Outro dos recursos utilizados na exposição é um expositor que exibe diversas fotografias de António Christino, personalidade do Concelho de Vila Nova de Famalicão

da época da Monarquia (Anexo 5, Figura 31). Estas fotografias (Anexo 5, Figura 32) representam “Cenas do quotidiano do Minho”, tal como é indicado no expositor, e provêm ou de propriedade particular ou do acervo do Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Podem ver-se cenas representando vindimas, retratos de família, convívios, entre outras atividades. Este é um recurso à partida simples, mas que através das imagens consegue retratar características únicas do passado. Revela questões relacionadas com as vivências, os meios e os costumes, demonstrando ser uma grande fonte de informação do período compreendido entre 1870 e 1900.

A Casa do Território também recorre a mapas para apresentar uma parte do concelho de Vila Nova de Famalicão. A título de exemplo, num mapa são referidos os imóveis de Interesse Nacional, Público e Municipal, assim como é delineada a respetiva área de proteção. São revelados também os limites do concelho e das freguesias, no interior da Linha de Água. Este mapa é ainda apoiado com imagens dos imóveis em destaque. As imagens são numeradas, aparecendo esse número no ponto exato da sua localização no referido mapa do concelho.

Ao longo do espaço expositivo, a narrativa é ainda apoiada por mesas interativas com informação relativa ao património cultural localizado no concelho (Anexo 5, Figura 33). Este suporte digital contém diversos jogos, tais como um jogo para organizar o património classificado e não classificado de Vila Nova de Famalicão (Anexo 5, Figura 34). Este é um meio que chama a atenção de públicos mais jovens ao mesmo tempo que educa através da interatividade.

O ponto forte da exposição é a “Maqueta do Território” (Anexo 5, Figuras 35, 36 e 37) que está associada a um ecrã e respetivos controlos. Esta maqueta está à escala de 1: 10000 e apresenta o concelho de Vila Nova de Famalicão. Através de um projetor, são apresentados aspetos da história relacionada com o espaço do concelho, ao mesmo tempo que a informação é apoiada por vídeos provenientes de um ecrã. O visitante pode controlar a comunicação através de um painel de controlo e escolher a informação que pretende conhecer. Como ponto de partida, no entanto, existe um vídeo com cerca de oito minutos que apresenta por ordem cronológica os aspetos mais relevantes da história do concelho, contando a história através de projeções reveladas na maqueta. Este é um recurso muito utilizado na mediação e acolhimento de públicos, nomeadamente escolas, sendo que pode ser utilizado no ensino de matérias específicas, tais como física e geografia.

A exposição conta também com os “Retratos Falados” (Anexo 5, Figura 38). São quinze vídeos que apresentam relatos de pessoas escolhidas aleatoriamente, mas com um ponto em comum: o facto de viverem ou terem vivido no concelho de Vila Nova de Famalicão. Esses Retratos Falados encontram-se distribuídos por três ecrãs no total, sendo que cada um tem associado um par de auscultadores. Outro recurso audiovisual utilizado é o “Cine Famalicão” (Anexo 5, Figura 39), onde são apresentados dois documentários ambos intitulados “Famalicão”, um de 1940, de Manoel de Oliveira e outro de Ricardo Malheiro, de 1955. Os documentários são apresentados num largo ecrã que se encontra em frente a um sofá que os visitantes poderão ocupar de modo a assistir à projeção.

No espaço expositivo pode encontrar-se ainda a “Pedra Formosa” do Alto das Eiras que é um monólito de granito da Idade do Ferro (Anexo 5, Figura 40). Este monólito foi retirado do seu local original e colocado na Casa do Território, uma vez que a sua integridade física estava ameaçada. No local da sua proveniência foi colocado um fac-símile de modo a manter a carga histórica do local.

Os painéis de todas as três Linhas temáticas existentes na exposição, apesar da diferença nos conteúdos, apresentam um *design* semelhante e todos eles contêm informação em ambos os lados. Além disso, contêm imagens sobre o assunto que abordam, seguidas de um pequeno texto informativo. Os painéis cujo conteúdo está relacionado com as “Pessoas e Relações” apresentam sobretudo informação de cariz cultural. Aqui são apresentadas personalidades que de alguma forma intervieram na história do concelho de Vila Nova de Famalicão, instituições, fundações, clubes e tudo aquilo que se pode dizer relacionado com o capital social. Podem ver-se representados, por exemplo, a Banda de Música de Famalicão e o Futebol Clube de Famalicão, a Fundação Castro Alves e a Fundação Cupertino de Miranda e personagens como Camilo Castelo Branco, Bernardino Machado, entre outras. Um aspeto interessante na exibição destas personalidades é o facto de, para além de uma fotografia e texto explicativo, existir também no painel a assinatura pessoal de cada uma. Por sua vez, os painéis incluídos na Linha da “Água” refletem sobre assuntos relacionados com o ambiente. Aqui são explorados conteúdos relacionados com os recursos ambientais e com a paisagem. Podem ver-se representados aspetos mais técnicos, por exemplo, através da elucidação relativa a variáveis físicas como a água ou o clima. Já os painéis da Linha “Vias e Fluxos” refletem sobre temas ligados ao desenvolvimento do concelho de Vila Nova de Famalicão em

termos de vias de acesso. Deste modo são contemplados aspetos do urbanismo e da arquitetura, assim como matérias ligadas a atividades tais como o comércio ou a indústria.

A informação escrita na área através dos painéis informativos é bastante sucinta, explorando apenas os pontos principais a destacar na história do concelho de Vila Nova de Famalicão. No entanto, os documentários, os “Retratos Falados”, a Maqueta do Território e as mesas interativas constituem-se como um recurso fundamental no apoio ao discurso, na medida em que representam uma fonte de informação essencial, ainda que não seja escrita e o visitante leve mais tempo a explorá-la, especialmente se se decidir assistir aos documentários. O apoio ao discurso museográfico, contudo, não se aplica apenas na sala de exposição, sendo que a Casa do Território oferece ainda, à saída do edifício, diversos postais que referem os temas principais da exposição, complementando-os um pequeno texto que é comum a todos eles. Um desses postais, dedicado à temática das Vias e Fluxos, apresenta o mesmo *design* com que esse tema é explorado no espaço expositivo. O texto, comum a todos os postais diz o seguinte:

“Se o território é uma entidade por descobrir, complexa na sua rede de interações, a sua representação é uma perspetiva singular, ainda que sejam múltiplos os seus autores”

Deste modo, é reforçado o conteúdo temático e justifica-se a configuração com que foi concretizada a exposição. Além do texto, os postais apresentam ainda o tema da exposição e explicitam quais as três Linhas conceptuais que podem ser observadas no espaço expositivo.

Esta exposição não deixa de parte as questões relacionadas com a proteção dos bens culturais. A par dos jogos relacionados com o património classificado, é também aludido ao tema da “relevância e proteção” dos bens culturais classificados do concelho, através de informação disponibilizada nos painéis. Isso vem reforçar a importância da necessidade da proteção do património cultural, contribuindo para a afirmação de ideias aplicadas na sua salvaguarda.

O espaço expositivo é maioritariamente iluminado por luz artificial proveniente de lâmpadas existentes no teto. Mais ou menos a meio da sala de exposição há uma grande fonte de luz natural proveniente de uma janela direcionada para o exterior que, apesar de ser uma característica intrínseca do edifício, pode ser inserida na ideia de interpretação, uma vez que dá lugar à visualização do território, fazendo a ponte entre os conteúdos

expositivos e a sua componente física. Aliás, esta ideia é apoiada quando na parede ao lado da janela se encontra o seguinte texto:

“Observar e entender a paisagem é parte da experiência humana. Ao contemplar e conhecer a paisagem o homem aprende a ouvir e a interagir com o ambiente que o rodeia, a ter acesso aos altos significados e valores da natureza, a redescobrir os sinais da sua presença e da humanização da terra.”

Existem também pequenas entradas de luz pelo teto, onde se perfilam algumas janelas. As paredes do espaço expositivo são brancas e lisas, utilizadas em alguns locais específicos como apoio do discurso. Para além de serem local de afixação de algumas legendas, têm citações escritas a preto.

3.1.3 O Núcleo Central do Museu de Vila do Conde

O núcleo central do Museu de Vila do Conde encontra-se no Centro de Memória que é um edifício que alberga também um Arquivo e uma Biblioteca. Este Museu tem uma exposição permanente intitulada “Vila do Conde: Tempo e Território”. Esta tem uma narrativa baseada na história de Vila do Conde e destaca aspetos da identidade e do território físico do concelho.

A exposição começa por enunciar o território, através da exibição de imagens de nomes de locais visitáveis e do nome de todas as freguesias do concelho de Vila do Conde escritos na parede (Anexo 6, Figura 41 e 42). Desta forma é apresentado e introduzido o território a ser explorado dentro das salas da exposição. Aliás, “Território” é exatamente o nome dado à quarta sala da exposição, que é antecedida apenas pela “Entrada”, pelo “Início da exposição” e “Passagem”, tal como é definido na planta incorporada no respetivo folheto informativo. O conteúdo expositivo segue uma linha cronológica, permitindo ao visitante construir mentalmente uma linha temporal à medida que vai atravessando as diversas salas expositivas. Cada sala é dedicada a um determinado período histórico, pelo que o visitante facilmente se apercebe qual o período em que a narrativa se insere. Portanto, é assim introduzida a área de estudo: o concelho de Vila do Conde. Posteriormente surgem as salas “De Onde Vimos?” e “Quem Somos”, onde se

pode ver representada a questão da identidade que a par com a sala do Território, vem apoiar o conteúdo expositivo que se segue. Assim, são então representados os “Primeiros Territórios” e os períodos “Romano” e “Medieval”, a “Expansão” e a “Governança”, sendo que cada título corresponde a uma sala, todas elas incluídas no piso 0 do edifício. Prosseguindo a visita, a exposição conduz-nos para o piso 1, onde se encontram as restantes salas. Aqui, o discurso expositivo é realizado de maneira ligeiramente diferente e os recursos diferem um pouco dos utilizados nas salas anteriores, tendo mais recursos tecnológicos que o resto das salas. Aqui encontramos duas salas dedicadas aos “Tempos de Mudança” e, posteriormente, são expostas fotografias na sala intitulada “O Testemunho da fotografia de Adriano” (fotografo). De seguida encontra-se a sala do “Bairro Balnear”, sucedida por duas salas dedicadas ao tema “Se o Mar Deixar”. Assim, o visitante vai-se aproximando da atualidade, passando ainda pela “Indústria” e por “Vila do Conde do Séc. XX”. O fim da exposição aproxima-se quando se entra na sala dedicada à “Arte”, havendo ainda uma “Sala de Projeção” e acabando finalmente na sala do “Municipalismo Democrático”.

Um dos primeiros objetos que se vê na exposição é a parte do crânio fossilizado de um mamífero do período Cenozóico. Juntamente com o crânio pode ver-se na parte superior uma figura representativa desse mamífero. Este objeto é interessante não apenas por aquilo que representa, mas sobretudo pelo período de que é oriundo. Isto porque, numa exposição que segue um percurso cronológico, este mamífero representa um dos períodos mais antigos, indo buscar uma parte da história do território que ainda nem estava diretamente relacionada com Vila do Conde: este concelho não existia e não iria existir ainda por muitos milhões de anos. Neste caso, a legenda é mais técnica, explicando qual o mamífero em questão e em que época surgiu, destacando depois qual a ordem, a subordem e a família a que pertencia. Para completar esta exibição do fóssil, há um painel informativo que explica, por exemplo, os métodos de datação. Isto aparece juntamente com a pergunta: “Como sabemos o que é antigo?”, incluindo, portanto, também uma parte mais educativa desta exposição, que não apenas mostra conteúdos relacionados com o território, mas também das ciências.

Este Núcleo Central do Museu de Vila do Conde é muito completo no que diz respeito a suportes museográficos. A exposição conta com diversos objetos originais que apoiam o discurso colocados em expositores com a respetiva legenda (Anexo 6, Figura 43). No entanto, as legendas mudam conforme os objetos. Em alguns casos, apresentam

o nome e a proveniência do objeto. Por exemplo, existe uma mó exposta cuja legenda refere que provém da Cividade de Bagunte. Noutros casos, as legendas são mais completas e surgem lado a lado com textos explicativos. Por vezes, têm por objetivo explicar a função de determinado objeto ou então contar um pouco do percurso deste na história de Vila do Conde. Exemplo disso é a fotografia de uma Cruz Processional do século XIV que se explica ter sido oferecida ao Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde por D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins. Um outro aspeto a destacar neste caso, é o facto de se optar por colocar uma fotografia em vez do objeto original. Pela legenda entende-se que a Cruz pertence ao Museu Nacional de Arte Antiga, ou seja, na ausência do objeto original, opta-se por demonstrar o mesmo através de uma imagem. Além disso, uma grande parte dos objetos, sobretudo nas primeiras salas de exposição, têm ilustrações que ilustram o objeto na sua totalidade, uma vez que muitos deles são apenas fragmentos do objeto original. Deste modo é dado ao visitante uma melhor ideia sobre os objetos em questão, as suas características e dimensões, o que contribui para um melhor entendimento do discurso adotado.

Outra questão que surge nesta exposição, e este é o tema principal de uma das salas do Museu, é “de onde vimos?”. Neste caso, pode ver-se nitidamente quais as ideias que surgiram ao longo do projeto expositivo. Há aqui claramente uma tentativa de contextualizar o território, começando pelas questões principais relacionadas com as origens. A exposição introduz então partes da história do concelho para mais tarde destacar aspetos mais atuais. Há, portanto, uma clara linha de pensamento, já afirmada pela questão da diferença expositiva entre as diversas salas, o que vem demonstrar um fio condutor linear e prático.

À semelhança do que acontecia no Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas, o Núcleo Central do Museu de Vila do Conde tem, em algumas partes da exposição, ilustrações demonstrativas de atividades passadas. Destacam-se por exemplo, atividades como a caça e a pesca na Idade do Bronze. Estas ilustrações encontram-se apoiadas por vários objetos originais e também, por quadros interativos com informação acerca desse mesmo assunto, aplicado ao contexto de Vila do Conde.

Na sala dedicada ao período da romanização podemos ver um friso cronológico pintado em grande escala numa das paredes, com os aspetos mais importantes da história deste povo assinalados. Por exemplo, entre 218/220 a.C. dá-se a “2ª Guerra Púnica que permite aos Romanos controlar o Mediterrâneo Ocidental”. Esta cronologia começa com

uma citação: “Sed fugit interea fugit irreparabile tempus” que se traduz por: “Mas ele foge: irreversivelmente o tempo foge”. Neste caso, temos a literatura como uma forma de apoio ao discurso histórico. Além disso, a utilização do latim remete ao período da romanização pelo que se nota um objetivo explícito de explorar assuntos que se interligam de alguma forma. Mais à frente na exposição surge uma outra cronologia, desta vez relacionada especificamente com o concelho de Vila do Conde. Aqui são destacados vários aspetos que se consideram importantes de uma perspetiva histórica. “Inauguração da Fábrica Portugália 1907” e “Criação do Rio Ave Futebol Clube 1939” são dois dos vários acontecimentos assinalados, que vão desde o ano de 1900 ao ano de 2010.

Os mapas são também um recurso empregue nesta exposição. Logo no início do percurso pode ver-se um mapa do continente europeu (Anexo 6, Figura 44). Neste caso, o território que viria a ser Portugal ainda se encontrava dividido em Galécia e Lusitana. Apesar disso, já se encontra destacada no mapa a localização de Vila do Conde. Deste modo, procede-se a uma contextualização geográfica que apoia o discurso e fornece ao conteúdo uma contextualização física.

Neste espaço expositivo podem ainda observar-se diversas fotografias de figuras de relevo da história vila-condense (Anexo 6, Figura 45). Por exemplo, estão incluídas personagens como José Régio e Eça de Queirós, mostrando que também o capital humano faz parte do concelho de Vila do Conde, uma vez que a história e a sociedade são também o resultado da ação de personagens especiais e influentes.

Os quadros interativos são também parte desta exposição (Anexo 6, Figura 46). Num dos quadros podem ser pesquisadas informações sobre os artistas e escritores de Vila do Conde, servindo de apoio às fotografias das personalidades antes referidas. Uma vez que as fotografias carecem de mais informação para além do nome da pessoa, o quadro interativo vem prover essa necessidade. Um outro quadro apresenta uma série de informações relacionadas com o concelho e destaca, por exemplo, a questão do municipalismo. Este quadro está inserido numa estrutura que também reflete sobre o mesmo assunto, uma vez que apresenta vários dados estatísticos, como o do número de habitantes por km², que é de 499 no que diz respeito a Vila do Conde.

O espaço expositivo é bastante fechado, contando-se apenas com luz artificial ao longo do percurso. Este é bastante rígido na medida em que não permite ao visitante escolher quais as salas que pretende visitar, antes o obrigando a percorrê-las todas até

encontrar a saída. Além disso, é um percurso deveras extenso e completo, que pode ser encarado de duas maneiras, dependendo do tipo de visitante. Por um lado, este itinerário pode ser descrito como algo pertinente e capaz de refletir sobre todas as diferentes temáticas que caracterizam o concelho de Vila do Conde. Além disso, é um percurso apoiado numa grande diversidade de objetos e recursos audiovisuais, não deixando de parte a questão da arte, muitas vezes ignorada em espaços culturais, mostrando que este motivo pode ser um ótimo meio de expor algum assunto ou facto sem que se usem textos ou imagens. Visto de outro ângulo, pode ser tido como um discurso cansativo, com excesso de informação visual. Isto pode sentir-se sobretudo à medida que o visitante se vai aproximando da saída, sendo que os textos explicativos podem ser, por vezes, um pouco longos, falhando em destacar apenas os pontos principais.

3. 1. 4. Crítica aos casos apresentados

Os diferentes casos apresentados demonstram métodos diferentes de interpretação patrimonial, contudo, muitos dos recursos utilizados são semelhantes. A utilização de mapas, fotografias e ilustrações são alguns dos recursos que se podem ver em várias instituições. Os recursos tecnológicos, sobretudo, são cada vez mais utilizados e aparecem em todas as exposições anteriormente descritas. Hoje em dia, esta estratégia de exposição é muito frequente, especialmente pelo facto de poder englobar uma grande quantidade de informação que não necessita ocupar grande parte do espaço físico expositivo, uma vez que um pequeno ecrã interativo pode organizar diversos temas e exibir simplesmente aqueles que são do interesse do visitante. Além disso, é também um meio que chama a atenção especialmente de um público mais jovem, pelo que pode abranger conteúdos educativos a par com questões de lazer e divertimento. Acrescente-se ainda o facto de estes meios tecnológicos poderem ser constantemente atualizados, de uma maneira mais fácil e mais rápida do que acontece com outros meios interpretativos, mantendo a exposição renovada e aumentando o interesse em conteúdos recentes e em constante mutação.

Os objetos são também uma constante em todas as exposições visitadas e desempenham um papel fundamental na descrição do território. Surgem a par com ilustrações que remetem ao passado e demonstram a finalidade para a qual eram utilizados. Apesar de tudo não são expostos com informação excessiva, revelando apenas

os aspetos fundamentais tais como o nome, a função e a proveniência, pelo que as restantes informações são divulgadas indiretamente, através das ilustrações, ou diretamente com a ajuda dos meios interativos e textos informativos.

Os mapas são um recurso essencial quando se pretende explorar um determinado território. O recurso a esta evidência geográfica do espaço, associada a outras interpretações também referentes ao território, como acontece no Museu de Vila do Conde, por exemplo, através da escrita do nome das freguesias numa parede, pode ser um método a adotar quando se pretende organizar uma exposição para um espaço reduzido. Isso permitirá manter o destaque no território que se pretende explorar sem ocupar muito espaço expositivo e permitindo que este abrigue outros aspetos.

As cronologias são também muito interessantes quando se pretende exibir uma grande quantidade de informação que se julga fundamental à exposição. Deste modo, podem revelar-se vários acontecimentos que se considerem dignos de destaque, através da explanação da data e da ocorrência. Assim como os mapas e a recorrência a textos, as cronologias são uma estratégia perfeita quando se exploram espaços reduzidos. Aliás, isso é também confirmado pela exposição do Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas. Este Centro, sendo o mais pequeno dos três locais visitados, faz referência a uma série de assuntos simplesmente pelo facto de expor mapas e de fazer aparecer nas paredes adágios e expressões idiomáticas.

Um aspeto fundamental a destacar nas exposições descritas, é o facto de todas fazerem uma ponte entre o passado e o presente. É certo que o discurso expositivo destas instituições se baseia sobretudo em ocorrências do passado, e isso vê-se pelas referências destacadas e pelos objetos expostos. No entanto, há sempre uma tentativa de mostrar a atualidade e compará-la com aquilo que é a história. A Casa do Território apoia esse discurso pela exibição dos “Retratos Falados” e pelos conteúdos explorados na Maquete do Território. O Núcleo Central do Museu de Vila do Conde mostra essas evidências nas últimas salas da exposição, aproximando-se cada vez mais do presente e mostrando através dos quadros interativos informações atuais. Já o Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas, apesar de destacar informações mais ligadas ao período da romanização, remete à questão da atualidade através da visita às minas de Castromil, realizando de facto uma visita ao território.

Todos estes aspetos identificados servem de referenciação e poderão enformar o projeto para o guião expositivo a propor uma vez que através das visitas se alcançaram e consolidaram algumas ideias a aplicar no Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva.

3.2. Guião: (Re)conhecer Castelo de Paiva

A partir da análise das ofertas culturais no concelho de Castelo de Paiva, é possível dizer que existem algumas iniciativas com destaque, mas poucas atividades que tenham como principal objetivo a divulgação do seu território e do seu património cultural. Deste modo, destaca-se a necessidade de criar uma oferta cultural, que tenha como base esse mesmo objetivo de valorização e divulgação, que garanta acesso a todos.

É um facto que a concretização do projeto do Centro de Interpretação terá como resultado a oferta de um serviço único para esta região, ao disponibilizar um espaço apropriado e acessível de importância relevante para o património. A proximidade do Centro de Interpretação à Academia de Música, ao Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, às sedes da Câmara Municipal de Castelo de Paiva e à ADEP, à Biblioteca Municipal, e a locais de lazer são um ponto forte que se acredita poderem fomentar a afluência do público ao equipamento.

A análise do meio sociocultural mostra que não existem concorrentes de destaque, no que diz respeito a este tipo de oferta. Para além das Associações, que organizam eventos pontuais nas mais diversas áreas, mas cujas iniciativas se orientam sobretudo para a dinamização de em atividades de lazer, são inexistentes outras instituições que se preocupem com a oferta cultural. A ADEP, contudo, tendo a tutela do Museu das Primeiras Artes e o objetivo de dinamizar culturalmente o concelho, poderá ser vista como potencial parceiro com quem poderão ser estabelecidas colaborações frutuosas. Posto isto, importa reconhecer, que o Centro de Interpretação e a ADEP, poderão ter um papel fundamental, uma vez que trarão visitas à localidade, podendo ser aproveitados para a divulgação do território e do património paivense.

Tendo em conta critérios demográficos, geográficos, de estilo de vida e de comportamento das populações locais, este projeto dedica-se a um território específico, como é o concelho de Castelo de Paiva. O público-alvo para este projeto divide-se em

dois grupos: turistas e população do concelho. Quanto aos primeiros, é difícil prever idades e interesses, no entanto, entende-se que sejam pessoas com interesse em áreas rurais e dispostos a conhecer o que essa tipologia de lugar tem para oferecer. Quanto ao segundo grupo, que inclui a população residente em Castelo de Paiva, sabe-se, tendo em conta os índices demográficos, que é constituído sobretudo por adultos entre os 25 e os 65 anos de idade. Apesar de tudo, compreende-se que este poderá ser um projeto dedicado a uma faixa etária que se estenda desde os 15 aos 70 anos, visto, que dependendo dos gostos, as atividades culturais e de lazer não se dedicam a uma idade específica.

Detendo-se informações gerais sobre o meio sociocultural e procurando potenciar as características chave do território, parte-se para o desenvolvimento de um projeto de interpretação patrimonial local. Aqui, mostra-se necessário dar início a uma série de fases para que se alcance o bom funcionamento e viabilização do projeto final. As fases são as seguintes: definição, conceção, planeamento, implementação e revisão e avaliação (Kerzner, 2017). Contudo, a proposta para o Centro de Interpretação de Castelo de Paiva contemplará apenas as primeiras duas fases e alguns pontos da terceira. As restantes fases já não serão incluídas no presente trabalho de Projeto, só deverão ser realizadas após a escolha da equipa de trabalho e concretizadas tendo em vista a efetivação da proposta.

Na impossibilidade de formar uma equipa, esta proposta para o Centro de Interpretação foi realizada de forma individual. Para isso, procedeu-se ao levantamento fotográfico dos espaços, realizou-se uma listagem dos objetos existentes na anterior exposição com respetivas imagens e concretizou-se um registo dos bens patrimoniais, culturais e naturais do concelho, de modo a perceber que conteúdos poderiam ser abordados no Centro de Interpretação.

Perante as informações que foram recolhidas, e relembando os dados adquiridos aquando das visitas anteriormente referidas, percebeu-se que seria uma mais-valia aproveitar as características do território, criando um discurso que realçasse as suas qualidades. Posto isto, foi definido como objetivo principal a divulgação do território a partir da criação de percursos, da exibição de locais visitáveis e da mostra de atividades, promovendo sempre o diálogo com a população e as instituições locais. Deste modo, sugere-se que se foquem seis subtemas: o desporto, a gastronomia, os monumentos, a natureza, os ofícios e as tradições, sendo certo que, à partida, uns terão mais informações que outros, tendo em conta a análise feita nos capítulos anteriores sobre Castelo de Paiva e a interpretação patrimonial.

3.2.1. A exposição permanente

Nos Centros Interpretativos, as exposições ocupam o lugar central da comunicação. Numa instituição que se dedica à interpretação do património, é importante que a política e a poética expositiva vão ao encontro da missão e objetivos por ela definidos. Além disso, é essencial que os conteúdos abordados e o *design* expositivo sejam agradáveis e atrativos, de modo a conquistar a atenção do público-alvo. Acima de tudo, é fundamental que sejam representadas as relações, assim como a dinâmica social e cultural da região. Deve sempre existir uma focagem procurando dar conta das ligações existentes entre fatores materiais e imateriais e, sobretudo, da representação dos indivíduos que habitam o território e lhe dão vida, que o usam e modificam, que o moldam e adaptam à sua realidade temporal e espacial.

Outro dos aspetos fundamentais a ter em conta no processo de interpretação patrimonial é a experiência que será vivida pelos visitantes. Quando um indivíduo visita um certo lugar, preocupa-se com as suas experiências pessoais. Na visita a um Centro Interpretativo, espera-se encontrar algo novo, desconhecido. Espera-se viver e conhecer algo que antes era ignorado.

As atividades propostas neste projeto terão lugar tanto na sala de exposições do Edifício da Cadeia, como também poderão estender-se a alguns dos pontos turísticos da região. A exposição deve, por isso, focar-se no território visitável no presente, não deixando de visitar o passado, partindo de um princípio prospetivo que pretende tornar a instituição num núcleo potenciador e dinamizador da atividade cultural do concelho. Deverão ser apresentados locais de interesse turístico, monumentos, áreas de lazer, de convívio, de desporto, de interesse cultural e natural. Conforme o que é apresentado, o visitante tem a liberdade para escolher um percurso ou simplesmente alguns pontos que pretende visitar, de acordo com os seus interesses, tornando-se um ator participante na própria interpretação. Ou seja, não existe um percurso expositivo fixo e rígido. Tudo isto vem como complemento do Posto de Turismo, sendo que o Centro de Interpretação passa a dar a conhecer um pouco do território envolvente e das atividades que nele se desenvolvem. Desta forma, quando alguém visita o Posto de Turismo, pode ser imediatamente direcionado para o Centro de Interpretação onde se deparará com as diversas opções das quais poderá usufruir.

A exposição que se propõe de seguida, segue o esquema que se pode encontrar na figura seguinte. A disposição que é apresentada é feita à escala e divide o espaço em quatro zonas distintas: receção, auditório exposição temporária e exposição permanente.

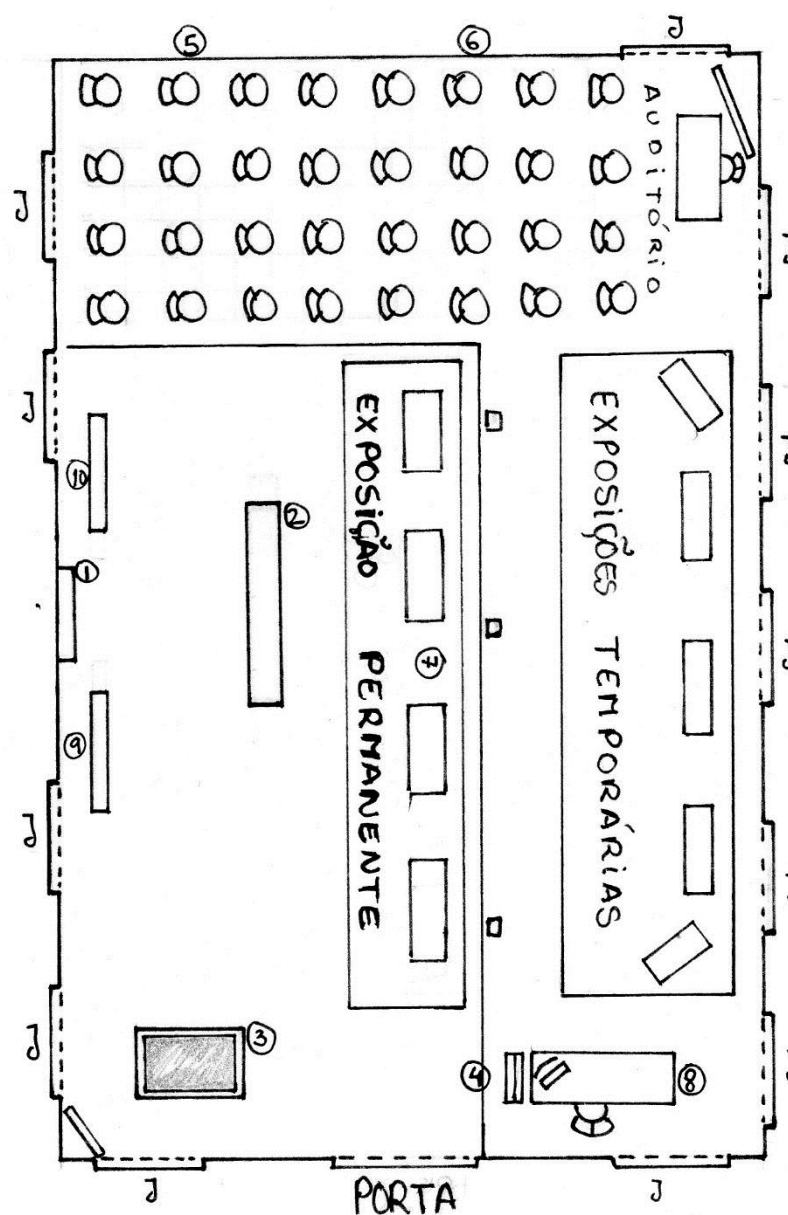


Fig. 1 Proposta de organização do espaço expositivo

Legenda:

- 1 - Ecrã
- 2 – Parede Expositiva
- 3 – Mesa Interativa

4 – Localização da Folha de Sala

5 e 6 – Murais (imagens do património)

7 – Vitrinas

8- Recepção

Propõe-se, para o desenvolvimento dos subtemas, o aproveitamento de recursos já existentes no CI: o ecrã (não interativo), o sistema de som e as vitrinas. Além disso, sugere-se que se desloque a mesa interativa, que se encontra no piso inferior, para a sala de exposição do Centro de Interpretação. Sugere-se que o **ecrã** apresente uma série de imagens, previamente selecionadas, de pontos específicos da região, nomeadamente dos locais destacados nas Rotas do Românico e da Água e da Pedra, e relacionados com os subtemas expositivos. Cada imagem deve ser identificada pelo nome do local que representa e respetiva localização. A seleção de imagens deve passar por uma revisão mensal, com o objetivo de exibição de novos conteúdos e atualização constante. O **sistema de som** deverá ser utilizado com vista à criação de estímulos sonoros. Deverão passar sons relacionados com a natureza, em referência ao património natural visitável na região. Os sons devem, contudo, ser suaves e os níveis de volume devem ser reduzidos, de modo a evitar desconforto e a permitir o diálogo controlado dos intervenientes. As **vitricas** deverão abrigar os objetos existentes no Centro de Interpretação, nomeadamente, os que se enquadram no tema dos Ofícios. Deste modo, far-se-á uma alusão à sua existência, sem entrar em demasiados pormenores. Além disso, esta conduta dará espaço para que no futuro esse tema seja desenvolvido, podendo dar lugar a eventuais exposições temporárias. A **mesa interativa** vinda do Posto de Turismo deverá apresentar uma série de percursos que os visitantes podem tomar. Desde os trilhos verdes (BTT) às rotas do Românico e da Água e da Pedra. Deverá também apresentar outros pontos de interesse e destacar locais visitáveis, organizados segundo os temas apresentados nesta proposta.

Além dos recursos técnicos referidos, será necessária a obtenção de novo material de apoio à exposição, como por exemplo, fichas técnicas, cartazes, folhetos, folha de sala e propõe-se também uma parede expositiva com ecrãs interativos embutidos. As **fichas técnicas** deverão acompanhar todos os objetos expostos, que deverão ser inicialmente os já existentes no CI, mas não deixando de parte a possibilidade da sua renovação para apoio à interpretação. Cada objeto deverá ter identificado o seu nome, autor, ano, dimensões e respetivo ofício a quês está ligado. Este tipo de informação não reenvia

diretamente para o território, no entanto, na eventualidade de determinado objeto levantar interesse nos visitantes, imediatamente se dá a informação acerca do ofício, que obviamente é ou foi desenvolvido no concelho. Deverão ainda ser elaborados textos de apoio que acrescentem uma explicação sucinta acerca do tema em que se enquadra o objeto e qual o seu objetivo. As fichas técnicas deverão estar a cerca de 1,40m do chão, tamanho 9/10, para que sejam facilmente legíveis para um adulto, mas ainda assim ao alcance das crianças.

Quanto aos **cartazes** deverão ser elaborados segundo os temas abordados na exposição. Devem ser chamativos, criativos e utilizar pouco texto. O objetivo é que chamem a atenção para as iniciativas do Centro de Interpretação. O tipo de letra pode ser definido pelo autor, no entanto, a tipografia deve ser legível e não devem existir mais do que três tipos de letra. O título deverá ser sempre o título da exposição, “(Re)conhecer Castelo de Paiva”, e deve ser destacado em relação ao restante texto. Além disso, deve-se acrescentar o nome da instituição (Centro de Interpretação da Cultura Local), a morada, o horário de atendimento e o respetivo sitio na internet. Deve-se ainda acrescentar os logótipos do município, da Rota do Românico e da Rota da Água e da Pedra.

Os **folhetos** deverão apresentar alguns aspetos dos conteúdos visitáveis na exposição. Poderão ser realizados novos folhetos sempre que se concretizarem exposições temporárias. A **folha de sala** deve encontrar-se à entrada da sala de exposições pronta a ser distribuída. Deverá apresentar as informações necessárias para que os visitantes entendam os objetivos e conteúdos da exposição.

A **parede expositiva**, que deverá ser colocada no canto direito da sala, em frente à entrada, deve ser revestida a xisto ou a um material que se assemelhe ao mesmo. A imagem que se segue representa o *design* que se pretende utilizar.

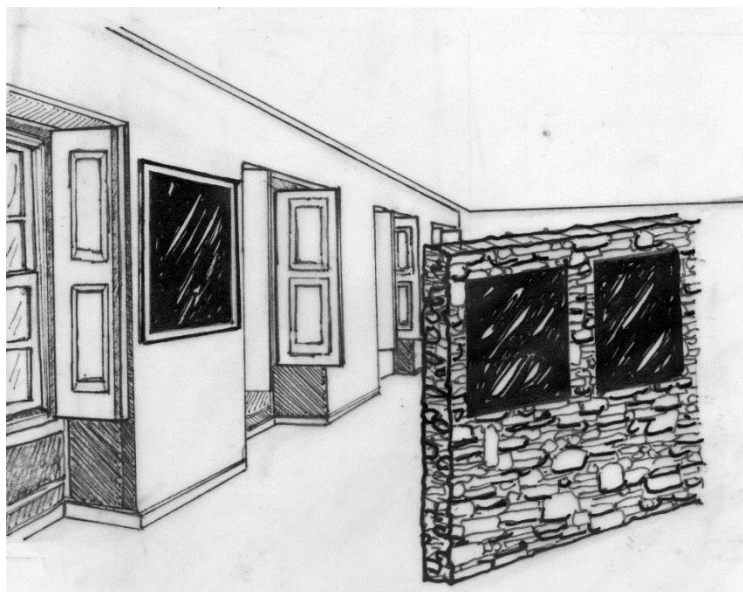


Fig. 2 Proposta de Design da Parede Expositiva

O objetivo é que a sua constituição remeta para o território, neste caso as aldeias de xisto existentes na região. A parede deve ter um *design* específico para que permita a colocação de materiais com informação sobre o concelho, nomeadamente **ecrãs interativos**.

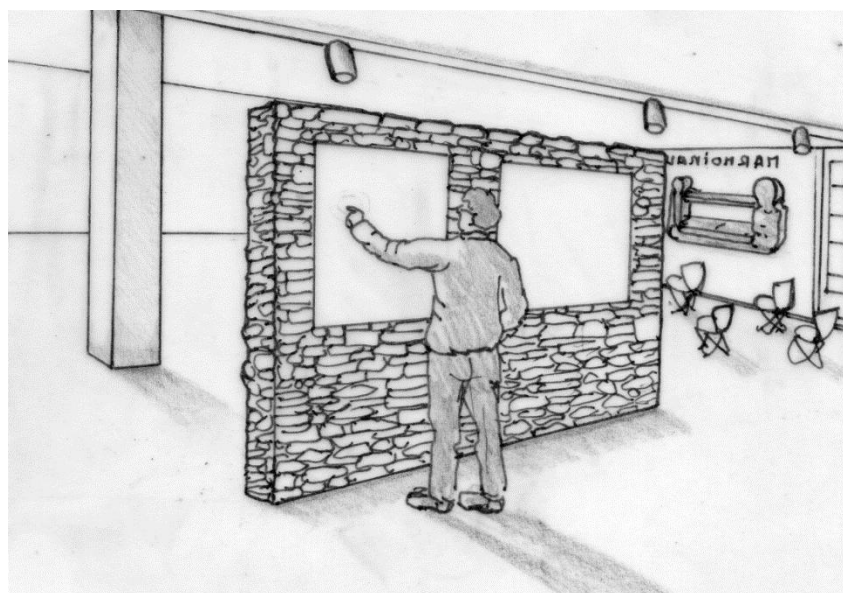


Fig. 3 Demonstração dos Ecrãs Interativos na Parede Expositiva

Estes chamarão mais a atenção individualmente, criando estímulos visuais que despertam os sentidos dos visitantes. Desta forma o visitante terá a oportunidade de

interagir com o material exposto, tornando a sua experiência muito mais dinâmica e aliciante. Além disso, a escolha deste recurso torna o percurso expositivo mais atual e permite que a informação seja constantemente atualizada. Isto é uma mais-valia, senão uma necessidade, tendo em conta os objetivos definidos. Uma vez que se pretende expor conteúdos da atualidade do concelho, e estando o presente em constante mudança, é importante que os recursos utilizados permitam à instituição uma adaptação contínua e progressiva que leve a uma representação atualizada da realidade. Como vantagem há ainda o facto de se passar a ter uma exposição cada vez mais rica e variada. Posto isto, pretende-se que cada ecrã interativo apresente um tema diferente, de acordo com os objetivos do projeto, e que esteja em constante atualização. A comunicação deverá ter um grande número de imagens e a informação deve ser clara e sucinta, de modo a evitar a perda de interesse por parte do visitante. Espera-se que este seja um meio ideal para a procura de informações/solução a questões dos visitantes, no processo de criarem os seus percursos. Deste modo, poder-se-á escolher: Seguir Rotas, Visitar Monumentos, Passear na Natureza, Conhecer o Desporto e Aproveitar a Gastronomia.

Ainda relativamente aos **ecrãs interativos**, no tema **Monumentos** deverá ser elaborado um mapa com destaque para os monumentos existentes na região, baseado no levantamento já concretizado ao longo deste trabalho (Apêndice 6). O mapa deverá revelar o nome do monumento, a data da sua construção e respetivo período (se disponível), a imagem distintiva do mesmo e as respetivas coordenadas. Para informações adicionais, o visitante deverá ser remetido para *sites* que contenham essa informação. Por exemplo, no caso do Marmoiral de Sobrado, poderá ser indicada a página da Rota do Românico, em específico o *link* onde existe a informação sobre este monumento. Este processo poderá ser concretizado com a ajuda da mesa interativa agora existente no Centro. É necessário que a exposição reflita sobre a importância dos monumentos na história do concelho. Como expressões de momentos, acontecimentos e personalidades locais, o Marmoiral de Sobrado ou o Monumento ao Mineiro, entre outros, são testemunhos daquilo que marcou a população do concelho e que continua a fazer parte das suas referências e memórias. Importa por isso que se consiga refletir e transmitir os significados imateriais que lhes estão associados e que vão muito além das simples manifestações físicas. Tratar-se-á de os usar como contadores de histórias locais significantes.

Quanto ao tema da **Gastronomia**, ele deverá também ser incluído nos **ecrãs interativos**. Em termos pragmáticos, propõe-se que seja elaborada uma lista dos restaurantes existentes na região. O objetivo é que os restaurantes interessados se inscrevam numa plataforma do *site* do CICL (que deverá ser criada com esse propósito). Após a inscrição, o Centro ficará responsável pela divulgação e poderá indicar aos visitantes, os locais que melhor se adequam às suas preferências. Em contrapartida, cada restaurante terá de fazer divulgação do Centro, fixando cartazes, distribuindo panfletos e recebendo exposições. Estas poderão ser concretizadas através da colocação de objetos em sítios específicos e que devem estar legendados e com a indicação da instituição a que pertencem. Deste modo, é possível dar a conhecer o Centro a quem desconhece a sua existência. Não devem ser apenas destacados locais próximos ao CI. É importante que se dê a conhecer restaurantes de todas as freguesias, levando o visitante a deslocar-se a sítios mais distantes do centro da Vila, contribuindo para a descoberta de novos lugares.

Nos ecrãs interativos deve ficar claro o que o concelho tem para oferecer em termos de especificidades gastronómicas, mais uma vez valorizando o presente, as pessoas e os lugares. O fator humano, a sua relação com o meio, as suas atividades, modo de vida, hábitos e costumes gastronómicos são pontos essenciais a serem explorados como rotinas e práticas do dia-a-dia que marcam o território e o distinguem. A gastronomia deve, por isso, aparecer como um assunto de reconhecimento do concelho, como algo que o distingue. Ao mesmo tempo, será um dos motivos que leva à procura e interesse pelo concelho da parte de forasteiros, facto que já se verifica, por exemplo, graças ao vinho verde, tão característico da região. É necessário aproveitar as mais-valias existentes, os acontecimentos já concretizados, como a Feira do Vinho, e explorá-los de uma forma mais profunda, adaptando-os e reaproveitando-os de forma a difundir a sua existência e reforçar o seu reconhecimento.

Propõe-se ainda a realização de atividades que complementem a exposição permanente, através de visitas previamente marcadas e sujeitas a inscrição. “**Conhecer os Ofícios**” é uma atividade que se propõe e que poderá ser concretizada através da elaboração de listas de artesãos dispostos a receber turistas (máximo cinco pessoas) perante o pagamento de uma quantia simbólica que deverá ser dividida entre artesão e Centro de Interpretação. As visitas deverão ser agendadas semanalmente e terão um período de tempo dependente de cada atividade. Cada sessão poderá ser adaptada aos objetivos e interesses dos inscritos e sujeita à aprovação do artesão. A temática dos ofícios é relevante, na medida em que marca uma faceta não muito divulgada, mas ainda vigente

na região. É verdade que, comparativamente a épocas passadas, o número de pessoas dedicadas a atividades artesanais, diminuiu drasticamente, sobretudo devido a fatores sociais e económicos. Apesar disso, contudo, é importante refletir sobre a sua importância na evolução sociocultural e económica do concelho. O objetivo é que a interpretação se foque no reconhecimento dos artesãos e, também, no papel que os ofícios tiveram ao longo do tempo em Castelo de Paiva. Será importante que fique clara a relação entre as características da região e os ofícios existentes, devendo também ser exploradas as marcas que estes deixaram na região e na sua população, conjugando sempre as dimensões materiais e imateriais do tópico.

Outra atividade proposta é “**Acompanhar o Desporto**”. Neste caso, deverá ser elaborada uma lista de todas as atividades desportivas da região e respetivas Associações. Os visitantes poderão praticar atividades específicas (sujeitos aos custos de adesão inerentes) ou apenas assistir a certos eventos.

Em relação a **eventos pontuais**, tais como a Feira do Vinho, estes não deverão ser foco constante na exposição permanente, apesar de serem referidos na temática das tradições. No entanto, poderão ser temas explorados e utilizados como complemento em alturas pontuais, como por exemplo, no período em que decorrem. Por outro lado, poderão ser pensadas exposições temporárias que reflitam sobre esses temas e exponham alguns objetos relacionados com os mesmos. Se isso acontecer, é essencial que se tenha em conta o desenho da exposição permanente para que a exposição temporária surja como um complemento. Poder-se-ão explorar factos, acontecimentos e histórias locais. Devem ser destacadas personalidades e eventos locais, isoladamente ou em conjunto. É, sobretudo, fundamental que se interprete o território com os indivíduos nele integrados, as suas relações constantes e influências mútuas que fazem um do outro aquilo que são hoje.

Pretende-se que a **informação** seja chamativa e clara, preparada para um visitante médio, não apresentando nem um elevado grau de complexidade, nem informações demasiado pormenorizadas e extensas. Podem ser facultadas algumas informações do passado através da exposição de objetos, no entanto não se pretende que estes tenham uma visibilidade demasiado destacada, uma vez que não devem ser o centro da exposição, mas sim uma forma de a completar. Há neste caso uma visita ao passado, às memórias, mas com os olhos no presente, no património que pode ser visitado atualmente. Esta forma de apresentar os objetos será semelhante à que se pode ver na Casa do Território de Vila Nova de Famalicão. Neste caso, como já foi referido, os objetos são usados como

um reforço expositivo, aparecendo com legendas curtas e claras mas sem apresentarem informação excessiva em relação às suas origens. Isso permite que se entenda o seu contexto e o que representam, mas sem que haja a necessidade de sobre-explorar o assunto. Por isso mesmo, os materiais gráficos e informativos devem conter o mínimo de informação possível e apresentar um maior número de imagens em relação aos textos de modo a chamar a atenção de quem observa e facultar uma fácil compreensão.

Pretende-se também que nas paredes do Centro sejam desenhados/pintados alguns pontos de interesse do concelho, conforme os exemplos apresentados nas Figuras 4, 5 e 6, nomeadamente a Ilha dos Amores, o Marmoiral de Sobrado e o Monumento ao Mineiro.

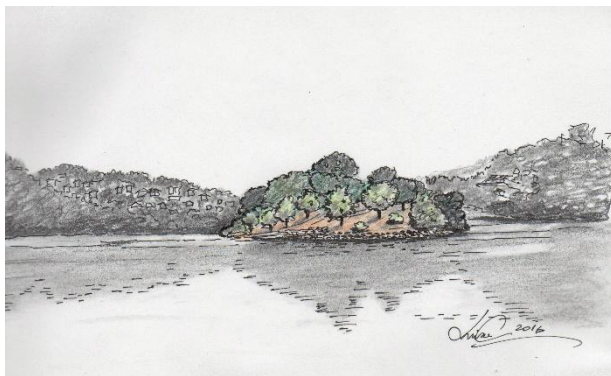


Fig. 4 Ilha dos Amores



Fig. 5 Monumento ao Mineiro

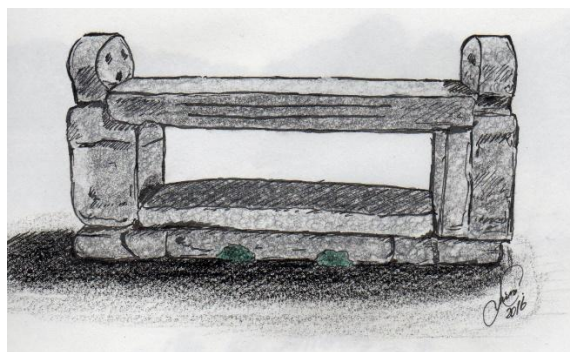


Fig. 6 Marmoiral de Sobrado

Desta forma há uma alusão à sua existência através das imagens, o que tem como objetivo captar a atenção ao mesmo tempo que se contribui positivamente para as questões estéticas do local. Far-se-á, assim, uma demonstração de ligação entre um passado longínquo, um passado próximo e um presente, que a certa altura se fundem e se confundem. Haverá sempre uma relação entre períodos temporais, espaços físicos e a sua relação com os indivíduos, que vai mudando e se vai adaptando à realidade que se vive. A Ilha dos Amores, por exemplo, surge como demonstração do presente, pelas suas características naturais, pela sua influência na paisagem. Ao mesmo tempo, é centro de histórias e lendas, que demonstram um misticismo associado à história e a crenças, indicando uma associação ao passado. O Marmoiral de Sobrado, por sua vez, apesar de estar associado ao acontecimento histórico relativo à transladação do corpo de D. Mafalda, adquiriu, ao longo do tempo, um significado diferente. Em parte, devido ao desconhecimento da sua realidade histórica, passou a ser visto como um marco do território, muito associado à sua localização. Mais recentemente, graças à sua inserção na Rota do Românico, tem vindo a adquirir um novo significado e maior reconhecimento, por parte da população, embora não seja ainda muito alargado. Por outro lado, o Monumento ao Mineiro remete para significados e memórias ainda muito presentes na região. Demonstração de uma atividade que movimentou toda a região, que criou postos de trabalho e contribuiu positivamente para o desenvolvimento social e económico de todo o concelho, ao mesmo tempo está aliado a uma certa nostalgia, como lembrança também de uma perda, associada ao fecho das minas. Ainda hoje, este acontecimento é alvo de críticas pelos efeitos negativos que desencadeou no território, uma vez que todos os aspetos positivos verificados aquando da abertura das minas, sofreram um retrocesso que, ainda hoje, se verifica. Pretende-se por isso que também através das imagens

desenhadas nas paredes do Centro, a interpretação proposta consiga refletir e reenviar para essa componente imaterial que está sempre presente em toda a seleção de manifestações patrimoniais, que vão além dos objetos e dos imóveis. A intenção é procurar essas relações invisíveis e desencadear analogias entre o tangível e o intangível.

Relativamente à divulgação do Centro de Interpretação, esta poderá ser efetuada nos editais da Câmara de Castelo de Paiva, em plataforma digital, através dos *sites* principais da Câmara Municipal e pela radio paivense. O plano **de comunicação e divulgação** deve difundir informações gerais sobre o Centro Interpretativo da Cultura Local e as suas atividades, aumentar o reconhecimento da importância deste serviço, sensibilizar a população local para os valores e necessidades culturais e incentivar a adesão nas atividades realizadas pelo Centro. Com esse objetivo propõe-se como **suportes de comunicação** a lista de contactos da Câmara Municipal, materiais gráficos (que incluem o Boletim Municipal), cartazes e desdobráveis, exposição de fotografias em cafés e outros pontos de encontro, divulgação em jornais da região, divulgação na internet a partir de e-mailing, *site* oficial da Câmara Municipal com a lista atualizada das atividades organizadas pelo Centro Interpretativo. Propõe-se ainda a criação de uma página do *Facebook* e/ou *Instagram* dedicada apenas ao Centro Interpretativo, com atualizações sistemáticas relativas às atividades e exposições.

Relativamente aos **materiais gráficos**, sugere-se a criação de uma **agenda de programação** com um total de **quatro** edições ao longo do ano sendo estas realizadas no início dos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Cada agenda poderá ser distribuída pelo correio ou colocadas na Biblioteca, sedes de Associações, estabelecimentos comerciais, piscina municipal, entre outros. Recomenda-se a criação de **cartazes** que deverão ser constituídos pela imagem da instituição, juntamente com uma frase atrativa que chame a atenção de quem observa. Sugere-se a impressão de **quatro edições**, impressas nos meses de janeiro, abril, junho e outubro. Estes devem ser distribuídos em locais cedidos pela Câmara Municipal. Cada cartaz deverá ter formato **A3**. Sugere-se ainda **desdobráveis** que deverão conter a programação, juntamente com oferta dos serviços do Posto de Turismo. Propõe-se a edição de acordo com as atividades realizadas e a distribuição a partir dos locais mencionados para a distribuição da agenda de programação. Quanto às folhas de sala, devem incluir informação técnica, biográfica e artística, se aplicável. Estas devem estar disponíveis à entrada da sala de exposições.

A proposta descrita tem o objetivo de fornecer aos visitantes o que é necessário para que cada um crie as suas próprias experiências. A intenção, como já foi referido, é que sejam dadas “pistas” daquilo que o visitante pode encontrar no concelho de Castelo de Paiva, sendo o conteúdo dessas pistas baseado exatamente no tema principal, o território e património paivenses. A forma com o guião está construído, permite uma adaptação singular a cada visitante, ou seja, permite que sejam providas as ferramentas e conhecimento necessários ao visitante que, como ser ativo (não passivo), cria e vive aventuras de acordo com as suas aspirações individuais. Deste modo, espera-se que os indivíduos tenham tudo o que é necessário para conhecer e reconhecer o que Castelo de Paiva tem para oferecer.

Conclusão

A interpretação patrimonial é uma atividade cada vez mais considerada pelas instituições culturais e políticas. Percebeu-se a necessidade de encarar o património pela sua ligação ao território e às pessoas. A ideia de que os objetos têm em si um valor intrínseco é cada vez mais posta de lado, na medida em que se passaram a considerar especialmente as suas relações com os indivíduos e as suas representações enquanto parte de uma comunidade. Património é, e deve ser encarado, como uma construção social. Desta forma, a sua exploração, deve ter em conta o seu contexto e deve, acima de tudo, trazer influências positivas para as pessoas que o definem.

Assim, o surgimento de instituições como os Centros Interpretativos vêm mostrar-se uma mais-valia, na medida em que representem as comunidades e revelem espaços e representações significativas. Neste processo, é essencial que as instituições detentoras desses Centros estudem os territórios e as pessoas que representam, para que haja uma ligação de cumplicidade entre ambos. É importante que se encontrem formas de comunicar, evitando a criação de espaços isolados e afastados do contexto que os rodeia.

Castelo de Paiva, com a criação do Centro de Interpretação da Cultura Local, tentou criar um discurso que representasse os ofícios e as atividades existentes no concelho. Apesar de tudo, sendo um espaço ainda recente, necessita de uma reformulação na organização de conteúdos e na sua exposição, para que se crie informação clara, atrativa e acessível a todos. Acima de tudo, é preciso desenvolver melhor o modo de comunicação e os seus conteúdos para que haja uma aproximação à população e aquilo que a representa. Foi com essa preocupação em mente que se viu como relevante a conceção de um projeto museográfico que visasse a organização de um espaço dinâmico e atrativo em constante comunicação e colaboração com a comunidade envolvente.

A reflexão acerca da noção do património e da sua interpretação, aliada com aquilo que se constatou serem as necessidades do CICL, foram os elementos base com que se elaborou um projeto focado no presente e no que representa neste exato momento o concelho de Castelo de Paiva. Neste processo, foram também essenciais as visitas efetuadas à Casa do Território, em Vila Nova de Famalicão, ao Centro de Interpretação das Minas de Ouro de Castromil e Banjas, em Paredes e ao Núcleo Central do Museu de

Vila do Conde. Partindo destas três novas perspetivas de interpretação patrimonial e tendo já noções pré-organizadas acerca dos conceitos de património e interpretação, assim como algumas ideias orientadoras em relação ao objeto de estudo, chegou-se à conclusão de que em Castelo de Paiva teria mais valor explorar e dar a conhecer o património local, as atividades e os locais existentes. Chegou-se, portanto, a um projeto que pretende valorizar tanto o concelho em si, como todos os seus intervenientes. É por essa razão, que se propuseram conteúdos tais como a Gastronomia, o Desporto, a Natureza e os Monumentos. Possibilita-se assim, diversas opções que permitem um percurso livre adaptado a um visitante ativo e dinâmico. O guião pretende sobretudo oferecer várias escolhas, para que todos sejam livres de selecionar aquilo que melhor se adapta às suas preferências. Tudo isto, não coloca de lado, contudo, opções que incluam os residentes no concelho. Daí o título escolhido “(Re)conhecer Castelo de Paiva”. A dualidade que se pronta exprimir remete para a ideia de conhecer novos locais, atividades e pessoas, bem como para a importância de se vir a reconhecer todos os bens patrimoniais que caracterizam o concelho. Isto, aplicando-se, quer a turistas, quer às próprias pessoas do concelho.

Apesar da aparente falta de complexidade do concelho, verifica-se que há um elevado número de matérias que necessitam de maior estudo e compreensão para que este projeto seja concretizado da melhor forma. É essencial, e foi uma necessidade sentida ao longo deste percurso de trabalho, a criação de uma equipa adaptada e especializada que se possa dedicar exclusivamente a este projeto do Centro de Interpretação. Tentou-se sempre colmatar diversas falhas de informação e explorar os diferentes conteúdos interpretativos, no entanto, chega-se à conclusão que apesar de tudo, existem áreas, nomeadamente do *design*, da arquitetura, da arte, da tecnologia, entre outras, que exigem a presença de um técnico especializado para que se crie um projeto viável e sólido. Por essa razão, o guião apresentado demonstra ainda algumas falhas que precisam de ser melhoradas, sobretudo nas áreas referidas. Além disso, existem ainda outras necessidades, como por exemplo a realização de estudos e inventários, que exigem tempo e recursos não disponíveis no decorrer deste trabalho.

Espera-se que o guião apresentado seja, portanto, um ponto de partida para a criação de algo significativo e que venha valorizar o concelho de Castelo de Paiva. Espera-se, acima de tudo, que este projeto se venha a concretizar e que transforme o CICL num espaço dinâmico, de acesso mais generalizado e capaz de transportar o visitante para

o território envolvente, tratando de criar ações positivas e atitudes favoráveis ao desenvolvimento sustentável do território e melhoramento da qualidade de vida da sua população.

Bibliografia

- Almeida, C. A. F. d. (1993). Património- Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras*, 10.
- Anico, M. (2008). *Museus e Pós-modernidade: Discursos e e Performances em Contextos Museológicos Locais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Araújo, M. d. G. (2007). Quando o Museu Convida ao Território: Dois Patrimónios Universais entre o Douro e o Côa. *Boletim RPM*, 6-9.
- Baeyens et al., (2005). *Heritage Interpretation Centres: The Hicira Handbook* (P. J. T. Izquierdo Tugas, Jordi; Matamala Mellin, Juan Carlos Ed.). Barcelona: BPR Publishers.
- Barker, E. (1999). *Contemporary cultures of display*. New Haven and London: Yale University Press.
- Beck, L., & Cable, T. (1998). *Interpretation for the 21st Century: Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture*. Campagne: Sagamore Publishing.
- Belcher, M. (1991). *Exhibitions in Museums*. United States: Smithsonian Institution Press.
- Brian, O. D. (1999). *Inside the White Cube: The Ideology of the Gallery Space*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Carvalho, P. (2010). Turismo Cutlural, Património e Políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades? In M. Santos (Ed.), *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, P., & Fernandes, J. (2012). *Património cultural e paisagístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Chaumier, S. & Jacobi, D. (Eds.) (2009). *Exposer des idées. Du musée au centre d'interprétation*. Paris: Editions Complicités.
- Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

- Colquhoun, F. (Ed.) (2005) *Interpretation Handbook and Standard: Distilling the Essence*. New Zealand: Department of Conservation.
- Connerton, P. (2008). Memory Studies: Seven types of forgetting *Sage Journals*, 1, 59-71.
- Davis, P. (2011). *Ecomuseums: A Sense of Place* (2 ed.): Bloomsbury Academic.
- Dean, D. (2002). *Museum Exhibition: Theory and Practice*: Taylor & Francis.
- Duarte, A. (2012). Museus Portugueses de 1974 à atualidade: da resolução de problemas funcionais à comunidade. 18(1). <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/12466>
- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Museologia e Património*, 6, 99-117. Direção Geral do Património Cultural. (1988). *Monumento funerário do Sobral*. Retrieved December 9, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imo>
- Ferguson, B. W., Greenberg, R., & Nairne, S. (1996). *Thinking about exhibitions*. London: Routledge.
- Flick, U., Kardoff, E. & Steinke, I. (Eds.) (2004). *A Companion to Qualitative Research*.: SAGE Publications Ltd.
- Gob, A., & Drouguet, N. (2003). *La muséologie: histoire, développements, enjeux actuels*. Paris: Armand Colin.
- Gonçalves, P. (2006). *Rota de Artes e Ofícios no Concelho de Paços de Ferreira*. (Dissertação), Fernando Pessoa, Lousada. Mendes, J. A. (2013). *Estudos do património: museus e educação* (2 ed.): Universidade de Coimbra.
- Hooper-Greenhill, E. (1995). *Museum, Media, Message*. London: Routledge.
- Hooper-Greenhill, E. (2007). *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*. London: Routledge.
- Janeirinho, R. F. (2012). *Património, Museologia e Participação: Estratégias Museológicas participativas no Concelho de Peniche* Universidade Losófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa.
- Kerzner, H. (2017). *Project Management: A Systems Approach to Planning, Scheduling, and Controlling* (12th ed.). John Wiley & Sons.

- Lopes, J. (2014). A revolta dos mineiros do Pejão foi há 20 anos (29/12/1994). *Esquerda.net*.
- Macleod, S., Hanks, L. H. & Hale, J. (Eds.) (2012). *Museum Making: Narratives, Architectures, Exhibitions*. London and New York: Routledge.
- Magliacani, M. (2014). *Managing Cultural Heritage: Ecomuseums, Community Governance, Social Accountability*: Palgrave Macmillan.
- Moiteiro, G. (2010). Turismo cultural e património. Uma reflexão em torno do tópico da interpretação do património enquanto instrumento de valorização de bens culturais. . In M. Santos (Ed.), *Turismo cultural, territórios e identidades*. Porto: Afrontamento.
- Monterey, G. (1997). *Castelo de Paiva: Terras ao Léu*. Porto.
- Moore, K. (Ed.) (2005). *Museum Management*. London and New York: Routledge.
- Morales, J. (2001). Los objetivos específicos en interpretación (Para saber, sentir y hacer). *Boletín de Interpretación*(4), 8-9.
- Moreira, D. (2009). *Manual do cultivo e confecção do linho*. Castelo de Paiva: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-cultural de Castelo de Paiva.
- Nunes, G. S. (2007). Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património. *Boletim RPM*, 4-7.
- O'Doherty, B. (1999). *Inside the White Cube: The Ideology of the Gallery Space*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Pedrosa, A. d. S. (2013). Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 23, 203-219.
- Peralta, E., & Anico, M. (2006). Introdução. In E. Peralta & M. Anico (Eds.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta.
- Pekarik, A. J. (2002). Developing Interactive Exhibitions at the Smithsonian: Smithsonian Institution.
- Pinho, M. (1946). *Elementos para a História de Castelo de Paiva*. Coimbra: Faculdade de Letras.

- Prats, L. (1997). *Antropologia Y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4 ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rocha, M. (2013). *O Foral de Terra de Paiva: Marco de Identidade*. Castelo de Paiva: Câmara Municipal de Castelo de Paiva.
- Seidman, I. (2006). *Interviewing as Qualitative Research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences* (3 ed.): Teachers College Press.
- Soares, K. (2006). *O Artesanato de Castelo de Paiva e a sua comercialização*. Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa. Retrieved from goo.gl/daFyXM
- Teixeira, C. A. (Producer). (1996). *Da Proteção do Património Cultural*. Retrieved from www.diramb.gov.pt
- Tilden, F. (1957). *Interpreting Our Heritage*: The University of North Carolina Press.
- Torrice, J. A. (2006). Patrimónios e discursos identitários In E. Peralta & M. Anico (Eds.), *Património e Identidades*. Oeiras: Celta.
- Varine, H. d. (2012). *As raízes do futuro: O património a serviço do desenvolvimento local* (M. d. L. P. Horta, Trans.). Porto Alegre: Medianiz.
- Varine, H. (2009). Le Centre d'interprétation du patrimoine au sein du développement d'un territoire. In: S. Chaumier and D. Jacobi, ed., *Exposer des idées. Du musée au centre d'interprétation*. Paris: Editions Complicités.

Recursos *Online*

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. (2015). Município. Retrieved January 3, 2016, from <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/municipio>

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Marmoiral de Sobrado. Retrieved December 9, 2015, from <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/marmoiral-de-sobrado> e

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Edifício da Cadeia. Retrieved December 9, 2015, from <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/edificio-da-cadeia>

Centro de Interpretação das Linhas de Torres. Sobral de Monte Agraço. from <http://www.cm-sobral.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=7f55cf18-e71f-4065-9557-7d26b0b4062f>

Centro de Interpretação. (2015, 2015/11/02/15:56:07). from <http://www.fundacao-aljubarrota.pt/?idc=15>

Centro dedicado ao Infante. (2015, 2015/11/02/16:10:40). Porto., from http://www.porto.pt/noticias/o-infante-d.-henrique-nasceu-no-porto-e-ja-tem-um-centro-interpretativo-na-sua-casa_2

Centro Interpretação Cultura Local | CM Castelo de Paiva. (2015, 2015/10/11/11:30:51). from <http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/centro-interpretacao-cultura-local>

Centro Interpretativo do Património da Afurada - Portal da Câmara Municipal de Gaia. (2015, 2015/11/02/16:10:26). Portal do Município de Vila Nova de Gaia. from http://www.cm-gaia.pt/portais/_cmg/Evento.aspx?contentid=E89680C880CO

Direção-Geral do Património Cultural. (1959). *Edifício da Cadeia*. Retrieved January 18, 2016, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70910/>

INE. (2012). Censos 2011 Resultados Definitivos - Portugal. from INE goo.gl/5UtcC4

Museu dos Descobrimentos. (2015, 2015/11/02/16:11:44). *Belmonte*. from <http://www.cm-belmonte.com/?q=node/10>

Núcleo Museológico da Torre de Menagem. *Fundação Batalha de Aljubarrota*. from <http://www.fundacao-aljubarrota.pt/?idc=15>

Núcleo Museológico do Mar. (2015, 2015/11/02/16:11:48). *Município da Figueira da Foz*. from <http://www.cm-figfoz.pt/index.php/onde-ir/biblioteca/219-servicos2/por-temas/cultura/706-nucleo-museologico-mar>

Rota da Água e da Pedra. (2016). Retrieved July 6, 2016, from <http://www.rota-ap.pt/rotavel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/vie/70193/>

Rota do Românico. Retrieved July 6, 2016, from <http://www.rotadoromanico.com/vPT/Paginas/Homepage.aspx>

Legislação e Convenções consultadas

Declaração do México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (1985).

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. *UNESCO*. Londres, 6 de Maio de 1969.

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. *UNESCO*. Paris, 17 de Outubro de 1987.

Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural da UNESCO. *UNESCO*. Paris, 1972.

Lei do Património Cultural, Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (revogado). *Diário da República*. I Série – A.

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. *Diário da República*. I Série – A.

Lei-quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *Diário da República*. I Série – A.

Constituição da República Portuguesa; Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto. *Diário da República*. I Série – A .

Apêndices

Apêndice 1 – Acontecimentos históricos relevantes

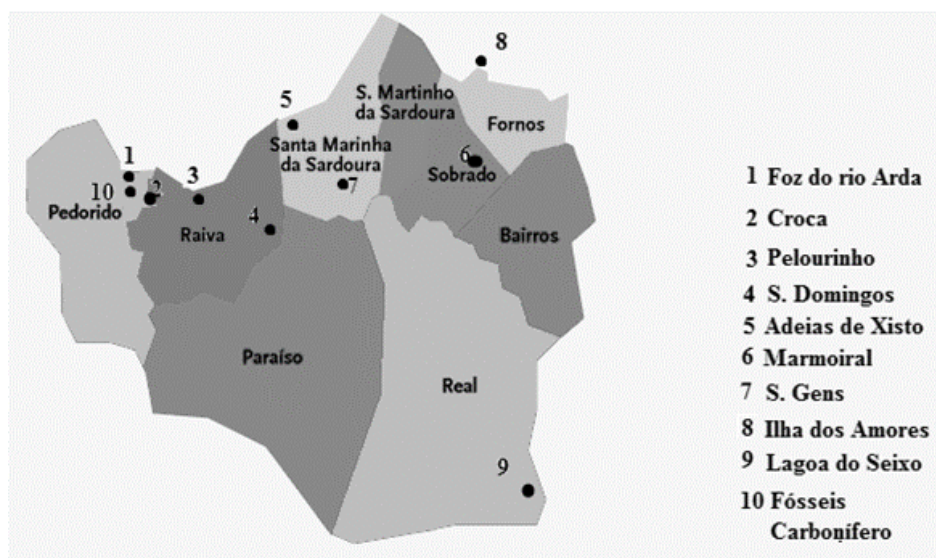
História do Concelho	
Atribuição do Foral Manuelino de Terra de Payva	Localização: Data: 1 de dezembro de 1513 Observações: Bibliografia: (Rocha, 2013, p. 13)
É instituída a Banda Marcial de Bairros	Localização: -- Data: 1810. Observações: Conhecida como "Música do Sr. Silva", que era seu regente. Nas suas deslocações, a banda utilizava o Barco Rabelo. Bibliografia: (Monterey, 1997, p.325)
Nascimento do 1º Conde de Castelo de Paiva (Martinho Pinto de Vasconcellos de Miranda Montenegro)	Localização: Sobrado (Casa da Boavista) Data: 1848 Observações: Filho de Bernardo José Pinto de Vasconcellos de Miranda Montenegro (fidalgo da casa real) e D. Ana Angelina Soares; Foi agricultor com Curso Superior de Agricultura, presidente da Câmara de Castelo de Paiva, governador civil de Aveiro e par do reino de 1876 a 1886. Morre em 1923. Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 28, 29)
Concessão provisória de uma mina de carvão no Monte das Cavadinhas	Localização: Paraíso (Pejão)

	<p>Data: 22 de Dezembro de 1859 (Diário do Governo nº23 de 1860)</p> <p>Observações: No mesmo monte, é feita uma outra concessão, por portaria de 22 de Fevereiro de 1864. (Diário do Governo nº52 de 7 de março de 1864)</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.408)</p>
Instalação do Serviço de Posta Rural (CTT)	<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 26 de Outubro de 1881</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.221)</p>
Abertura da Estação Telegráfica ao público	<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 15 de Dezembro de 1882</p> <p>Observações: ..."havendo expedição e recepção diárias em todas as freguesias do concelho"</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.191)~</p>
Atribuição do título de Conde a Martinho Pinto de Vasconcellos Miranda Montenegro por Decreto do Rei D. Carlos I, com direito de sucessão;	<p>Localização: --</p> <p>Data: 20 de Julho de 1886</p> <p>Observações: Responsável pela criação de uma rede de estradas (da Vila para os concelhos de Arouca, Castro Daire, Cinfães e Penafiel); Responsável pela construção das pontes de Entre-os-Rios, Caninhas (ver património imóvel), Bateira, Pedorido e Ponte D'Arda; Construção dos edifícios da Câmara e dos Correios</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 29)</p>
Criação do Julgado (ou Juízo) pelo Conde de Castelo de Paiva	<p>Localização: Fornos</p>

	<p>Data: 17 de Setembro de 1887</p> <p>Observações: Sede inicialmente no Castelo (Fornos) até ao séc. XIV, altura em que muda para Sobrado.</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 29); (Monterey, 1997, p. 256)</p>
Criação da Comarca pelo Conde de Castelo de Paiva	<p>Localização: --</p> <p>Data: 20 de Setembro de 1890</p> <p>Observações: Mantém-se até 1927, altura em que é extinta e passa a pertencer à Comarca de Arouca</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 12, 29)</p>
É instituída a Banda Paivense	<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: séc. XIX</p> <p>Observações: 1901 o maestro era Sr. António Moura Duarte, que mais tarde é contratado pela banda de Bairros. Em janeiro de 1909 deixa a Banda e Bairros e organiza a banda de Fornos.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.192, 294)</p>
Banda Marcial de Fornos	<p>Localização: --</p> <p>Data: 1909</p> <p>Observações: Banda constituída por iniciativa de António Moura Duarte. "Estreou-se na Vila de Sobrado de Paiva no dia 25 de Abril de 1909."</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.294)</p>
Conceção do Couto Mineiro do Pejão	<p>Localização: Paraíso (Pejão)</p> <p>Data: 9 de Junho de 1920</p>

	<p>Observações: Concedido à Empresa Carbonífera do Douro por alvará.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.408)</p>
Inauguração do Telefone	<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 3 de Junho de 1933</p> <p>Observações: --</p> <p>Bibliografia: --</p>
Sai o primeiro número do jornal "O Pejão"	<p>Localização: --</p> <p>Data: 1948</p> <p>Observações: --</p> <p>Bibliografia: --</p>
É instituída a Banda dos Mineiros do Pejão	<p>Localização: --</p> <p>Data: 1948</p> <p>Observações: Faz estreia oficial a 13 de Agosto de 1949.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.409)</p>

Apêndice 2 – Mapa de localização dos pontos visitáveis em Castelo de Paiva incluídos na Rota da Água e da Pedra









Apêndice 3 - Pontos naturais visitáveis

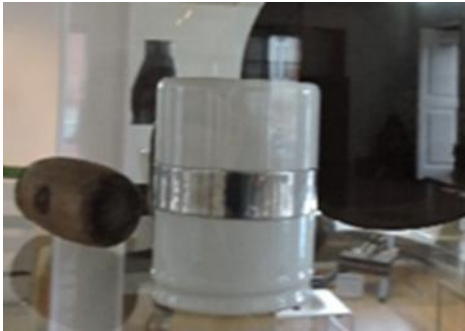

<p>Ilha do Castelo (Ilha dos Amores)</p>	<p>Localização: Na confluência do rio Paiva com o Douro, na zona do Castelo;</p> <p>Data: 13 de Agosto de 1991 (aquisição, por escritura pública, pela CMCP)</p> <p>Observações: Ilha inicialmente privada, passou para a posse da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. A assinatura do contrato deu-se no Edifício dos Paços do Concelho- edifício da Cadeia, que é, atualmente, o local onde se encontra o Posto de Turismo e o Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 298)</p>
<p>Rio Paiva</p>	
<p>Rio Douro</p>	<p>Observações: Por onde se fazia o transporte de todas as mercadorias, tais como vinho, lenha, azeite e carvão</p>
<p>Rio Arda</p>	
<p>Rio Sardoura</p>	




Croka do Arda	
Praia Fluvial do Castelo	
Praia Fluvial de Pedorido	
Monte de São Domingos	<p>Localização: Raiva (Oliveira do Arda)</p> <p>Observações: Capela de São Domingos (ver património imóvel)</p>
Monte de Santo Adrião	
Monte de São Gens	

Apêndice 4 - Lista dos Objetos do CICL



CICL01	
<p>Nome: Cantil</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrine 1)</p> <p>Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô</p>	
CICL02	
<p>Nome: Cantil</p> <p>Categoria: Objetos</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrine 1)</p> <p>Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô</p>	
CICL03	
<p>Nome: Cantil</p> <p>Categoria: Objetos</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p>	




<p>Localização: Piso 2 (Vitrina 1)</p> <p>Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô</p>	
CICL04	
<p>Nome: Prato</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 1)</p> <p>Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô</p>	
CICL05	
<p>Nome: Cantil</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 1)</p> <p>Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô</p>	
CICL06	
<p>Nome: Prato</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Arqueologia</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cerâmica</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p>	



Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 (Vitrine 1) Descrição: Objeto da Necrópole Romana de Valbeirô	
CICL07	
Nome: Caneca Categoria: Objeto Tema: Produção de Vinho Autor: Desconhecido Material: Porcelana Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 (Vitrine 2) Descrição: Objeto utilizado para o consumo de vinho, neste caso, vinho verde	
CICL08	
Nome: Funil Categoria: Objeto Tema: Produção de Vinho Autor: Desconhecido Material: zinco? Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 (Vitrine 2) Descrição: Utensílio para facilitar a mudança do vinho de um recipiente para outro (ex: pipas)	
CICL09	


<p>Nome: Pipa</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de Vinho</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 2)</p> <p>Descrição: Objeto usado para guardar o vinho</p>	
CICL10	
<p>Nome: Cântaro (ou canâdo)</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de Vinho</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 3)</p> <p>Descrição: Objeto utilizado para transporte de vinho</p>	
CICL11	
<p>Nome: Base de alambique</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 3)</p> <p>Descrição: Objeto de cobre que aparenta ser base de alambique tradicional,</p>	




contudo não existem certezas quando a esse facto	
CICL12	
<p>Nome: Alambique tradicional</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 3)</p> <p>Descrição: Objeto utilizado na produção de água-ardente</p>	
CICL13	
<p>Nome: Barco de transporte</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Navegação</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 4)</p> <p>Descrição: Miniatura de barco de transporte de mercadorias</p>	
CICL14	
<p>Nome: Barco Rabelo</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Navegação</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p>	

<p>Localização: Piso 2 (Vitrina 4)</p> <p>Descrição: Miniatura de Barco Rabelo</p>	
CICL15	
<p>Nome: Rabão de Esquadra Negra</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Navegação</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (Vitrina 4)</p> <p>Descrição: Miniatura; Transportavam pelo rio Douro carvão e briquetes fabricados do pó do carvão, até Campanhã. "Barcos rabões" (Pinho, 1946, p. 10)</p>	
CICL16	
<p>Nome: Roca</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de lã</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: cana??</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição: Objeto utilizado para fiar lã (suporta a pasta ou manelo de lã que se pretende fiar)</p>	
CICL17	

<p>Nome: Espadela</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de lã/linho?</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição: Objeto utilizado para "espadelar" o linho (bater o linho e limpá-lo) (está inserido no contexto da lã?)</p>	
CICL18	
<p>Nome: Sarilho</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de lã</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição: Objeto para o qual se transfere a lã do fuso, transformando-a em meadas</p>	
CICL19	
<p>Nome: Cesto de vime</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de lã</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Vime</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p>	



Descrição: Objeto utilizado para transportar a lã	
CICL20	
Nome: Caneleiro Categoria: Objeto Tema: Produção de lã Autor: desconhecido Material: Madeira e? Estado de Conservação: bom Data de aquisição: desconhecida Localização: Piso 2 Descrição: Objeto utilizado para fiar lã	
CICL21	
Nome: Carda Categoria: Objeto Tema: Produção de lã Autor: Desconhecido Material: Madeira Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 Descrição: Objeto onde se coloca a meada de fio para ser dobrada em novelos	
CICL22	
Nome: Cesto de Vime Categoria: Objeto Tema: Agricultura Autor: Desconhecido Material: Vime Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2	

Descrição: Objeto utilizado para transporte de diversos materiais	
CICL23	
Nome: Enxufradeira Categoria: Objeto Tema: Agricultura Autor: Desconhecido Material: Cobre Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 Descrição: Objeto que servia para sulfatar	
CICL24	
Nome: Banca de trabalhar o cobre Categoria: Objeto Tema: Trabalho do cobre Autor: Desconhecido Material: Madeira Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 Descrição: Objeto utilizado para trabalhar o cobre	
CICL25	
Nome: Categoria: Objeto Tema: Trabalho do cobre Autor: Desconhecido Material: Cobre Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida	


<p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição:</p>	
CICL26	
<p>Nome: Alambique tradicional</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: bom</p> <p>Data de aquisição: desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição: Objeto destinado à produção de água-ardente</p>	
CICL27	
<p>Nome:</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição:</p>	
CICL28	
<p>Nome: Cântaro (ou canâdo)</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p>	

Descrição: Objeto utilizado para o transporte de vinho	
CICL29	
Nome: Categoria: Objeto Tema: Trabalho do cobre Autor: Desconhecido Material: Cobre Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 Descrição:	
CICL30	
Nome: Pá do forno Categoria: Objeto Tema: Fabrico do pão Autor: Desconhecido Material: Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 1 Descrição: Objeto utilizado para colocar a massa no forno	
CICL31	
Nome: Pá do forno Categoria: Objeto Tema: Fabrico do Pão Autor: Desconhecido Material: Madeira Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 1	

Descrição: Objeto utilizado para tirar o pão já pronto, do forno	
CICL32	
Nome: Masseira Categoria: Objeto Tema: Fabrico do Pão Autor: Desconhecido Material: Madeira Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 2 Descrição: Objeto utilizado para amassar a massa do pão	
CICL33	
Nome: Cortiço Categoria: Objeto Tema: Produção de Mel Autor: Desconhecido Material: Cortiça Estado de Conservação: Bom Data de aquisição: Desconhecida Localização: Piso 1 Descrição: Colmeia em formato redondo feito em cortiça. Atualmente já não são utilizados na apicultura.	
CICL34	
Nome: Colmeia Categoria: Objeto Tema: Produção de Mel Autor: Desconhecido Material: Madeira Estado de Conservação: Bom	

<p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 1</p> <p>Descrição: Semelhante ao cortiço. Onde as abelhas produzem o mel.</p>	
CICL35	
<p>Nome: Cera de abelha</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Produção de Mel</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cera</p> <p>Estado de Conservação: bom</p> <p>Data de aquisição: desconhecida</p> <p>Localização: Piso 1</p> <p>Descrição: Cera feita pelas abelhas que estas utilizam para a construção dos favos.</p>	
CICL36	
<p>Nome: Bacia e jarro</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Higiene</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Esmalte</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (armário)</p> <p>Descrição: Objeto composto por duas peças, utilizado na higiene pessoal</p>	
CICL37	

<p>Nome: --</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2</p> <p>Descrição:</p>	
CICL38	
<p>Nome: --</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Estanho?</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (armário)</p> <p>Descrição:</p>	
CICL39	
<p>Nome: --</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (armário)</p> <p>Descrição: --</p>	
CICL40	

<p>Nome: --</p> <p>Categoria: Objeto</p> <p>Tema: Trabalho do cobre</p> <p>Autor: Desconhecido</p> <p>Material: Cobre</p> <p>Estado de Conservação: Bom</p> <p>Data de aquisição: Desconhecida</p> <p>Localização: Piso 2 (armário)</p> <p>Descrição: --</p>	
---	--

Apêndice 5 – Lista de Ofícios Representados no CI

Ofícios representados no CICL	
Produção de Mel	<p>Centro Interpretativo: O CICL tem 3 objetos relacionados com a produção de mel</p> <p>Observações: Foi realizada uma entrevista a duas pessoas, Nair Faria e Manuel Silva, relacionada com a apicultura. Começando a atividade como um desporto, Manuel Silva, é apicultor há 40 anos. O mel que as "suas" abelhas produzem é enviado para análise todos os anos e posteriormente, vendido.</p>
Fabrico do pão	<p>Centro Interpretativo: O CICL tem 3 objetos relacionados com o fabrico do pão</p>
Trabalho do cobre	<p>Centro Interpretativo: Existem vários objetos relacionados com o trabalho do cobre no Centro da Cultura Local, sendo que estes estão em maior número na coleção em relação aos restantes objetos.</p>
Produção de Lã	<p>Centro Interpretativo: O CICL tem 6 objetos relacionados com a produção de lã.</p>

<p>Produção de Vinho</p>	<p>Centro Interpretativo: tem 4 objetos relacionados com a produção de vinho.</p> <p>Observações: o vinho de Castelo de Paiva é bastante conhecido e por isso mesmo tem destaque na “Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato”.</p>
---------------------------------	--

Apêndice 6 - Imóveis e Monumentos de Castelo de Paiva

Igreja Matriz de S. Pedro
<p>Localização: Paraíso</p> <p>Data: 1061 (doação)</p> <p>Classificação: Sem informação</p> <p>Observações: Padre D. Formosindo doa a Igreja ao Padre Sindila</p> <p>Bibliografia (Monterey, 1997, p. 387)</p>
Pelourinho da Raiva
<p>Localização: Raiva</p> <p>Data: Século XVI (construção)</p> <p>Classificação: --</p> <p>Observações: "...marca a independência da honra da Raiva em relação ao concelho de Castelo de Paiva, assim se mantendo até às primeiras décadas do séc. XIX"</p> <p>Bibliografia: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Pelourinho da Raiva</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/pelourinho-da-raiva</p>
Portal da Serrada
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: Século XVI (construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Encomendado por António Ribeiro Pereira Soares de Bulhões, para portal da casa nobre. (Portal de vão retangular, ao estilo maneirista, com cimalha direita e cornija e pedra de armas com um escudo esquartelado.)</p> <p>Bibliografia: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Portal da Serrada</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/portal-da-serrada</p>
Solar da Boavista
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: Século XVI (construção)</p> <p>Classificação: --</p>

Observações: Encomendado por António Ribeiro Pereira Soares de Bulhões, para portal da casa nobre. (Portal de vão retangular, ao estilo maneirista, com cimalha direita e cornija e pedra de armas com um escudo esquartelado.)

Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 21, 28)

Capela de Santo António

Localização: Fornos (Gião)

Data: Séc. XVII

Classificação:

Observações: "Ergueu-se junto à residência paroquial, obtendo licença para nela se celebrar missa no ano de 1696"

Bibliografia: (Monterey, 1997, p.278)

Capela de São Domingos

Localização: Raiva (Oliveira do Arda)

Data: Séc. XII ou XIV

Classificação: --

Observações: No monte de São Domingos, esta capela é muito visitada por turistas. O principal ponto de atração, contudo, não é a capela, mas sim a vista do local. Todos os anos é realizada uma festa religiosa, em agosto, e é tradição as pessoas dirigirem-se a pé ao local, na noite de 3 para 4.

Solar da Quinta das Fisgas (Casa da Fisga)

Localização: Bairros

Data: 1683 (é "mandada fazer")

Classificação: Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977 (pátios e jardins que a rodeiam)

Observações: Solar do séc. XVII. Vontade de Manuel Gouveia de Carvalho; Átrio central- 3 fontanários do estilo rococó construídos no século XVIII; Portão heráldico do mesmo estilo; Contém uma capela privada construída em 1778; Pertencia à família Salema (mais importantes e poderosas da região- especialmente no século XIX)

Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 326); (Pinho, 1946) e Direção Geral do Património Cultural. (1981). *Quinta da Fisga, pátios e jardins que a rodeiam*. Retrieved December 9, 2015, from <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio->

<p>imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72993/</p>
<p>Edifício da Cadeia</p>
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: Início do século XVIII (construção)</p> <p>Classificação: Imóvel de Interesse Municipal pelo Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993</p> <p>Observações: Construído pela Casa de Bragança, destinava-se, originalmente, a receber, no piso superior, os Paços do Concelho. No piso térreo era uma cadeia. Com o tempo passou a ser apenas a cadeia e mais recentemente foi posto da GNR. Atualmente tem um posto de turismo no piso térreo e um centro de interpretação da cultura local no piso superior.</p> <p>Bibliografia: Direção-Geral do Património Cultural. (1959). <i>Edifício da Cadeia</i>. Retrieved January 18, 2016, from http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70910/</p>
<p>Casa da Póvoa</p>
<p>Localização: Pedorido (Póvoa)</p> <p>Data: Séc. XVIII</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Solar Brasonado da família "Aranha". Tem capela privada dedicada a S. Domingos.</p> <p>Bibliografia (Monterey, 1997, p. 440)</p>
<p>Capela de S. Domingos (Casa da Póvoa)</p>
<p>Localização: Pedorido (Solar da Póvoa)</p> <p>Data: Capela particular existente na Casa da Póvoa.</p> <p>Classificação: --</p> <p>Observações: Capela particular existente na Casa da Póvoa.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 433, 440)</p>
<p>Igreja Paroquial de Santa Eulália</p>
<p>Localização: Pedorido</p> <p>Data: Fins do séc. XVIII</p>

<p>Classificação: --</p> <p>Observações: A data refere-se a um edifício mais recente, sendo que foram feitas reedificações.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.427)</p>
Igreja Paroquial de Real
<p>Localização: Real</p> <p>Data: 1737</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Uma das Igrejas mais antigas do concelho (barroco); Apresenta pinturas valiosas e contém seis esculturas de pedra que representam santos apóstolos e que se localizam no adro do templo. O conjunto foi considerado "valor concelhio" pelo decreto 129/77, de 29 de setembro de 1977.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 354) Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Conjunto da Igreja Paroquial de real e esculturas do adro.</i> Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/conjunto-da-igreja-paroquial-de-real-e-esculturas-do-adro</p>
Igreja Paroquial de S. Pelágio
<p>Localização: Fornos</p> <p>Data: Século XIX (construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Pia Batismal datada de 1677; Adro - cruzeiro datado de 1674; Monumento à Nossa Senhora de Fátima</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 264, 265, 295)</p>
Igreja Matriz de Sobrado
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 1737</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Mandada construir pelos "Pintos da Boavista" (família proprietária do Solar da Boavista)</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 21)</p>
Capela de Santo Adrião
<p>Localização: Real</p>

<p>Data: 1766 (reconstrução)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 366)</p>
Igreja de São Miguel
<p>Localização: Bairros</p> <p>Data: 1845 (reconstrução)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 309)</p>
Ponte da Bateira (ou do Loureiral)
<p>Localização: Bairros</p> <p>Data: 3 de agosto de 1881 (início da construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Estabelece ligação entre as terras de Paiva e Cinfães. Concluída a 9 de setembro de 1893.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 328, 329)</p>
Ponte do Caminho de Ferro de Pedorido
<p>Localização: Pedorido</p> <p>Data: 1893 (construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Construção pela Empresa Industrial Portuguesa “servindo de passagem às locomotivas que circulavam na linha mineira de caminho-de-ferro do Couto Mineiro do Pejão”</p> <p>Bibliografia: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Ponte do caminho de ferro de Pedorido</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/ponte-do-caminho-de-ferro-de-pedorido</p>
Chafariz de Castelo de Paiva
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 1893 (construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Chafariz de granito, construído em substituição da "Fonte do Povo"</p>

Bibliografia: (Monterey, 1997, p.174)
Ponte de Caninhas
<p>Localização: Fornos</p> <p>Data: 17 de novembro de 1897 (conclusão)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Ponte de pedra com altura de 32 metros acima do nível do rio, com arco central de 28 metros de largura. Projeto pelo diretor das obras públicas do Porto, Sr. Conselheiro Araújo e Silva</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.290)</p>
Edifício da Câmara
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 1901 (construção)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Por António da Maia Romão, posteriormente modificado por Michel Angelo Soá. Local onde se encontrava o tribunal e todas as repartições públicas.</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 20)</p>
Ponte da Mó
<p>Localização: Real</p> <p>Data: 7 de julho de 1910 (conclusão)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Ponte sobre o rio Sardoura</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 373, 374)</p>
Estátua do Conde
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 23 de setembro de 1928 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Estátua de 2,85 metros, modelada em bronze, pelo escultor Teixeira Lopes. Assente num pedestal de granito (projeto do arquiteto Michelangelo Soá).</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 195, 197, 198); (Pinho, 1946, p. 22)</p>
Cruzeiro da Independência

<p>Localização: Real (Pinheirô)</p> <p>Data: 27 de outubro de 1940 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Por iniciativa de D. Maria Isabel e D. Maria Joana Aranha, da casa de Nojões</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 378)</p>
Campo de Jogos
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 12 de setembro de 1943 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 236)</p>
Marmoiral de Sobrado
<p>Localização: Sobrado (Lugar da Meia Laranja)</p> <p>Data: 5 de janeiro de 1950 (classificação)</p> <p>Classificação: Monumento Nacional pelo Decreto n.º 37 728, DG, I Série, n.º 4</p> <p>Observações: Formado por duas pedras sepulcrais.... “como a sua feição é sepulcral, deve tratar-se do túmulo de qualquer guerreiro ilustre, visto ter as espadas esculpidas”; Monumento do século XIII, finais do século XII; “Monumento erguido para comemorar a passagem do cortejo fúnebre da Rainha Sta. Mafalda, quando se dirigia de Alpendurada para o Mosteiro de Arouca, onde foi sepultada” (inserido na Rota Românico)</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, pp. 74-75); Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Marmoiral de Sobrado</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/marmoiral-de-sobrado</p> <p>Direção Geral do Património Cultural. (1988). <i>Monumento funerário do Sobral</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70193/</p>
Capela de São José
<p>Localização: Real (Gilde)</p> <p>Data: 1955</p>

<p>Classificação:</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 264)</p>
Adega Cooperativa
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 1963 (entra um funcionamento)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Terreno adquirido em 1961</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 237)</p>
Busto de Dr. José Freitas de Carvalho
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: Domingo de Páscoa a de 1980 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Médico, conhecido como "doutor do Côto"</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 229, 238)</p>
Monumento à Mãe
<p>Localização: Pedorido</p> <p>Data: 1988</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: "...obelisco de pedra encimado por uma imagem da Nossa Senhora das Graças" Encontra-se junto à estrada nacional.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.441)</p>
Hotel Rural da Casa de São Pedro
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 3 de abril de 1993 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Ainda em funcionamento, local escolhido para jantares e almoços casuais.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p.224)</p>
Piscinas municipais
<p>Localização: Castelo</p>

<p>Data: 11 de agosto de 1994 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: abertas apenas no Verão. Ainda em funcionamento, foram recentemente renovadas.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 297)</p>
Palácio da Justiça
<p>Localização: Sobrado</p> <p>Data: 11 de julho de 1995 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: Local onde se encontram o registo civil, o tribunal e as finanças.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 211)</p>
Monumento ao Mineiro
<p>Localização: Pedorido</p> <p>Data: 24 de Junho de 1996 (inauguração)</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: “Estátua em bronze que retrata, figurativamente, os mineiros com toda a sua indumentária de trabalho. Situa-se junto ao complexo mineiro de Germunde, à face da EN222” Próximo do edifício da Empresa Carbonífera do Douro.</p> <p>Bibliografia: Monterey (1997, p. 441) Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Monumento ao Mineiro</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/monumento-ao-mineiro</p>
"Alminhas" de S. José e de Nossa Senhora das Graças
<p>Localização: Pedorido (Póvoa)</p> <p>Data: 8 de novembro de 1996</p> <p>Classificação: --</p> <p>Observações: A data refere-se a quando foi benzido.</p> <p>Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 441)</p>
Anjo de Portugal
<p>Localização: Sardoura</p> <p>Data: 4 de Janeiro de 2003 (inauguração)</p> <p>Classificação: --</p>

<p>Observações: Estátua em bronze da autoria do arquiteto Henrique Coelho erguida em homenagem às vítimas da tragédia da queda da ponte Hintze Ribeiro; Santuário com fotos e nomes das vítimas</p> <p>Bibliografia: --</p>
<p>Pia dos Mouros ou Penedo de Vegide</p>
<p>Localização: Sobrado (Curvite)</p> <p>Data:</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: “...duas sepulturas retangulares escavadas num bloco granítico. De tipologia antropomórfica, ambas as sepulturas apresentam uma zona para apoio da cabeça dos inumados, bem como sulcos transversais na base.”</p> <p>Bibliografia: Câmara Municipal de Castelo de Paiva. <i>Pia dos Mouros</i>. Retrieved December 9, 2015, from http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/pia-dos-mouros</p>
<p>Mamoa de Carvalho Mau</p>
<p>Localização: Paraíso (Carvalho Mau)</p> <p>Data:</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações:</p> <p>Bibliografia:</p>
<p>Aldeias de Xisto</p>
<p>Localização: Raiva (Midões)</p> <p>Data: --</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações: O xisto era muito utilizado na construção das casas dos lavradores, uma vez que é um dos recursos geológicos disponível no concelho, juntamente com o granito.</p> <p>Bibliografia: (Pinho, 1946, p. 33)</p>
<p>Miradouro de Catapeixe</p>
<p>Localização: Catapeixe</p> <p>Data:</p> <p>Classificação:</p> <p>Observações:</p>

Bibliografia:
Fonte no Jardim da Boavista (Monumento Classificado)
Localização: Sobrado Data: Classificação: Observações: Não se encontra disponível a visitas (Propriedade Privada) Bibliografia:
Minas do Pejão
Localização: Data: Classificação: Observações: Bibliografia:
Casa da Cultura
Localização: Antiga Residência de Sebastião Oliveira Damas Data: Classificação: Observações: Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 199)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção
Localização: Data: Classificação: Observações: Imagem da Nossa Senhora dos Milagres datada de 1892 Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 187)
Igreja de Sardoura
Localização: Sardoura Data: Classificação: Observações: Tem um quadro de pintura quinhentista portuguesa, estudado por Doutor Aarão Lacerda. O quadro representa a Assunção da Virgem.

Bibliografia: (Pinho, 1946)
Jaula do Fojo
Localização: Pejão (Fojo) Data: Classificação: Observações: Elevador pelo qual os mineiros desciam às galerias das minas. Está desativada há muitos anos. Também existe uma em Germunde. Bibliografia:
Mamoas do alto da forca e da Sardeirinha,
Localização: Ladroeira Data: Classificação: Observações: (ver carta arqueológica do concelho de castelo de Paiva) Bibliografia:
Capela de Nossa Senhora do Alívio
Localização: Paraíso (Nogueira) Data: Classificação: Observações: Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 400)
Capela de Nossa Senhora do Carmo
Localização: Paraíso (Savariz) Data: Classificação: Observações: Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 401)
Igreja se São João Baptista
Localização: Raiva Data: Classificação: Observações:

Bibliografia:
Capela de São Gonçalo
Localização: Real (Nojões) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: --
Ponte Velha
Localização: Pedorido (Areja) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 415)
Capela de Nossa Senhora das Amoras
Localização: Raiva (Oliveira do Arda) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: --
Cruzeiro
Localização: Pedorido Data: -- Classificação: -- Observações: Cruzeiro de granito que se encontra junto à estrada nacional Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 430, 441)
Capela de São Pedro
Localização: Pedorido (Gaído) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 431)

Capela da Senhora do Pilar
Localização: São Martinho Data: -- Classificação: -- Observações: (transformada em Palheiro) Bibliografia: --
Ponte de Areja
Localização: Pedorido (Areja) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: (Monterey, 1997, p. 435)
Quinta do Castelo de Baixo
Localização: Castelo (Fornos) Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: --
Capela de Vigide
Localização: -- Data: -- Classificação: -- Observações: -- Bibliografia: --

Anexos

Anexo 1 – Planta com Inserção do Edifício da Cadeia na malha urbana

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>



Anexo 2 – Imagens do Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva



Fig.7 C.I.C.L

In <http://www.cm-castelo-paiva.pt>



Fig.8 Interior do C.I.C.L

In <http://www.cm-castelo-paiva.pt>



Fig.9 Interior do C.I.C.L



Fig.10 Ecrã



Fig.11 Coluna de som

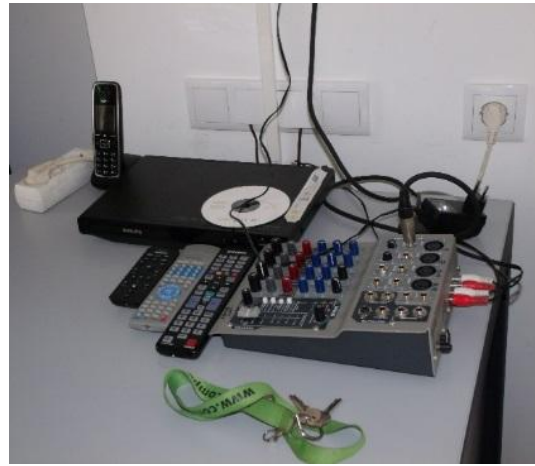


Fig.12 Controlos do sistema de som



Fig.13 Objetos da Necrópole Romana de Valbeirô

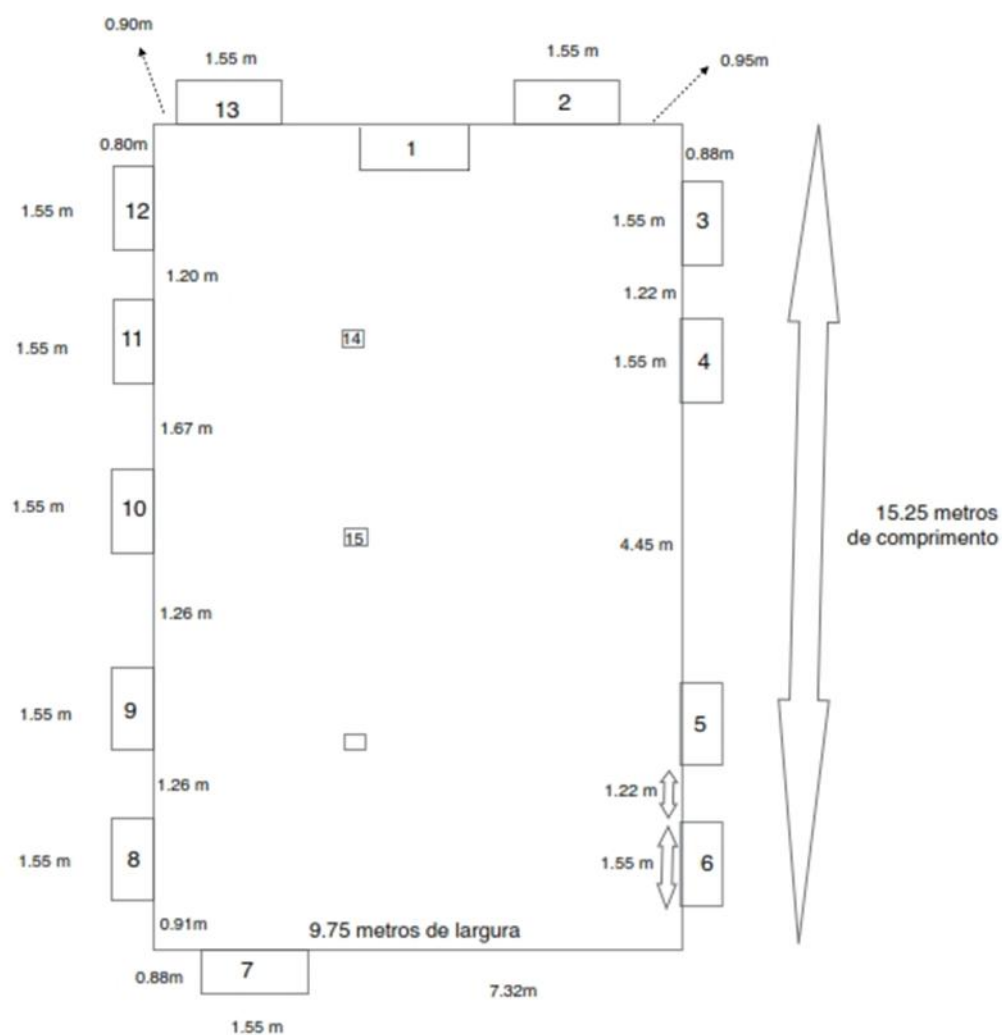


Fig.14 Alambique



Fig.15 Objetos relacionados com a produção de lã

Anexo 3 - Planta do Centro de Interpretação da Cultura Local de Castelo de Paiva



Legenda:
 1- Entrada
 2 até 13 - Janelas
 14 até 16 - Pilares

Anexo 4 - Imagens do Centro Interpretação das minas de ouro de Castromil e Banjas



Fig.16 Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas



Fig.17 Maqueta das Minas de Ouro de Castromil
Escala 1: 1500



Fig.18 Parede onde é explorado vocabulário



Fig.19 Estrutura no centro da sala

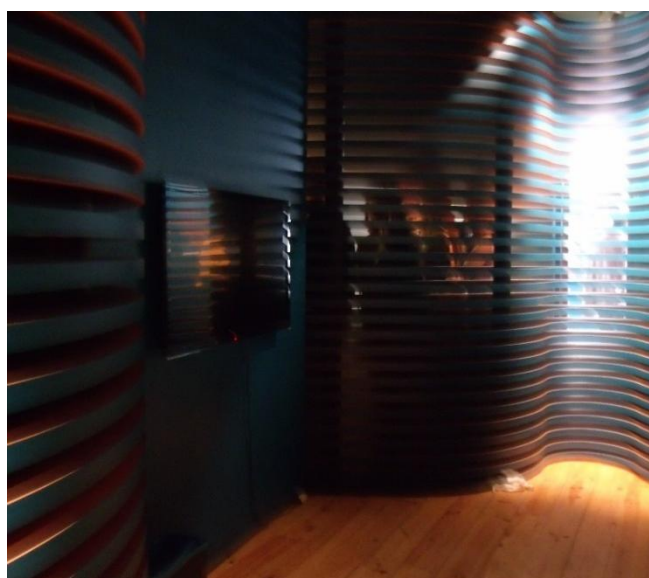


Fig.20 Localização da televisão

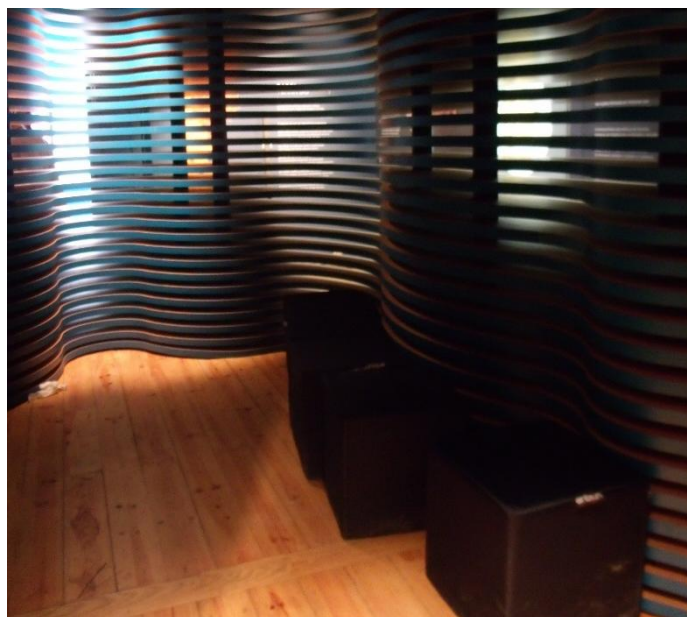


Fig.21 Sofás no interior da estrutura



Fig.22 Ilustração



Fig.23 Objetos testemunhos da romanização



Fig.24 Mapa da localização das minas



Fig.25 Pirite

Anexo 5 – Imagens da Casa do Território de Vila Nova de Famalicão



Fig.26 Indicação da entrada da Casa do Território



Fig.27 Triângulo da Sustentabilidade



Fig.28 Expositores



Fig.29 Objetos honoríficos



Fig.30 Objetos da Idade do Ferro

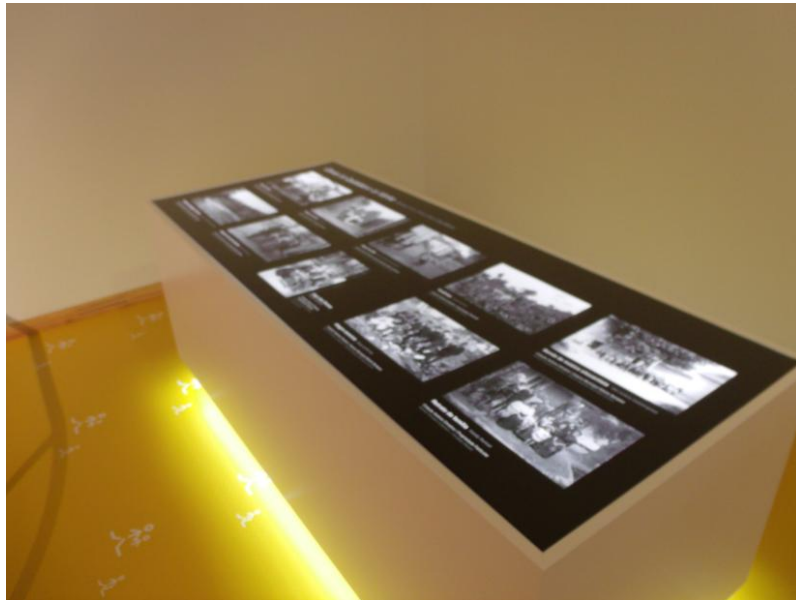


Fig.31 Expositor



Fig.32 Pormenor de fotografia no expositor



Fig.33 Mesa Interativa

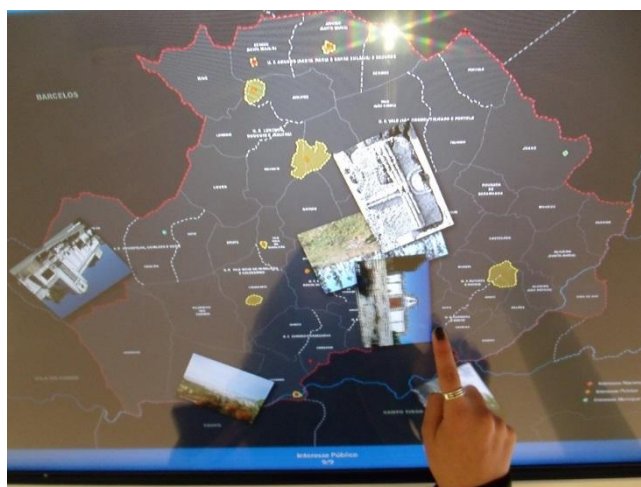


Fig.34 Jogo em mesa interativa

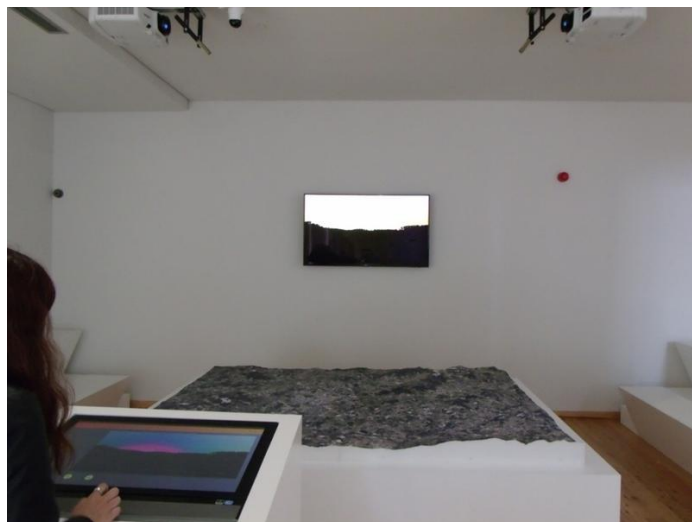


Fig.35 Maqueta do território
Escala 1: 10000



Fig.36 Pormenor da maqueta

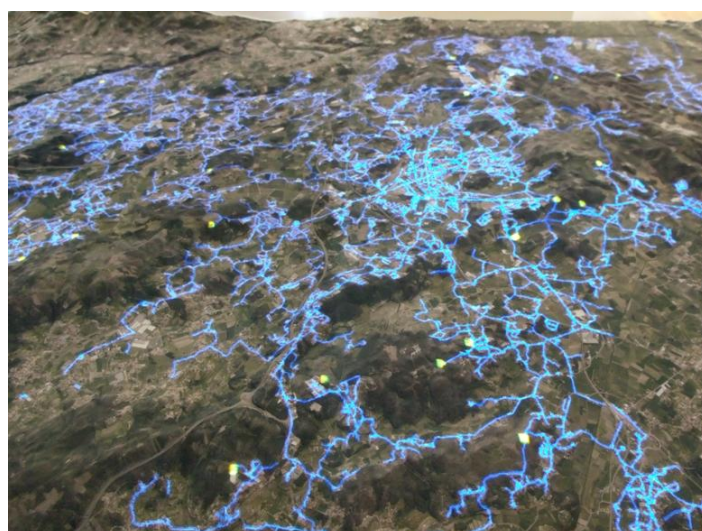


Fig.37 Pormenor da maqueta

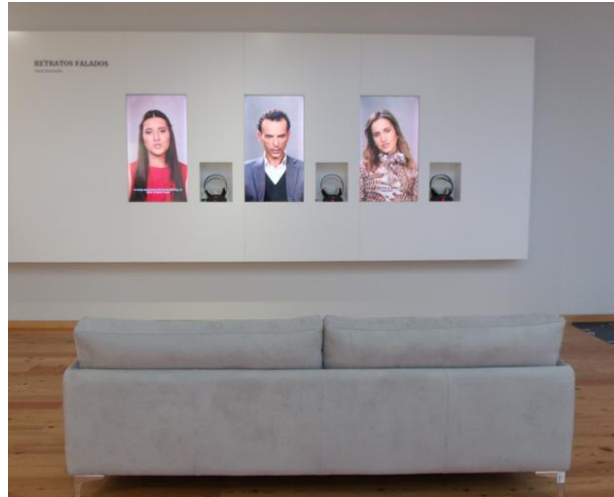


Fig.38 Retratos falados



Fig.39 Cine Famalicão



Fig.40 Pedra Formosa

Anexo 6- Imagens do Núcleo Central de Vila do Conde



Fig.41 Entrada para o núcleo museológico

In <http://www.pitangadesign.com>



Fig.42 Parede que expõe o nome das Freguesias de Vila do Conde

In <http://www.pitangadesign.com>



Fig.43 Objetos testemunhos da Romanização

In <http://www.pitangadesign.com>



Fig.44 Mapa

In <http://www.pitangadesign.com>



Fig.45 Fotografias

In <http://www.pitangadesign.com>



Fig.46 Quadro Interativo

In <http://www.pitangadesign.com>